

Caderno síntese
Projeto Final de Arquitetura
2012-2013

Claudia Martins Diniz

Admirável Mundo Novo

Contágio: Espaço, Tempo, Escala

Vertente projetual:

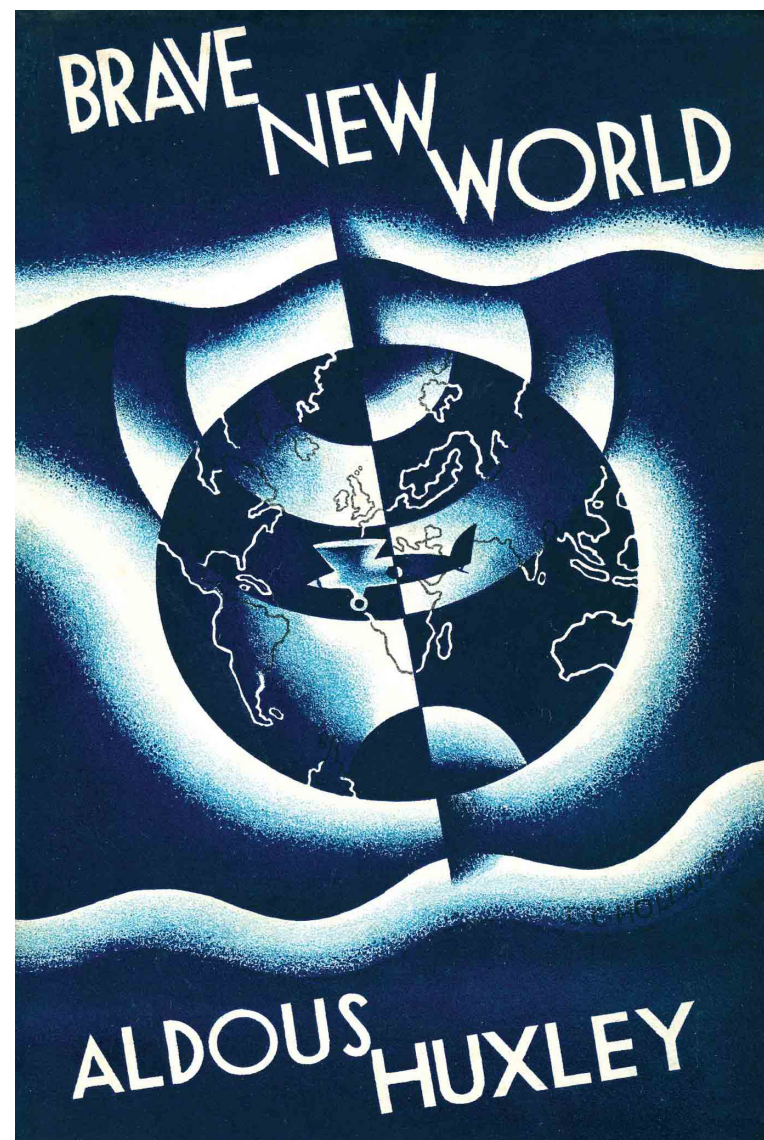
Paulo Tormenta Pinto (coordenador) - Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL
José Luis Saldanha- Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

Vertente teórica:

Ana Vaz Milheiro- Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

ÍNDICE GERAL

Introdução	04
Vertente teórica	11
Urbanismo no Ultramar Português: A abordagem de Mário de Oliveira (1946-1974)	
Vertente prática	135
Grupo	137
Marca texto espaço- Workshop de lançamento	139
Bafatá- Workshop Guiné-Bissau	155
Amoreiras 2033- Tema I, II, III	179
Individual	225
Espaço público- Tema III	227
Quatro habitações- Tema I	253
Tema IV	295
Anexos	311
Bibliografia	323



Capa da primeira edição do livro em 1932 pela Chatto & Windus editora.

O Admirável Mundo Novo, tema geral que inspirou o trabalho desenvolvido na unidade curricular *Projeto Final de Arquitetura*, do Mestrado Integrado em Arquitetura, lecionado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, teve como base a obra *Brave New World*, de Aldous Huxley, originalmente publicado em 1932 no Reino Unido.

Nesta obra, o autor descreve uma realidade futura alternativa, localizada no ano 634 depois de Ford¹. A população é gerada em laboratório, com comportamentos e características pré-condicionadas, e ocupa um lugar pré-determinado na hierarquia social estabelecida. Aspetos que hoje em dia são considerados essenciais nas nossas vidas são nesta sociedade crime, de tal modo que inclusive os conceitos de “pai” e “mãe” já não são utilizados. Para todo o mal-estar, físico ou psicológico, há uma cura: a “soma”. Todos são felizes. Exceto Bernard Marx. O desejo de se libertar leva-o a conhecer um dos últimos locais que mantêm o modo de vida anterior à “soma”, desencadeando os acontecimentos que constituem a obra.

Apesar de serem várias as interpretações possíveis à obra *Admirável Mundo Novo*, pessoalmente encarei-a como uma realidade consequente de uma evolução progressiva, da qual tivemos acesso a um pequeno vislumbre, e não tanto como uma quebra abrupta com o passado. A verdade é que, caso a tecnologia o tivesse permitido, o mundo descrito na obra poderia ser a nossa realidade de hoje.

No início do ano letivo foi-nos dado a escolher um laboratório no qual desenvolveríamos o trabalho teórico, paralelamente aos exercícios práticos. Optei pelo Laboratório de Cultura Arquitetónica Contemporânea, orientado pela professora Ana Vaz Milheiro. O tema dentro do laboratório, intitulado *Mundos Ficcionalizados: Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974*, abordava o trabalho urbano desenvolvido pelo Gabinete de Urbanização Colonial² no período do Estado Novo, no então Ultramar português.

¹ Núcleo de projeto urbano e de arquitetura criado em 1944. Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951) e Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação (1957), sob a jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

² Na realidade de *Admirável Mundo Novo*, Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company e um dos primeiros a utilizar a linha de montagem, tornou-se numa figura equiparável a Jesus Cristo, sendo comuns as referências “Oh, Ford!” ou “Nosso Ford” ao invés de “Oh, Deus!” ou “Meu Deus/Nosso Senhor”.

O seu objetivo: “promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam” (Milheiro, 2012, s.p.)¹.

No primeiro semestre foi realizado um trabalho de grupo no qual foram analisados os vários planos urbanos propostos para, no meu caso em particular, as cidades de São Tomé e Lisboa, identificando os seus objetivos gerais, filosofias estruturantes a linhas orientadoras. Para tal recorremos ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ao Centro de Documentação o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e ao Arquivo Municipal de Lisboa (AML). Em simultâneo foi-nos proposta a visualização dos filmes *A Costa dos Murmúrios*, de Margarida Cardoso (2004), e *20,13*, de Joaquim Leitão (2006) e a leitura e análise dos livros *Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida*, do arquitecto Francisco Castro Rodrigues² (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009), e *Manifestos Ensaios Falas Publicações*, de Pancho Guedes³ (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007), “numa tentativa em identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente” (Milheiro, 2012, s.p.). Desta análise resultou um vídeo por nós criado expressando a imagem que todos estes elementos nos tinham transmitido sobre o tema.

No segundo semestre foi desenvolvido um trabalho de investigação individual original, dentro do tema geral proposto. Durante a pesquisa realizada no trabalho de grupo estudámos o trabalho do arquiteto Mário Gonçalves de Oliveira (Alcobaça, 1914), nomeadamente os planos urbanos por ele desenvolvidos para a cidade de São Tomé. Nesta investigação foi-nos dado a conhecer que Mário de Oliveira é considerado, por alguns autores, um urbanista “isolado entre os seus pares” (Lôbo, 1995, p.197), cuja obra representa uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanista praticada no Gabinete [de Urbanização Colonial] ” (Milheiro, 2012a, p.114), o que torna pertinente, no contexto do tema geral da unidade curricular, o estudo do trabalho desenvolvido pelo arquiteto. Deste modo, com *Urbanismo no Ultramar português: a abordagem de Mário de Oliveira (1946-1974)* pretende-se definir o carácter do pensamento urbanístico do arquitecto.

1 Enunciado do exercício (anexo, p. 321).

2 Francisco José Pereira Rodrigues (Lisboa, 1920). Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa.

3 Amâncio d’Alpoim Miranda Guedes (1925). Arquitecto, escultor e pintor.

Na vertente de projeto foram desenvolvidos um total de seis exercícios, tendo sido dado grande ênfase ao trabalho realizado em grupo, cada grupo composto por cinco elementos inseridos em diversos laboratórios.

O primeiro exercício, exercício de arranque e aquecimento, intitulado *Marca, Texto e Espaço*, de carácter abstrato, pretendia que usando um objeto do quotidiano como ca-rimbo fosse criada uma marca gráfica. De seguida seria selecionado um excerto literário que, no grupo, achássemos que se relacionava com a marca obtida. Finalmente, estes dois elementos serviriam de base para a criação de uma unidade espacial representada em maquete.

O nosso grupo optou pelo *Cubo de Rubik*. A marca que resultou da manipulação o objeto, pelas várias tonalidades de cinza resultantes, remeteu-nos para a dualidade sombra/luz e um excerto da obra *O Elogio da Sombra* de Junichirō Tanizaki (Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2008). Consequentemente, nós tentámos criar um ambiente que jogasse com a manipulação da sombra e profundidade, utilizando materiais opacos, translúcidos e vazios.

O segundo exercício foi um *workshop* realizado em comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral na cidade de Bafatá, Guiné-Bissau. Foi-nos proposto o desenvolvimento de um projeto para um centro de estudos tendo como linhas orientadoras a obra de Amílcar Cabral¹, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), num período de 15 dias. O nosso grupo optou por uma abordagem que vai buscar elementos à casa tradicional guineense: estrutura de madeira de forma circular elevada do terreno e a utilização de painéis entrançados. Referenciando o exercício de arranque, toda a estrutura é suportada por estacas e todos os espaços limitados por entrançados e tábuas de madeira espaçadas entre si, permitindo a sua ventilação e a manipulação da intensidade da sombra.

Os restantes exercícios tiveram como local de intervenção a zona das Amoreiras em Lisboa. Após um trabalho de reconhecimento do território, desde a sua caracterização biofísica à sua evolução histórica, no contexto do tema geral *Admirável Mundo Novo*, definimos um perfil sociológico que pensamos/desejamos que venha a ocupar a zona num período de 20 anos.

1 Amílcar Lopes Cabral (1924-1973). Político da Guiné Bissau e Cabo Verde..

Interpretámos a evolução da ocupação da zona das Amoreiras como sendo consequência de uma série de acontecimentos que a contagiaram, dando origem a uma paisagem urbana extremamente heterogénea. Assim, propomos a inclusão de um novo elemento que não é mais que a consequência do efeito da Globalização: população cujas vidas são imensamente influenciadas pela mobilidade. Daqui a 20 anos, a zona de intervenção seria “invadia” por pessoas individuais ou jovens famílias em mobilidade/ período de transição, cuja estadia seria temporária (máximo de cinco anos), sendo, deste modo, os espaços comunitários os que mais importância teriam na cidade e, consequentemente, nas habitações.

Ainda no primeiro semestre, foram desenhadas quatro habitações individualmente, tendo em conta o perfil social anteriormente definido. Optei por um projeto de reabilitação sobre a Vila Raúl, uma das várias vilas e pátios operários existentes na zona, por ter um carácter único que a distingue de todos os elementos que a circundam. O projeto foi desenhado com a crença de que esta tinha as condições necessárias para albergar um novo programa com o mínimo de intervenção.

No segundo semestre foi feito um novo exercício em grupo, desta vez sobre o espaço público. Novamente dando maior importância aos espaços de reunião, optámos por uma estratégia de intervenção de carácter cirúrgico. Deste modo, definimos seis centralidades, nas proximidades das habitações propostas por cada elemento do grupo, espaços de reunião, interligados entre si pela linha de trolleybus que recupera a antiga linha de elétrico que atravessava toda a zona. É importante mencionar a primazia dada à circulação pedonal em detrimento da circulação rodoviária. Cada uma das centralidades foi depois desenvolvida individualmente, tendo em conta os princípios definidos em grupo. Coube-me a centralidade junto à Vila Raul, a Rua Professor Sousa da Câmara. Apesar de se tratar de uma rua, dada a sua vivência actual, pareceu-nos natural encará-la como centro.

No desenvolvimento deste exercício, uma das ideias defendidas pelo arquiteto Mário de Oliveira pareceu-me importante: “O urbanista de hoje, para ser autêntico, deve partir do princípio profundamente humano de que a cidade não são apenas as casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive com os

seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes” (Oliveira, 1968, p.66). Assim, surgiu a questão: quais são os elementos presentes no sítio que, por si só, já convidam à reunião e encontro das pessoas no espaço público? Cafés e restaurantes. A estratégia passou, então, por dar condições ao espaço público para que tal pudesse ser intensificado e o limite entre o interior e exterior fosse mais ténue.

Em discussão com os docentes, foi referenciado a obra de George Steiner, *A ideia de Europa*, que defende que a “A Europa é feita de cafetarias e cafés” (Steiner, 2013, p.26), ponto de partida para o desenvolvimento do tema IV: através do desenho, cruzar algumas das ideias defendidas por Steiner com outros textos.

Pessoalmente, um dos aspetos que considero mais interessantes e importantes no decorrer do presente ano letivo foi o incentivo dado ao trabalho em grupo, muitas vezes simulando o que poderá ser o nosso futuro trabalho num estúdio de arquitetura. Aprendi não só com os professores e convidados, mas essencialmente com as qualidades de cada um dos elementos do grupo.

**vertente
teórica**

URBANISMO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS
A ABORDAGEM DE MÁRIO DE OLIVEIRA (1946-1974)

RESUMO

palavras-chaves: Mário de Oliveira; Urbanismo; Gabinete de Urbanização Colonial

Mário Gonçalves de Oliveira (Alcobaça, 1914) foi um arquiteto e urbanista português, membro do Gabinete de Urbanização Colonial, depois Gabinete de Urbanização do Ultramar e Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação, de 1946/47 a 1974. Alguns autores consideram-no um urbanista “isolado entre os seus pares” (Lôbo, 1995, p. 197), cuja obra “representa uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanista praticada no Gabinete [de Urbanização Colonial] ” (Milheiro, 2012a, p.114).

Através da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos desenvolveu para Portugal Continental os Planos Gerais de Urbanização da Lourinhã (1948), de Ourique (1948), de Aljustrel (1948), Castro Verde (1948), Alijó (1948), Arganil (1950), Nisa (1951), Almodôvar (1951), Vila Rei (1952) e de Vila Nova da Barquinha (1954).

Enquanto membro do Gabinete de Urbanização Colonial desenhou o Plano de Urbanização de Nova Díli (1946), o Plano Geral de Urbanização de Namaacha (1948), o Estudo de Urbanização de Praia Varela (1959), o Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau (1959) e o Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane (1965), o Plano de Urbanização de São Tomé (1963-1968).

Também foram importantes os seus trabalhos teóricos, ensaios e reflexões sobre o urbanismo no Ultramar, dos quais se destacam os publicados pela revista *Geographica* e pela Agência Geral do Ultramar. Nestes defendeu que “o urbanista de hoje, para ser autêntico, deve partir do princípio profundamente humano de que uma cidade não são apenas as casa, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive com os seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes” (Oliveira, 1965, p.66).

Com este trabalho pretendemos definir o carácter que define o pensamento urbanístico de Mário de Oliveira. Para tal, será feito um levantamento e análise de um conjunto de planos e estudos urbanísticos, e dos trabalhos teóricos desenvolvidos pelo arquiteto.

ABSTRACT

keywords: Mário de Oliveira; urbanism Gabinete de Urbanização Colonial

Mário Gonçalves de Oliveira (Alcobaça. 1914) was a portuguese architect and urbanist, member of the Gabinete de Urbanização Colonial, later known as *Gabinete de Urbanização do Ultramar* and *Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação*, from 1946/47 to 1974. Oliveira is considered by some authors as an urbanist “isolated amongst his peers” (Lôbo, 1995, p.197), whose work “represents a paradigmatic shift in the urban strategy practiced in the *Gabinete de [Urbanização Colonial]*” (Milheiro, 2012a, p.114).

At the service of the *Direcção Geral dos Serviços de Urbanização - Direcção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos*, Mário de Oliveira developed to the portuguese mainland the fallowing urban plans: *Lourinhã* (1948), *Ourique* (1948), *Aljustrel* (1948), *Castro Verde* (1948), *Alijó* (1948), *Arganil* (1950), *Nisa* (1951), *Almodôvar* (1951), *Vila Rei* (1952) and *Vila Nova da Barquinha* (1954).

As a member of the *Gabinete de Urbanização Colonial*, the architect developed the fallowing plans: *Plano de Urbanização de Nova Díli* (1946), *Plano Geral de Urbanização de Namaacha* (1948), *Estudo de Urbanização de Praia Varela* (1959), *Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau* (1959), *Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane* (1965) and *Plano de Urbanização de São Tomé* (1963-1968).

As important as Oliveira’s plans, were his theoretical works about urbanism overseas, the ones published by the *Geographica* magazine and the *Agência Geral do Ultramar*. Oliveira defended in the texts that “the urbanist of today, to be authentic, must start from the profoundly human principle that a city is not just the houses, streets, avenues, squares, etc., but the community that lives and interacts with its different groups, institutions, way of living, traditions and costumes” (Oliveira, 1965, p.66).

With this paper we pretend to define the character that defines the urban thought that rules the urban design of Mário de Oliveira. For that, it will be made an analysis of some plans and theoretical works developed by the architect.

AGRADECIMENTOS

O meu obrigado e reconhecimento vai para todos aqueles sem os quais a realização deste trabalho seria impossível – para a professora Ana Vaz Milheiro, a Filipa Fiúza, o meu grupo de trabalho (Rita Patinha, Rita Rodrigues, Vanessa Silva e Rúben Viegas), a Sandra Boavida (Instituto Luís de Camões), o Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, o Arquivo Histórico Ultramarino e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento.

Agradeço também à Domus Nostra pelo apoio dado ao longo destes últimos cinco anos passados longe da minha família.

E um agradecimento especial à minha família que desde pequena me incentivou a estudar e a aprender.

ÍNDICE

Resumo	15
Abstract	16
Agradecimentos	17
Introdução	21
1. Aspectos biográficos e percurso profissional	
1.1. Mário de Oliveira	25
1.2. Gabinete e Urbanização Colonial	35
1.3. Urbanismo no Ultramar português	39
2. Casos de Estudo	43
2.1. Antepiano Geral de Urbanização da Lourinhã, 1947	47
2.2. Plano Geral de Urbanização de Namaacha, 1948	50
2.3. Antepiano Geral de Urbanização de Nisa, 1952	55
2.4. Antepiano de Urbanização de Vila Nova da Barquinha, 1954	58
2.5. Estudo de Urbanização de Praia Varela, 1959	63
2.6. Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, 1959	65
2.7. Plano de Urbanização da cidade do Quelimane	71
2.8. Plano de Urbanização da cidade de S. Tomé	73
3. Conclusão	79
Anexos	83
Bibliografia	125

INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho pretendemos definir o caráter do pensamento urbanístico do arquiteto Mário Gonçalves de Oliveira.

O tema surgiu no seguimento do exercício desenvolvido no Laboratório Cultura Arquitetónica Contemporânea, “Mundos ficcionados: seis cidades africanas. Planos urbanos entre 1940 e 1974”. Consistindo numa análise dos planos urbanísticos desenvolvidos para as cidades coloniais africanas no período do Estado Novo pelo Gabinete de Urbanização Colonial, pretendia-se identificar os objetivos gerais, filosofias estruturantes e as linhas orientadoras de cada um dos deles.

Esta investigação mostra-se pertinente no contexto geral de Projeto Final de Arquitetura, “Admirável Mundo Novo”, uma vez que Mário de Oliveira foi considerado por alguns autores, um urbanista “isolado entre os seus pares” (Lôbo, 1995, p.197), cuja obra representa uma alteração de paradigma dentro da estratégia urbanista praticada no Gabinete [de Urbanização Colonial] ” (Milheiro, 2012a, p. 114).

Ana Vaz Milheiro¹, em dois momentos, escreveu sobre o trabalho do arquiteto no contexto africano. No número 245 da revista *Jornal Arquitectos* (J.A.) publicou um conjunto de entrevistas e artigos intitulado *À procura de Mário de Oliveira: um arquitecto do Estado Novo*. Em 2012, aquando o “Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica” apresentou *São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)*.

¹ Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, licenciada (1991) e mestre (1998) em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutoramento pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2004). Professora auxiliar do ISCTE-IUL.

Em 2012, foram publicadas duas monografias que abordaram o trabalho desenvolvido pelos Gabinetes de Urbanização Colonial no Ultramar: Luís Possolo – um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar (Lisboa: CIAMM, 2012) a partir da investigação desenvolvida por José Luís Saldanha¹ e Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo (Lisboa: Relógio d'Água, 2012), de Ana Vaz Milheiro².

Sobre o contexto africano, foram já vários os autores que estudaram o tema. José Manuel Fernandes³ apresentou provas de agregação, em 1999, intituladas *Para o estudo da arquitectura e urbanismo no espaço ultramarino português no século XX* (Lisboa: FAUTL, 1999) que estariam na origem da importante publicação *Geração Africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975* (Lisboa: Livros Horizonte, 2002) e *Temas de arquitectura e urbanismo na África Portuguesa* (Lisboa: Caleidoscópio, 2005). Em 2007, Maria Manuela da Fonte⁴ apresentou, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, uma tese de doutoramento intitulada *Urbanismo e arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução* (Lisboa: Caleidoscópio, 2013). A mesma, num trabalho de co-autoria com José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro publicou em 2010 *Angola no século XX: cidades território e arquitecturas, 1925 e 1975*.

Em 2011, José Manuel Fernandes coordenou uma conferência internacional na Universidade Autónoma de Lisboa, intitulada *África: Arquitectura e urbanismo de matriz portuguesa*, que seria igualmente publicada (Lisboa: Caleidoscópio, 2012).

1 José Luís Possolo de Saldanha, licenciado em arquitetura (1990) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutoramento em Reabilitação Arquitetónica e Urbana pela Universidade de Sevilha (2003). Professor auxiliar do ISCTE-IUL.

2 Estes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do projecto de investigação “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica” (Investigadora responsável: Ana Vaz Milheiro; FCT:PTDC/AURAQI/104964/2008).

3 José Manuel da Cruz Fernandes (1953), formado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa. Professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

4 Maria Manuela Afonso da Fonte, licenciada (1987), mestre (1997) e doutorada (2007) em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Docente da Faculdade de Arquitetura desde 1990.

Em relação ao tema no contexto português, a bibliografia disponível é vasta, destacando-se a obra *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, de Margarida Souza Lôbo (Porto: FAUP Publicações, 1995).

O trabalho que de seguida apresentamos encontra-se estruturado em duas partes. A primeira parte é dedicada ao percurso académico e profissional do arquiteto, onde também analisamos os diversos trabalhos teóricos, ensaios e reflexões por ele desenvolvidos. Destes destacamos os publicados na década de 1960, nomeadamente, *Urbanismo no ultramar: problemas essenciais do urbanismo no ultramar – estruturas urbanas de integração e convivência* e *Urbanismo no ultramar: os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*. Na segunda parte analisamos três dos planos urbanos desenvolvidos para Portugal Continental, os Planos Gerais de Urbanização da Lourinhã (1948), de Nisa (1951) e de Vila Nova da Barquinha (1954), e cinco planos desenvolvidos para as colónias portuguesas do período do Estado Novo, o Plano Geral de Urbanização de Namaacha (1948), o Estudo de Urbanização de Praia Varela (1959), o Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau (1959), o Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane (1965), o Plano de Urbanização de São Tomé (1963-1968).

Apesar dos estudos acerca do período final da colonização portuguesa que antecedeu a Revolução de Abril de 1974, designadamente dos que se dedicam a África, a obra e vida do arquiteto Mário de Oliveira nunca foi objeto de um estudo monográfico. Para o realizarmos, foi necessário recorrer a diversas fontes e arquivos, designadamente o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e o Arquivo do Instituto Luís de Camões, sediados em Lisboa, e o Arquivo da Escola de Belas Artes da Universidade do Porto. Todo este material é praticamente inédito.



Auto-retrato de Mário de Oliveira, 1948
Fonte: J.A. n.º245, 2012, p.

1.1. MÁRIO DE OLIVEIRA

Mário Gonçalves de Oliveira nasceu a 26 de Dezembro de 1914¹, na freguesia de Alcobaça, distrito de Leiria, filho de Maria da Luz Gonçalves e de António Jesus de Oliveira².

Arquiteto, urbanista, pintor, ensaísta e crítico de arte, segundo o próprio afirma num opúsculo publicado em 1986, Mário de Oliveira é considerado “um dos mais categorizados críticos portugueses de Arte Plásticas” (Oliveira, 1986, s.p.).

Entre 1928 e 1935, o arquiteto frequentou o Liceu de Coimbra, concluindo os seus estudos secundários com uma classificação final de 12 valores (Oliveira, 1945a, s.p.)³.

Ingressou no Curso Especial em Arquitetura, lecionado na Escola de Belas Artes de Lisboa, no ano de 1935. Aqui frequentou as cadeiras, do primeiro ano, de *Ornamentação, estilização e composição ornamental (estilos ornamentais, ornamentação do natural, estudo comparado – desenho e modelação)*, *Desenho de figura do antigo e do modelo vivo (desenho de figura do antigo – cabeça e torso)* e *Álgebra, geometria analítica e trigonometria plana*, e do segundo ano, a cadeira de *História, geografia histórica e etnográfica, rudimentos de história das literaturas clássicas e da literatura portuguesa (história, geografia histórica e etnográfica)* (Oliveira, 1935)⁴. Foi aluno de João António Piloto⁵, Henrique Franco⁶, Leopoldo de Almeida⁷, João Martins Lemos e Joaquim Macedo Mendes (Fernandes, 2010).

1 Anexo 1.

2 Apesar da identidade paterna não constar na certidão de nascimento do arquitecto, cremos na veracidade da informação, uma vez que António Jesus de Oliveira é o pai do seu irmão mais velho, Guilherme Gonçalves de Oliveira (1903-1990).

3 Anexo 2.

4 DL: 21/662 Diário do Govêrno. I Série N.º 214. 12 de Setembro de 1932. Anexo 3.

5 Arquiteto.

6 Henrique Franco (1883-1961). Pintor formado pela Escola de Belas Artes de Lisboa. Professor do mesmo estabelecimento de ensino desde 1934.

7 Leopoldo Neves de Almeida (1898-1975). Escultor português formado pela Escola de Belas Artes de Lisboa. Foi professor de desenho e escultura no mesmo estabelecimento de ensino.



Diploma de Arquitecto de Mário de Oliveira
Fonte: Arquivo da FBAUP

Em 1936, transferiu-se para a Escola de Belas Artes do Porto, concluindo o curso no ano de 1940 (OLIVEIRA, 1936)¹ e, entre 1940 e 1943, frequentou o Curso Superior de Arquitetura no mesmo estabelecimento de ensino (Oliveira, 1940)². Foi aluno de José Marques da Silva³, Álvaro Lima, Acácio Lino⁴, João Brito e Cunha, Júlio José de Brito⁵, Manuel Marques⁶ e Aarão Lacerda⁷ (Fernandes, 2010).

Mário de Oliveira também se formou em *Cultura Italiana e História da Pintura Italiana*, entre 1939 e 1940 (Oliveira, 1945a)⁸. De modo a aperfeiçoar os seus conhecimentos da língua espanhola, o arquiteto participou num curso de Verão para estrangeiros em Santander e frequentou o Instituto Espanhol de Lisboa, ambos em 1944 (*idem*).

De 13 de Agosto de 1943 a 28 de Outubro de 1946, Mário de Oliveira foi tirocinante na oficina de arquitetura de José Almeida Segurado⁹, “mostrando sempre a sua competência e resolvendo sempre os problemas que se lhe apresentaram, com o maior zelo” (Segurado, 1946, p.1)¹⁰.

Trabalhou na Indústria Covina¹¹ durante dois anos.

- 1 Anexos 4 e 5.
- 2 Anexos 6 e 7.
- 3 José Marques da Silva (1869-1947). Arquitecto formado pela Academia Portuense de Belas Artes e pela *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts* (1896). Docente de arquitetura na Academia Portuense de Belas Artes, mais tarde diretor da já então designada Escola de Belas Artes do Porto (1913-1914, 1918-1939).
- 4 Acácio Lino de Magalhães (1878-1956). Pintor e escultor português formado pela Escola de Belas Artes do Porto.
- 5 Júlio José de Brito (1896-1965). Arquitecto e engenheiro formado pela Escola de Belas Artes do Porto (1926) e pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1924).
- 6 Manuel Marques (1890-1956). Arquitecto formado em França (1930).
- 7 Aarão Soeiro Moreira de Lacerda (1890-1947). Escritor e professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Escola de Belas Artes do Porto. Foi diretor e presidente do conselho escolar da EBAP.
- 8 Anexo 8.
- 9 José de Almeida Segurado (1913-1988). Arquitecto formado pela Escola de Belas Artes do Porto (1943).
- 10 Anexo 9.
- 11 Anexo 2.

A L F I N

El gran pintor español José Gutiérrez Solana, que aparece retratado con el arquitecto portugués Mario Gonçalves d'Oliveira en Santander, a quien se ha concedido después de muerto la medalla de honor en la Exposición Nacional de Bellas Artes.



A 15 de Junho de 1945, “pelo interesse que lhe tinha despertado o Urbanismo quer pela arte de utilidade social que lhe são inerentes quer pela parte construtiva e artística” (Oliveira, 1945b, p.1)¹ Mário de Oliveira solicitou auxílio financeiro ao Instituto para a Alta Cultura² de modo a prosseguir estudos em Espanha. Após parecer favorável, o arquiteto estagiou na *Dirección General de Regiones Devastadas*³, em Oviedo, sob a orientação de Gonzalo de Cárdenas⁴ (Cadernas y Rodriguez, 1945). Frequentou os cursos de *Salubridade, Higiene e Urbanologia*, na Escola Superior de Arquitetura de Madrid e de Técnico de Urbanista, no Instituto de Estudos de Administração Local, sob a orientação do arquitecto César Cort⁵ (Milheiro, 2012, p.27)⁶.

Mário de Oliveira organizou várias exposições de arte que o ajudaram a suportar os custos inerentes à sua estadia, pois a bolsa nunca lhe foi concebida (Oliveira, 1945c).

A 28 de Outubro de 1946, o arquitecto defendeu a tese e projecto “uma casa de habitação para uma família taciturna, a construir num Bairro de Lisboa” no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA), aprovada com uma classificação de 14 valores (Lopes, 1947).

¹ Anexo 8.

² Instituto criado pela Junta Nacional de Educação (J.N.E.), aprovado pelo Decreto-Lei 26/610, de 19 de Maio de 1936. Foi autonomizado pelo Decreto-Lei 38/680, de 17 de Março de 1952. Tinha como principais objetivos “estimular e orientar as faculdades criadoras da Nação nos vários ramos da sua actividade espiritual” e “superintender a investigação científica e também (...) nas relações culturais com o estrangeiro e na difusão da língua e da cultura portuguesas” (DL: 38/680, 17 de Março de 1952). Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1980), Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-1992), Instituto Luís de Camões (1992-).

³ Direção Geral das Regiões Devastadas (1938-1957). Instituição espanhola encarregada de reconstruir as cidades após a Guerra Civil Espanhola (1936-1969).

⁴ Gonzalo de Cárdenas y Rodríguez (1904-1954). Arquitecto espanhol formado pela Escola de Arquitetura de Madrid (1929). Foi subdirector geral da Direção Geral das Regiões Devastadas e professor na Escola de Arquitetura de Madrid.

⁵ César Cort Botí (1893-1978). Arquitecto e professor catedrático da Escola Superior de Arquitetura de Madrid. Defendia que antes da construção de uma cidade era necessário definir um programa: “la población debe dividirse en un conjunto de pequeños núcleos (...) son necesarias entonces vías arteriales para comunicar entre sí los diversos núcleos y darles relación con el exterior (...) Hay muchas poblaciones com parques pero pocas com un verdadero sistema (...) los parques, convenientemente dispuestos y relacionados entre sí por calles-parques y reparten por toda la población el aire puro de los campos” (Sambri- cio, 1996, p.49).

⁶ Anexos 10 e 11.



Através de uma série de cartas datadas de 25 de Setembro de 1946¹ e 28 de Fevereiro de 1947², dirigidas a José Lourenço, a solicitar um certificado que comprovasse a conclusão do curso, “para dentro em breve ir de viagem até África” (OLIVEIRA, 1947, p.1) é possível deduzir que Mário de Oliveira ingressou no Gabinete de Urbanização Colonial em 1946 ou 1947.

Participou no *I Congresso de Arquitectura de 1948*³ com uma tese intitulada “A arquitectura no plano nacional”. Neste defendeu a exclusividade do trabalho de arquitectura para os arquitetos, do mesmo modo que “a música se faz por músicos, a pintura por pintores e a escultura por escultores, mas nunca por curiosos de habilidade e de talento fácil!” (Oliveira, 1948, p.24). Criticou fortemente o ensino de arquitectura em Portugal, cuja insuficiência, segundo o arquiteto, se encontrava refletida na arquitectura desenvolvida no país, “uma arquitectura de mentira” (*idem*, p.25). O arquiteto também deveria ser um psicólogo, sociólogo e higienista (*idem*, p.26). Neste congresso, Mário de Oliveira defendeu o desenvolvimento de uma arquitectura nacional, recusando a standardização, fonte de “monotonia (...) e ainda o perigo da mecanização das nossas realizações e dos nossos hábitos, que nos obrigaria a viver sem a menor parcela de respeito pelo valor humano” (*idem*, p.31).

Para além do seu trabalho como arquiteto e urbanista, Mário de Oliveira também se dedicou “ao estudo dos problemas de arte, criticando e fazendo sugestões construtivas em conferências e artigos de jornal” (Oliveira, 1945a, p.2), dos quais se destacam os artigos publicados na revista *Colóquios*⁴, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi Prémio de Crítica de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (1962), Prémio Internacional de Crítica de Arte (1964), em Madrid, membro titular da *Association Internationale des Critiques d'Art* (A.I.C.A.), e comissário de Portugal nas Bienais de São Paulo, Madrid, Barcelona e Medelin (Oliveira, 1986).

1 Anexo 13.

2 Anexo 14.

3 Congresso realizado pelo então Sindicato Nacional dos Arquitectos. Neste apresentaram-se um conjunto de teses que questionaram e transformaram a forma de pensar a profissão de arquiteto e a arquitectura nacional. Os arquitetos reclamaram “a industrialização e a participação dos arquitectos: à escala da cidade; no ordenamento do território e na resolução do problema da habitação”.

4 Anexo 15.



Mário de Oliveira, s.d.
Fotografia: s.n.

Mário de Oliveira vive há cerca de quatro anos em Amares, após um longo período passado na cidade de Vila Real, possivelmente desde a extinção da Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação em 1974. António Belém Lima, arquiteto em Vila Real, numa entrevista publicada pelo J.A., afirmou que Mário de Oliveira “era uma figura heterogénea na cidade porque era um *outsider*” (Lima, 2012, p.32). De um modo geral, as pessoas respeitavam-no “por ser uma figura de fora e por representar um tempo passado. Mas ninguém estava muito interessado em saber verdadeiramente a sua importância” (*idem*). Residiu no Hotel Mira Corgo, usando a pintura como modo de pagamento.



Mário de Oliveira no seu gabinete, s.d.
Fonte: J.A. n.º245, 2012

1.2. GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL

O Gabinete de Urbanização Colonial foi um núcleo de projeto urbano e de arquitetura criado em 1944. Este organismo, dependente do Ministério das Colónias, foi formado “na expectativa de prever possíveis alterações dos quadros coloniais europeus no fim da Segunda Guerra Mundial” (Milheiro [coord.], 2012, p.11), comum a todas as colónias africanas. Mais tarde, o mesmo foi alargado às restantes províncias ultramarinas, isto é, à Índia Portuguesa, a Macau e a Timor.

O gabinete foi alvo de uma série de revisões constitucionais, alterando, assim, a sua designação: Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951) e Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação (1957), sob a jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

Com sede em Lisboa, o gabinete era formado por engenheiros, arquitectos, e consultores especialistas em higiene tropical e climatologia, inicialmente chefiado pelo engenheiro de minas Rogério Cavaca.

Durante o seu período de atividade, as estratégias urbanas nele desenvolvidas atravessaram três momentos distintos.

Num primeiro momento, entre 1945 e 1955, a estratégia partia do modelo de *City Beautiful*¹, cruzado com os conceitos da Cidade-Jardim². Este apoiava-se, essencialmente, em diretrizes estéticas: “abertura de avenidas monumentais e fortalecimento dos instrumentos de sectorização funcional (zonamento) da cidade colonial preexistente, definindo perímetros residenciais, hospitalares, escolares, militares, entre outros” (*idem*, p.14).

O segundo momento, na década de 1960, foi caracterizado pelo estudo dos habitats locais a intervir. Outros conceitos adotados foram a baixa densidade, característica das Cidades-Jardins, e a eleição da habitação unifamiliar.

1 Movimento norte-americano que procurava melhorar a cidade através da sua *beautification*, eliminando os problemas sociais (pois a beleza da cidade inspiraria a lealdade civil e rectidão moral na população empobrecida), aproximando as cidades americanas das europeias e atraindo um maior número de habitantes para trabalhar e consumir no centro das cidades.

2 Ver página

O terceiro momento coincidiu com as guerras coloniais em Angola, Guiné e Moçambique, as vésperas da Revolução 25 de Abril de 1974 e a independência das colónias. Foi caracterizado pela adoção de uma nova abordagem, mais pragmática, reflectida na “sectorização, na ideia de manchas funcionais e no aprofundamento das práticas genéricas de infra-estruturação” (*idem*, p.15).

O gabinete foi extinto no ano de 1974, na sequência da Revolução do 25 de Abril.

Mário de Oliveira, funcionário do gabinete desde 1946/47, destacou-se no segundo momento de estratégia urbana. De acordo com Adriano Moreira, Ministro do Ultramar entre 1961 e 1962 e amigo pessoal de Mário de Oliveira, o arquitecto “era um bom funcionário e o Gabinete tinha um bom ambiente”, “muito amável e sociável” (Moreira, 2012, p. 28-31).

Iniciou as suas funções no gabinete com uma viagem a África, em colaboração com João de Aguiar¹ no desenho do Plano Geral de Urbanização do Quelimane (1945-1952) e do Plano Geral de Urbanização de Namaacha (1948).

O arquitecto desenvolveu diversos trabalhos teóricos, ensaios, relatórios e reflexões que serviram como base no desenho dos planos urbanísticos: *Relatório de viagem à Guiné* (1958), *Relatório de Missão a Moçambique* (1963), *Relatório da Missão Eventual de Serviço a São Tomé* (1964) e *Relatório de visita a Moçambique* (1965-66). Destacaram-se duas obras publicadas pela Agência Geral do Ultramar, através das quais Mário de Oliveira estabeleceu e fixou o seu pensamento urbanístico, tornando-o num personagem não apenas influente no desenho, mas também na produção teórica do seu tempo, ligado aos estudos urbanos do período final do colonialismo português: *Urbanismo no ultramar – Problemas essenciais do urbanismo no ultramar, os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*, em 1962, e *Urbanismo no ultramar – os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*, em 1965. Também importante foi o Estudo sobre o Habitat de Bissau, apresentado em 1968.

1 João António de Aguiar (1906-1974). Arquitecto. Diretor do Gabinete de Urbanização do Ultramar.

Oliveira desenvolveu os seguintes planos de urbanização: Plano de Urbanização de Nova Díli (GUC, 1946), Plano Geral de Urbanização de Namaacha (João de Aguiar/GUC, 1948), Plano de Urbanização de São Tomé e Unidade de Santo António (processo 685/DSUH), Bairro Marcelo Caetano, Plano Geral de Urbanização da Cidade do Quelimane (João de Aguiar/GUC, 1945-52), Plano Geral de Urbanização da Cidade do Quelimane (), Urbanização dos Bairros Populares de Bissau (processo 603/DSUH, 1959) e Estudo de Urbanização de Praia Varela (trabalho 22A/GUC, 1959).

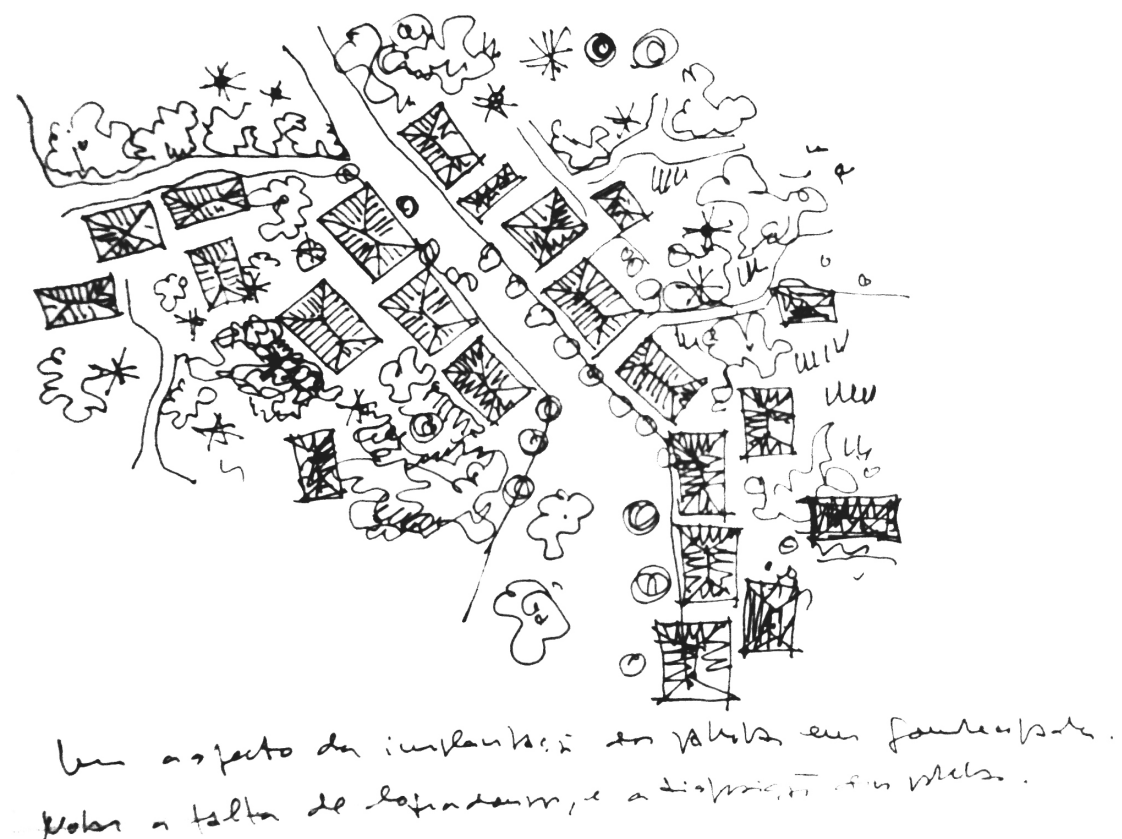
Fernando Schiappa Campos¹, colega de Mário de Oliveira no gabinete, em entrevista dada ao J.A., afirmou que o objetivo destes planos de urbanização era “impedir que as cidades crescessem de qualquer maneira. E mesmo encontrando-se as populações coloniais e africanas em níveis diferentes de urbanidade, a intenção era que os equipamentos chegassem a todos” (Campo, 2012, p.26).

Trabalhou com os arquitectos Lucínio Cruz², João de Aguiar, Eurico Pinto Lopes³ e Fernando Schiappa Campos, em ambos projetos de arquitectura e de urbanismo.

1 Fernando Lopes Schiappa e Silva de Campo (1926). Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa (1954).

2 Lucínio Guia da Cruz (1914). Arquitecto formado pela Escola de Belas Artes do Porto (1941).

3 Eurico Pinto Lopes (1914). Arquitecto formado pela Escola de Belas Artes do Porto (1949).



1.3. URBANISMO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS

As publicações, *Urbanismo no Ultramar - problemas essenciais do urbanismo no ultramar: estruturas urbanas de interacção* e *Urbanismo no Ultramar – os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*, foram escritas no seguimento da tese apresentada pela Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação no Colóquio de Março de 1961, sobre o Urbanismo, intitulada *Alguns aspectos do Urbanismo no Ultramar*. Nesta, o conceito de urbanismo era definido como “a organização planeada, no espaço e no tempo, não só duma aglomeração qualquer, como também da distribuição e desenvolvimento, dentro de determinado quadro geológico, de um conjunto de aglomerações. Espaços de actividades com as mesmas relacionadas e reservas naturais” (Oliveira, 1962, p.7). Também importante foi o artigo *O “Habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais*, publicado no número três da revista *Geographica*.

Nestes textos, o arquiteto defendeu que todo e qualquer trabalho a desenvolver no território ultramarino português deveria seguir um “bem desenvolvido e minucioso plano regulador” (*idem*, p.9), sendo essencial definir uma estrutura social do aglomerado.

Como urbanista, o seu principal objetivo era o bem espiritual e material da sociedade, sendo necessário um “completo conhecimento das atitudes humanas e da acomodação das unidades especiais dentro de qualquer habitat” (Oliveira, 1968, p.66).

Mário de Oliveira acreditava ainda que “o urbanista de hoje, para ser autêntico, devia partir do princípio profundamente humano de que uma cidade não são apenas casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive, com os seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes” (*idem*).

O primeiro passo no desenvolvimento de qualquer plano, segundo o arquiteto, passava pela realização de um inquérito regional, onde participariam especialistas das mais variadas áreas, desde a sociologia e higiene à agronomia e geografia.



Desenho de Mário de Oliveira
Fonte: J.A., nº245, 2012

O arquiteto reforçou várias vezes a importância da sociologia ao defender que uma estrutura urbana adequada deveria “visar também à integração social e à convivência, organicamente adequada a receber e a favorecer a integração das populações aborígenes” (*idem*, p.17). Assim, a educação era extremamente importante. Segundo Oliveira, as soluções de habitabilidade europeias não deveriam ser impostas aos nativos. As suas tradições e costumes não deveriam ser abruptamente eliminadas, mas sim respeitadas. Sendo, no entanto, urgente melhorar as condições do seu “mundo-espaço”, quer a nível higiénico e estético quer a nível de equipamentos (escolas, mercados, postos de saúde, entre outros), os planos de urbanização desenhados pelo Gabinete de Urbanização Colonial deveriam ser pensados de modo a permitir uma evolução lenta, pois a evolução de um habitat é um “processo de desenvolvimento cultural e económico” (Oliveira, 1968, p.67-68).

Para Mário de Oliveira, seria a população mais jovem, com acesso à escola, que na idade adulta sentiria a necessidade de se integrar no habitat europeu, formando assim, sociedades plurirraciais. Para além disso, os bairros residenciais deveriam dispor de centros, pontos de convergência das várias atividades comunitárias, “não só lugares de valorização individual, mas também centro de distração” (*idem*, p.29). Aqui, seria dada à população local a oportunidade de assimilar o modo de vida e os interesses dos europeus e nativos evoluídos. Lentamente, essa população participaria nas actividades sociais, “indispensável a uma existência relativamente apta a satisfazer a manutenção e perpetuação própria, como autêntico indivíduo” (*idem*, p.15). Tudo isto era importante para reforçar os laços de convívio e solidariedade entre as diferentes classes ou etnias que compunham as sociedades plurirraciais pretendidas.

Em suma, os novos povoamentos a desenvolver nas províncias ultramarinas portuguesas seriam válidos se os seus traçados urbanos refletissem aspetos de carácter social, com o objectivo de formar sociedades plurirraciais, com estruturas sociológicas bem definidas, onde o homem pudesse encontrar um modo de vida autêntico (*idem*, p.43). A autenticidade da vida humana encontrava-se na vida em sociedade, sendo cada pessoa um “indivíduo protagonista, que adquiriu um papel determinado dentro de cada grupo social” (Oliveira, 1968, p.73).



Anteplano Geral de Urbanização de Aljustrel, 1948
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU

2. CASOS DE ESTUDO

Enquanto aluno do curso de *Salubridade, Higiene e Urbanologia* na Escola Superior de Arquitectura de Madrid, Mário de Oliveira foi aluno do arquiteto César Cort. Ao entrar no corpo docente da escola, Cort propôs que o curso se denominasse *Urbanologia*, novo conceito, diferente do *Urbanismo*¹, que definia como “*la ciencia de atender al buen funcionamiento y mantenimiento de la ciudad de manera continua*”² (Cort, 1959, p.10). Cesár Cort defendia que antes da construção de uma cidade era necessário definir um programa: “*la población debe dividirse en un conjunto de pequeños núcleos (...) son necesarias entonces vías arteriales para comunicar entre sí los diversos núcleos y darles relación com el exterior (...) Hay muchas poblaciones com parques pero pocas com un verdadero sistema (...) los parques, convenientemente dispuestos y relacionados entre sí por calles-parques y reparten por toda la población el aire puro de los campos*”³ (Sambricio, 1996, p.49). Assim, é possível deduzir que a formação de Mário de Oliveira o aproxima dos ideais do urbanismo culturalista.

Françoise Choay, em *O Urbanismo – estudo*, define “urbanismo culturalista” como um modelo no qual o aglomerado urbano prevalece em relação ao indivíduo e o conceito cultura de cidade se sobrepõe ao conceito material. Cada individuo é um elemento insubstituível na comunidade, quer pelas suas características particulares quer pela sua originalidade (Choay, 2005, p.11-14).

1 “A ancestralidade do termo urbanismo remete-nos à teoria constituída em 1867 por Ildefonso Cerdá, na qual a urbanização é apresentada como um urbanismo, facto científico, e uma nova área disciplinar, urbanismo” (Rodrigues, 2005, p.270).

2 “(...) a ciência de atender ao bom funcionamento e manutenção da cidade de maneira contínua”.

3 “(...) a população deve dividir-se num conjunto de pequenos núcleos (...) são necessárias vias arteriais para comunicar entre si os diversos núcleos e dar-lhes relação com o exterior (...) Há muitas populações com parques mas poucas com um verdadeiro sistema (...) os parques, convenientemente dispostos e relacionados entre si por ruas-parques e repartem por toda a população o ar puro dos campos”.

Neste modelo, a cidade preconizava a irregularidade e a assimetria, “marca de uma ordem orgânica, inspirada pela potência criadora da vida, cuja expressão mais elevada é dada pela inteligência humana” (*idem*). Foram três os urbanistas que se destacaram neste modo de pensar a cidade: Camillo Sitte¹, Ebenezer Howard² e Clarence Perry³.

Em 1889, Camillo Sitte apresentou o que considerava ser o modelo ideal de cidade, numa obra intitulada *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*⁴. Sitte defendia que era importante assegurar o carácter particular e heterogéneo da cidade, recorrendo ao estudo do traçado das cidades do passado e conservando as irregularidades do sítio. Para o urbanista, o mais importante eram as ruas e as praças, isto é, os momentos de passagem e de encontro da cidade, favorecendo, assim, a intensidade e a multiplicação das relações interpessoais dos seus habitantes (*idem*, p. 26-29).

O conceito de Cidade-jardim foi teorizado por Ebenezer Howard na obra *Tomorrow. A Peaceful Path to Real Reform*, publicado em 1898. Este modelo, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos habitantes independentemente do seu estatuto, combinava as vantagens da vida na cidade com as da vida no campo: “*there are in reality not only, as is so constantly assumed, two alternatives – town life and country life – but a third alternative, in which all the advantages of the most energetic and active town life, with all the beauty and delight of the country, may be secured in perfect combination*”⁵ (Howard, 1946, p.45-46). A Cidade-jardim era “organizada em sectores distintos: no centro, a área representativa; em torno, em anéis concêntricos separados por zonas verdes, a residência, e na periferia situar-se-ia a indústria” (Rodrigues, 2005, p.82).

Clarence Perry, inspirado no trabalho de Ebenezer Howard, desenvolveu o conceito de unidade de vizinhança. Esta unidade era simultaneamente parte constituinte de um todo e uma entidade distinta. Apesar de existir um conjunto de equipamentos de interesse público no centro da cidade, eram vários os equipamentos de carácter local e particular de uma comunidade residencial (escola primária, postos de saúde, comércio local, espaços livres e de recreio). Os princípios base deste conceito eram os seguintes: *size*, a unidade residencial deveria dispor de um número de habitações para o qual seria apenas necessária uma escola primária; *boundaries*, deveria ser limitada por artérias de dimensões proporcionais à intensidade de tráfego; *open spaces*, pequenos parques e espaços de recreio; *institution sites*, espaços destinados à construção dos equipamentos de interesse público; *local shops*, comércio local; e *internal street system*, sistema viário interno (Perry, 1929, p.34-43).

Na tentativa provar o carácter culturalista que acreditamos orientar o desenho urbano de Mário de Oliveira, serão analisados nove planos de urbanização desenvolvidos pelo arquiteto: três casos em Portugal continental, o Plano Geral de Urbanização da Lourinhã (1947), o Plano Geral de Urbanização de Nisa (1952) e o Plano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha (1954); e seis casos no então ultramar português, o Plano de Urbanização de Namaacha (1948), o Estudo de Urbanização de Praia Varela (1959), a Urbanização dos Bairros Populares de Bissau (1959), o Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane (1954) e o Plano de Urbanização da cidade de São Tomé (1963-1968).

1 Camillo Sitte (1843-1903). Arquiteto, pintor e urbanista austríaco.

2 Ebenezer Howard (1850-1928). Autor do modelo inglês da Cidade-Jardim.

3 Clarence Arthur Perry (1872-1944). Urbanista, sociólogo e escritor norte-americano.

4 “A construção das cidades segundo princípios artísticos”.

5 “Há na realidade não só, como constantemente assumido, duas alternativas – vida na cidade e vida no campo – mas também uma terceira alternativa, na qual as vantagens da mais energética e activa vida citadina, com toda a beleza e encanto do campo, poderão ser asseguradas em perfeita combinação”.



Anteplano Geral de Urbanização da Lourinhã, 1947
Redesenho Claudia Diniz

2.1. Anteplano Geral de Urbanização da Lourinhã, 1947

Lourinhã é uma vila portuguesa, sede do concelho, que no momento do desenvolvimento do presente plano pertencia à província da Estremadura.

Os censos de 1940 levantados pelo Instituto Nacional de Estatística indicavam que a vila dispunha de uma população de 1126 habitantes, distribuídos por 376 prédios, 253 fogos.

Os objetivos gerais do plano, desenvolvido por Mário de Oliveira ao serviço da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, eram os seguintes: “orientar, da melhor maneira, o desenvolvimento da vila, tendo em atenção o seu aspecto estético e económico; resolver as comunicações interurbanas; estabelecer comunicações intra-urbanas entre as áreas urbanizadas e as existentes; localizar uma zona oficial; localizar uma zona comercial, ampliar e criar novos espaços em relação às necessidades da vila; localizar nos pontos convenientes, e de harmonia com a lógica do traçado urbano, os seguintes elementos: hospital, mercado, matadouro, campo da feita, central eléctrica, escolas, etc.; e estudar o Plano Geral de Urbanização de acordo com os elementos e características regionais, tendo em atenção o seu aspecto económico, assim como delinear uma rede de arruamentos, em atenção às possibilidades materiais do Município” (Oliveira, 1947b, p.1).

O plano abrangia uma área total de 118 hectares, admitindo uma população futura de 3000 habitantes, não sendo estimado o número de anos necessários para tal.

Na Memória descritiva e justificativa do plano, Mário de Oliveira indica claramente que o plano foi desenhado tendo por base os princípios da cidade-jardim, procurando “obedecer aos princípios básicos das urbanizações deste género” (*idem*, p.16).

Consideradas as características topográficas da vila, o arquiteto estudou a implantação dos edifícios de modo a obter um conjunto estético agradável.

A ocupação do solo foi definida segundo um processo de sectorização funcional (zonamento¹). Deste modo, foram delimitadas unidades de vizinhança, com forte implantação residencial (zonas residenciais), comerciais, mistas (residencial e comercial), reservadas à construção de edifícios oficiais e de interesse público, centro cívico e espaços livres.

Nas unidades de vizinhança, denominadas pelo arquiteto como zonas residências, Mário de Oliveira conjugou “a mais valiosa residência com a moradia modesta mantendo a conveniente harmonia estética” (*idem*, p.7), para que o carácter da vila fosse de maior interesse e menor monotonia. De forte carácter residencial, onde predominavam as moradias isoladas unifamiliares ou duo-familiares, e as agrupadas, nestas unidades de vizinhança destacavam-se as escolas primárias. Dispunham também de uma pequena zona comercial de modo a evitar grandes deslocações ao centro da vila.

Na zona comercial localizavam-se as pequenas indústrias, anteriormente dispersas pela vila, em edifícios de um a dois pisos, três em casos excepcionais.

As zonas mistas eram de carácter residencial e comercial. O piso térreo dos edifícios era comercial e os restantes residenciais.

O centro cívico da vila foi localizado junto à praça, onde seriam construídos os equipamentos de utilidade pública, por exemplo a câmara municipal, o tribunal, os correios, o cinema, entre outros. O seu desenho deveria ter em conta a “unidade estética da praça” (*idem*, p.10). Foi definido um conjunto de normas para a construção destes equipamentos, determinando uma altura máxima de nome metros e um máximo de três pisos.

No plano foram definidas as áreas dos lotes destinadas a cada tipo de construção: as moradias da classe alta seriam construídas em lotes de 600m², a mesma área destinada às casas geminadas; as classes operárias disporiam de casas implantadas em lotes de 300m²; os blocos em banda contínua seriam implantados junto às zonas comerciais.

1 “Divisão de uma comunidade em zonas ou distritos, em consonância com as utilizações actuais e potenciais da propriedade imobiliária, com o objectivo de controlo e direcção do aproveitamento e desenvolvimento dessas áreas. Relaciona-se, pois, o zonamento principalmente com a utilização do solo e das edificações, a sua altura e volume, e a proporção de solários que se podem edificar em relação à densidade da população de uma área determinada” (Rodrigues, 2005, p.291).

Para Mário de Oliveira, os pontos de acesso à vila eram essenciais de tal maneira que o desenho da vila foi estudado a partir das suas entradas. No traçar dos arruamentos, o arquiteto fê-lo de modo a “alinhar certas ruas em perspectivas relacionadas com a Igreja Matriz” (*idem*, p.2).

O plano suprimiu algumas das ruas existentes, dando grande importância à rua de grande circulação, a Rua dos Valados. Os perfis foram estudados de modo a facilitar o seu futuro alargamento. À principal artéria, a Avenida António José de Almeida, foi atribuída uma largura total de 12 metros e às restantes seis e oito metros.

Foram apresentadas três soluções distintas do plano, até que em 1953 o seu desenvolvimento passou a ser da responsabilidade da Federação de Municípios da Estremadura.

2.2. Plano Geral de Urbanização de Namaacha, 1948

Namaacha é uma vila Moçambicana, sede de distrito, localizada a 75 quilómetros da capital, Maputo (anterior Lourenço Marques). Desenvolve-se ao longo do planalto da cordilheira do Montes Libombos, próxima das fronteiras com a África do Sul e a Suazilândia.

O plano, trabalho 113 do Gabinete de Urbanização Colonial, foi desenhado por Mário de Oliveira em colaboração com o arquiteto João de Aguiar.

Segundo os dados oficiais disponíveis na época, em 1945, a população da vila era de 1111 habitantes (369 não indígenas, 742 indígenas). O plano, desenvolvido sobre uma área total urbanizada de 124 hectares, previa uma média de 24 habitantes por hectare, admitindo uma população futura de 3000 habitantes.

Até então, Namaacha dispunha de um traçado ortogonal, um amplo parque arborizado, uma Igreja, uma cadeia, o Hotel dos Libombos, o Instituto Mousinho de Albuquerque, o Instituto João de Deus e um conjunto de casas dispersas pela vida.

De acordo com a memória descritiva e justificativa apresentada pelos arquitetos, o objetivo do plano era tornar Namaacha numa “estância de repouso e turismo”, dada a “suavidade do clima” e a sua proximidade a Lourenço Marques (Aguiar e Oliveira, 1948, p.1).

Era necessário resolver os seguintes problemas: limitada lotação do hotel e das pensões, o reduzido número de habitações disponíveis e outras deficiências de carácter urbanístico, sendo imperativo dotar a vila de “comodidades, conforto e distrações” (*idem*, p.1).

Dadas as características morfológicas do terreno, os arquitetos optaram por um traçado tipo cidade-jardim, procurando “obedecer aos princípios básicos das urbanizações deste género” (*idem*, p.9) e respeitar os seus elementos naturais.

O plano propunha a redução do número de arruamentos em determinadas zonas e da área dos quarteirões como medida de carácter económico. Os novos arruamentos foram desenhados com o desejo de quebrar a monotonia do traçado existente.

No desenho do perfil das ruas as dimensões das faixas de rodagem variavam consoante a função de cada zona. Na artéria principal da vila a sua dimensão foi alterada para 12 metro de largura, com passeio de quatro metros, permitindo, deste modo, a implantação de árvores. A alameda proposta tinha passeios de dois metros, faixas de rodagem de nove metros e uma praça central de 18 metros.

A ocupação do solo foi definida segundo um processo de sectorização funcional. Deste modo, foram delimitadas zonas residenciais, desportivas, comerciais e oficial, e espaços verdes.

A zona residencial e oficial oferecia “as condições necessárias para se conseguir comodidade, conforto e higiene” (*idem*, p.4) e admitia a construção de moradias isoladas de carácter económico.

Para a zona comercial, definida por uma praça, os arquitectos propuseram a construção de um novo hotel, cinema, casas de chá e outros equipamentos de interesse público. Estes dispunham-se em blocos de banda contínua.

Foram propostos dois parques amplos, localizados em terrenos que, segundo os arquitectos, dadas as características morfológicas do terreno, não deveriam ser ocupados por construções. Para além destes, foram desenhados outros recintos arborizados “para os quais se reservaram lotes apreciáveis no interior dos quarteirões”, contribuindo, assim, para o desejado “desafogo e higienização do núcleo urbano” (*idem*, p.5). Nestes foram incluídos os equipamentos desportivos.

O plano também estabeleceu um conjunto de normas para a construção do edificado. Na praça foi definida uma cêrcea máxima de oito metros, fixando-se o número de pisos em dois. Na zona residencial o limite era de dois pisos, três em casos excepcionais.

Os arquitectos propuseram equipamentos de interesse público, como escolas, o mercado e o hospital.

A área urbanizada (124 hectares) distribuir-se-ia do seguinte modo: parques públicos, 12 hectares (9.6%); equipamentos de interesse público, 12 hectares (10.4%); ruas e praças, 15 hectares (12%) e construção, 84 hectares (68%).



Plano Geral de Urbanização de Namaacha, 1948
Redesenho Claudia Diniz

A área definida para cada lote dependia da importância hierárquica da sua construção: casas implantadas em lotes de, aproximadamente, 2500m², 1500m² e 900m², respetivamente, construção de casa rica, médica e económica.

Atualmente é possível verificar que o plano não foi aplicado na sua totalidade: para além da supressão de algumas ruas, também a zona comercial e oficial não foi concretizada, tendo os espaços verdes desportivos sido substituídos por zonas de carácter residencial.

2.3. Antepiano Geral de Urbanização de Nisa, 1952

Nisa é uma vila portuguesa, sede do conselho, que no desenvolver do plano pertencia à província do Alto Alentejo.

Os censos de 1940 levantados pelo Instituto Nacional de Estatística indicavam que a população da vila era de 5109 habitantes, distribuídos por 1470 fogos. O plano previa uma 5524 e abrangia uma área total de 103.27 hectares, o equivalente a 167 habitantes por hectare.

O plano, desenvolvido por Mário de Oliveira ao serviço da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, tinha os seguintes objetivos gerais: “orientar, da melhor maneira, o desenvolvimento da vila, tendo em atenção o seu aspecto estético, económico e funcional; resolver as comunicações intra-urbanas entre as áreas urbanizadas e as existentes; localizar uma zona oficial e comercial; criar novos espaços livres públicos; localizar, nos pontos convenientes, e de harmonia com a lógica do traçado urbano, os seguintes elementos: mercado, matadouro, bombeiros, campo de futebol, estação rodoviária, hospital, hotel, campo da feira; estudar o plano geral de urbanização de acordo com os elementos e características locais, tendo em atenção o seu aspecto económico, assim como delinear uma rede de arruamentos tendo em vista as possibilidades materiais do Município” (Oliveira, 1952, p.10).

A expansão do núcleo urbano da vila foi orientada para os locais considerados pelo arquiteto como convenientes, de modo a que o novo núcleo fosse “completamente integrado no existente em boas condições de salubridade” (*idem*, p.14) e tendo em consideração as tendências construtivas da vila.

Por um processo de sectorização funcional da ocupação do solo, foram definidas unidades de vizinhança (zonas residenciais), mistas (residenciais e comerciais), industriais e espaços verdes.

A função dominante da vila era a residencial. Portanto, foram as zonas residenciais que predominaram na solução adotada pelo arquiteto. Nestas unidades de vizinhança foram estabelecidos três tipos de residências, as isoladas, as geminadas e as contínuas, sendo a últimas as que predominariam no futuro desenvolvimento da vila. Dispunham de um pequeno núcleo comercial.



Anteplano Geral de Urbanização de Nisa, 1952
sobreposição sobre fotografia do GoogleMaps

Nas zonas mistas, de carácter comercial e residencial, o comércio instalar-se-ia no piso térreo dos edifícios, estando os restantes destinados à habitação.

Mário de Oliveira projetou para o centro cívico novos edifícios de interesse público, como o Tribunal, os bombeiros e o Paços do Concelho, dispostos em locais de destaque, valorizando, assim, o conjunto urbano.

O plano determinou as áreas dos lotes destinados a cada tipo de construção: a contínua, destinada aos edifícios de carácter misto, disporia de uma área de 300m²; as habitações isoladas e geminadas seriam implantadas em lotes de 600m², as habitações em bandas contínuas em lotes de 300m², e as habitações contínuas económicas em lotes de 160m².

No traçado dos arruamentos foi previsto o alargamento e a regularização de algumas ruas, e proposta a abertura de uma avenida com um perfil de 15 metros. Nos bairros económicos, esse perfil contava apenas com seis metros de largura.

No desenho da vila, Mário de Oliveira resistiu “à formalização e geometrização dos espaços públicos” (Lôbo, 1995, p.197), propondo largos e traçando novos arruamentos, num traçado orgânico.

O plano sofreu duas alterações, mantendo os objetivos e princípios propostos no plano de 1952. Não foi aplicado.

2.4. Antepiano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha, 1954

Vila Nova da Barquinha é uma vila portuguesa que, no momento do desenvolvimento do plano por Mário de Oliveira, ao serviço da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, pertencia à província do Ribatejo.

Dadas as suas características topográficas, um dos aspetos que condicionaram o plano desenvolvido foram as frequentes inundações que afetam a zona no Inverno.

Com este plano, o arquitecto propôs “resolver as comunicações interurbanas entre as áreas urbanizadas e as existentes; localizar uma zona oficial, que não seja abrangida pelas inundações; localizar uma zona comercial igualmente em lugar que não seja abrangido pelas inundações; ampliar e criar novos espaços livres públicos; estabelecer um campo de jogos em relação às necessidades da vila; estudar o plano de acordo com os elementos e aspectos económicos, assim como delinear uma rede de arruamentos, em atenção às possibilidades materiais do município” (Oliveira, 1954a, p.1).

A ocupação do solo foi definida segundo um processo de sectorização funcional (zonamento). Deste modo, foram definidas zonas residenciais, mistas (comercial e residencial), comerciais, industriais e espaços verdes.

Apesar de predominantemente plana, o lado norte da vila dispunha de um declive que foi aproveitado pelo arquiteto para a implantação das zonas comerciais, residenciais e oficiais. Mário de Oliveira estudou “escrupulosamente a forma de dispor os edifícios, com o fim de se obter um conjunto estético agradável” (*idem*, p.4).

O desenho das zonas residenciais foi estudado “em relação às possibilidades locais e de harmonia com o traçado existente” (*idem*, p.5-6). Nestas predominavam a construção em bloco, sendo permitidos um máximo de dois pisos.

A zona mista, de carácter comercial, oficial e residencial, cingiu-se à área da praça projectada. Nesta, a atividade comercial ocupava edifícios próprios ou apenas o rés-do-chão, sendo os restantes pisos reservados à habitação. Aqui, foi definida uma altura máxima de nove metros e três pisos.

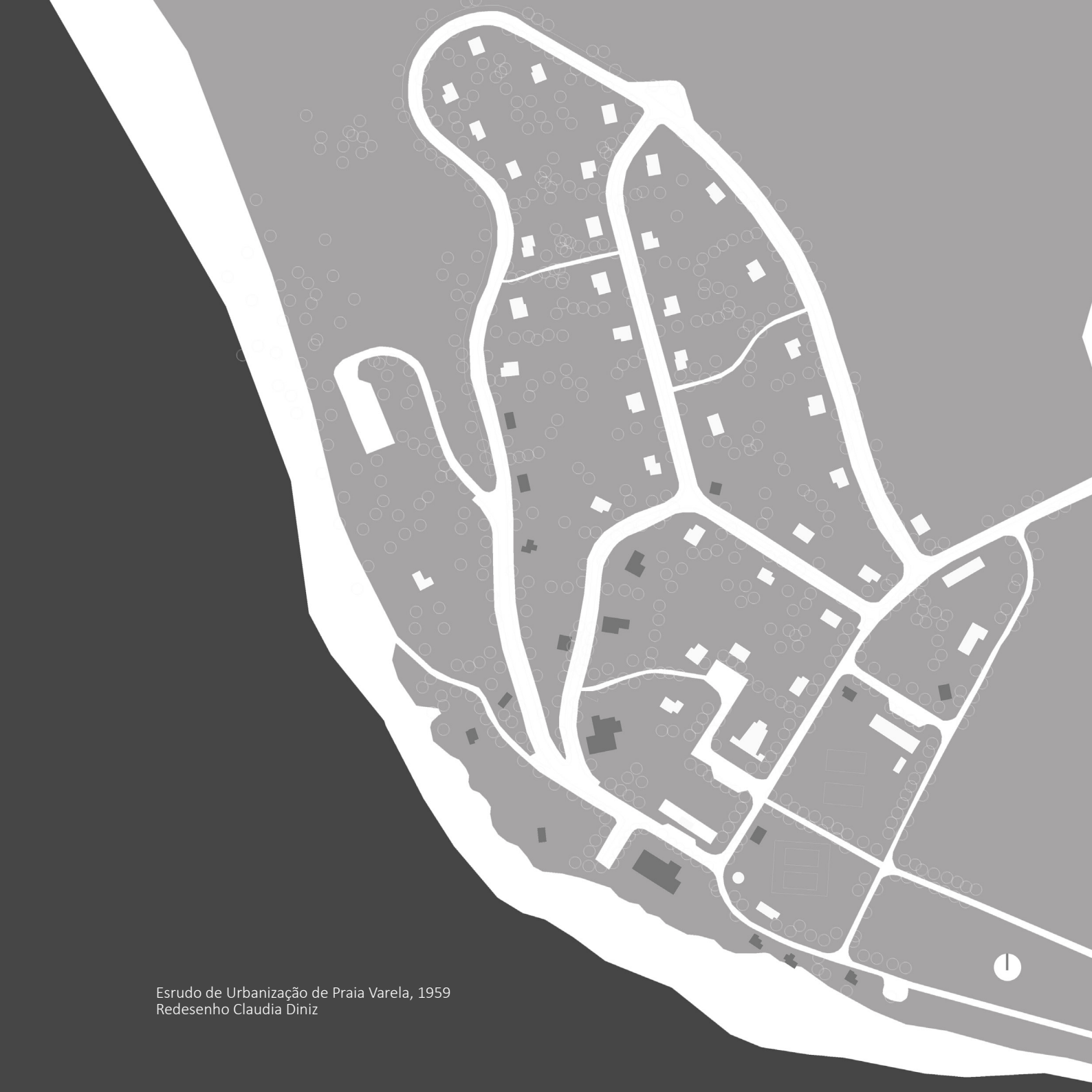
Também importante no desenvolvimento da vila era a construção de um mercado, cuja implantação dependeria dos seguintes critérios: facilidade de acessos e proximidade às zonas residenciais.

Apesar de toda a vila ter sido construída em irregularidade com o traçado, Mário de Oliveira procurou “causar o menor prejuízo possível à propriedade particular” (*idem*, p.5), mantendo-a intacta na sua quase totalidade.

Este plano sofreu consideráveis alterações em 1954, “para melhor aproveitamento do terreno abrangido pelo actual núcleo urbano estabelecendo-se uma mais racional ordenação das áreas de construção e dos espaços livres” (Oliveira, 1954b, p.1). Tais alterações ocorreram essencialmente nas zonas residenciais. Anteriormente com a predominância da construção em bloco continua, passou a haver zonas residenciais de três tipos, isoladas, geminadas e contínuas, definidas em função da importância da sua localização, aspecto e dimensão. Cada uma seria servida por pequenos núcleos comerciais. Não foi aplicado.



Anteplano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha, 1954
Redesenho Claudia Diniz



Estudo de Urbanização de Praia Varela, 1959
Redesenho Claudia Diniz

2.5. Estudo de urbanização de Praia Varela, 1959

O Estudo de urbanização de Praia Varela, processo 22-A da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação, foi desenvolvido tendo como base o Relatório de Viagem à Guiné (1958), redigido por Mário de Oliveira no ano anterior. A missão, do qual resultou o relatório, tinha como principal objetivo o estudo da Urbanização dos Bairros Populares Suburbanos de Bissau e a Urbanização da Praia Varela. Segundo o relatório, Praia Varela era “sem dúvida um lugar aprazível, possuindo excelentes condições naturais, para a organização de um pequeno centro urbano e turístico” (Oliveira, 1958, p.8).

Praia Varela possuía “uma excelente praia”, “uma falésia de vegetação florestal” (*idem*, p.8) e um clima fresco. Desde o estudo de urbanização anterior, desenvolvido em 1946, tinham sido apenas construídas 12 casas e um restaurante/hotel. Tal facto indica que até então a vila tinha evoluído a um ritmo lento, em parte pela sua difícil acessibilidade.

O plano desenvolvido tinha como objetivos gerais “orientar da melhor maneira o futuro desenvolvimento da Praia, tendo em atenção as suas características; a colocação das moradias de forma a permitir os melhores pontos de vista; aproveitar todos os elementos naturais, de tal maneira que a urbanização ficasse completamente integrada na paisagem; localizar nos pontos convenientes e de harmonia com a lógica do traçado e com as características especiais do traçado e com as características especiais do aglomerado os seguintes elementos: capela, instalações para funcionários, instalações para serventes, comércio indígena, central eléctrica, depósito de água, posto de abastecimento de combustíveis e ainda uma zona livre destinada a parque de campismo” (Oliveira, 1959, p.4).

O traçado foi desenhado com a intenção de valorizar os elementos naturais de Praia Varela. Todos os arruamentos secundários cingiam-se, então, à morfologia do terreno.

O principal arruamento, estrada de circunvalação, era o único que permitia a acessibilidade à zona. A intenção do arquiteto era que este também servisse de “passeio”, propondo um miradouro de onde se poderia “observar uma linda vista até Cabo Roxo” (*idem*, p.5).

Os arruamentos eram de três categorias: de trânsito, de veículos e de peões. Os seus perfis foram estudados pelo arquitecto tendo em conta o seu possível futuro alargamento. A estrada de circunvalação contava com uma faixa de rodagem de cinco metros, 75 centímetros de berma e 5.25 metros para futuros alargamentos, totalizando onze metros. Nos restantes arruamentos, a faixa de rodagem era de 3.5 metros, a berma de 50 centímetros e 3.75 metros para futuros alargamentos.

A zona residencial foi implantada de modo a aproveitar uma faixa de terreno que, dadas as suas características naturais, permitiam que as habitações disfrutassem de vista sobre o mar. Esta disposição era também benéfica em relação aos ventos dominantes. As vedações entre os vários lotes eram arborizados ou inexistentes, proibindo-se qualquer outro tipo de limite físico.

Um dos principais projetos a desenvolver era a ampliação do hotel com capacidade de 20 quartos. Junto a este o arquiteto propôs um posto de abastecimento de combustíveis, que futuramente seria transformado num bloco comercial e residencial, quando o desenvolvimento de Praia Varela o justificasse.

Fora da área urbanizada foi previsto um pequeno aldeamento indígena.

O plano não foi aplicado.

2.7. Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, 1959

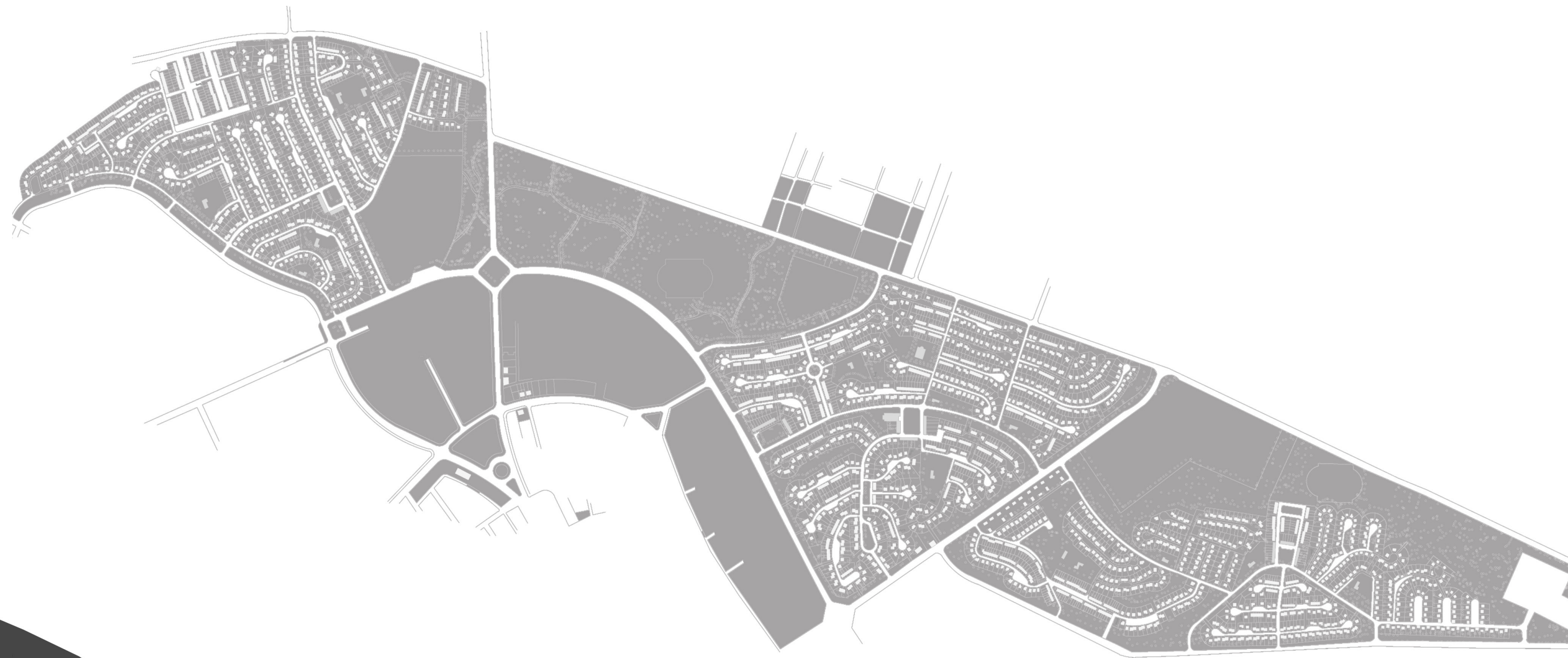
Tal como o plano anteriormente descrito, a Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, trabalho 603 da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação, teve como base de trabalho o *Relatório de Viagem à Guiné*.

Considerando o problema da Urbanização dos Bairros Indígenas de Bissau “um problema bastante complexo” (Oliveira, 1958, p.1), o arquiteto propôs a organização de um inquérito minucioso, dando especial atenção aos aspetos de cariz psicológico e político. Mário de Oliveira acreditava que a solução desses mesmos problemas passava por “ouvir as pessoas mais representativas da comunidade local” pois só assim se alcançaria uma “verdadeira solução urbanística” (*idem*, p.1).

No momento do inquérito a habitação indígena encontrava-se “organizada nas piores condições de higiene” (*idem*, p.2). A construção das palhotas era precária, implantada desordenadamente e muitas vezes amontoada, com logradouros mínimos ou inexistentes. Mário de Oliveira propôs que a implantação destes bairros tivesse “as boas características de higiene, e o conforto mínimo em relação à vida do indígena, sem contudo se modificar completamente o seu sentido da construção” (*idem*, p.4), e que cada habitação dispusesse de um lote com uma área de 600 m², afastadas entre si 10 metros, favorecendo a actividade agrícola.

Após um levantamento exaustivo dos vários grupos indígenas e número de palhotas, constatou-se que a população de Bissau era extremamente heterogénea. Desta se destacava o grupo Futa-Fula pelo sentido artístico e higiénico que configuravam as suas palhotas. Os desenhos representados no seu interior serviam os indígenas pois, segundo eles, “o nosso corpo repousa melhor e o espirito está mais tranquilo” (*idem*, p.3).

O plano, desenvolvido em colaboração com o arquiteto João Aguiar, tinha como principal objetivo “a criação de áreas organizadas em condições de satisfazer o realojamento progressivo da população indígena existente (cerca de 9000 habitantes) e o aumento da população da cidade nos próximos anos, que se não pode prever de maneira segura” (Oliveira, 1962, p. 37).



Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, 1959
Redesenho Claudia Diniz

Assim, foram desenhados três núcleos, A, B e C, concebidos como unidades auto-suficientes com a capacidade de garantir a satisfação das necessidades básicas da população. Consoante o crescimento da cidade, novos núcleos seriam criados, inseridos no Plano Director de Bissau.

No seu desenvolvimento os arquitetos tiveram em conta o que consideraram serem os factores primordiais: “comunicações inter-urbanas (de forma que os bairros possam ser servidos mas não interceptados pelas mesmas); estabelecimento das comunicações intra-urbanas entre as áreas a urbanizar e as existentes; e o desenvolvimento dos bairros, tendo em atenção as características locais, o seu necessário equipamento e os hábitos da população” (Oliveira, 1962, p. 38).

Os novos bairros foram implantados nos terrenos onde se encontravam os principais aglomerados urbanos, nomeadamente Cupelon, Pelon, Santa Luzia, Gambeafada, entre outros.

Cada bairro era atravessado por um eixo de penetração, a sua principal via de acesso. No seu centro encontrava-se uma praça, centro de reunião e de comércio do bairro. As áreas residenciais eram constituídas por ruas directamente ligadas ao eixo principal. Foi criada uma hierarquia de ruas, principais (trânsito intenso), secundárias ou de acesso (residenciais).

Tendo em atenção as características da população de cada aglomerado, foi definida a seguinte ocupação do solo: zonas de interesse público, onde se encontravam as escolas, templos, instalações desportivas, postos de assistência médica; zonas comerciais, onde predominava a construção em bloco, rés-do-chão destinado ao comércio e pisos superiores à habitação; zonas residenciais, constituídas por moradias unifamiliares, isoladas, geminadas e em banda; e espaços livres públicos, áreas arborizadas destinadas ao repouso e recreio.

Com uma área de 59.16 hectares, e uma população prevista de 4215 habitantes, isto é 71 habitantes por hectares, o Bairro A foi implantado junto à principal via de acesso da cidade, que no momento do desenvolvimento do plano tratava-se de uma área da cidade praticamente desocupada.

O plano definia a criação de uma zona comercial, um posto de assistência, posto de polícia, balneários, pontos de água, incineradores, escolas e escolas capelas. O lado sul do bairro dispunha de uma ampla área verde, destinada à implantação de um futuro edifício hospitalar.

O Bairro B, por sua vez, implantado junto às estradas que ligavam a cidade a Nhacara e Santa Luzia, e a estrada de grande circulação, de acesso à zona industrial, dispunha de uma superfície de 67.47 hectares, com uma população prevista de 5045 habitantes, isto é, 75 habitantes por hectare. Este bairro correspondia à zona ocupada pelo grupo Cupelão. O seu desenho era semelhante ao traçado do Bairro A. A sul, o bairro encontrava-se limitado por uma área de ocupação condicionada, dadas as suas características topográficas. Assim, nesta foram albergados os espaços livres públicos, com zonas verdes e campos desportivos. Dado o grande número de muçulmanos, foi também incluída a construção de uma mesquita.

O Bairro C, também este praticamente desocupado, com uma área de 55.69 hectares, e uma população prevista de 3900 habitantes, isto é, 70 habitantes por hectare, formava o “triângulo de circulação” com a estrada de Santa Luzia, onde se encontrariam as instalações militares, e as duas estradas para Nhacara. Tal como nos restantes bairros, no bairro C os arquitectos não consideraram a expansão urbana da cidade a nascente, tratando-se esta de uma área baixa do pântano de Antula, nem a poente, dadas as características particulares do terreno, onde se instalaram os espaços desportivos e os espaços verdes.

Estudos recentes indicam que apenas foram construídas as vias estruturantes do plano, não sendo possível reconhecer os lotes desenhados por Mário de Oliveira.



Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane, 1964
Redesenho Claudia Diniz

2.8. Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane, 1964

A cidade do Quelimane, situada na margem esquerda do rio dos Bons Sinais, é uma cidade moçambicana, para a qual os arquitetos João de Aguiar e Mário de Oliveira desenvolveram um plano de urbanização, entre 1945 e 1952. Entretanto, em 1964, Oliveira voltou ao seu desenvolvimento, agora em colaboração com o Engenheiro Inácio de Vasconcelos. Este novo estudo foi baseado nos dois planos anteriormente desenhados.

O arquiteto iniciou o trabalho com o *Estudo prévio para análise e crítica do Plano de Urbanização da cidade de Quelimane*.

O plano foi dividido em duas partes distintas, a zona urbana propriamente dita, que abrangia todo o núcleo urbano da cidade, completamente definido na ordenação do seu zonamento e loteamento, e a zona suburbana.

Segundo os censos de 1960, levantados pelo Instituto Nacional de Estatística, Quelimane dispunha de uma população diversificada de 156 887 habitantes, 9324 não indígenas e 147563 indígenas.

É possível constatar que o presente plano segue os princípios e os objetivos aplicados nos planos de urbanização anteriormente mencionados e analisados.

No desenho de Mário de Oliveira é claramente visível que a ocupação do solo foi definida num processo de sectorização funcional (zonamento), delimitando unidades de vizinhança, zonas comerciais ou mistas (comercial e residencial), zona oficial, espaços verdes e desportivos.

Cada unidade de vizinhança, na qual predominavam habitações isoladas e geminadas, dispunham de uma escola primária e de outros equipamentos de interesse público.

Foram propostas duas zonas comerciais/mistas definidas por duas praças, predominando aqui a construção em banda contínua.

Para a zona oficial, reestruturada, foram propostos edifícios administrativos e equipamentos de interesse público, como por exemplo o hotel, o cinema e os correios. Através de uma ampla avenida arborizada, esta zona comunicava com a zona desportiva e a escola técnica.

O hospital foi projectado para os limites da área abrangida pelo plano.

Um dos aspetos que mais se destacam no plano é a importância dada aos espaços verdes. Mário de Oliveira definiu espaços verdes amplos ao longo de toda a cidade, destacando-se o que fronteira uma das praças projetadas, o que abrange a zona desportiva e o hospital. O espaço entre as habitações e a área circundante das escolas também era arborizado.

O plano como anteriormente descrito não foi aplicado na sua integridade. Apesar do traçado das ruas e as unidades de vizinhança terem sido concretizados, os espaços livres verdes e desportivo, e um dos centros de carácter comercial/misto não, todos eles substituídos por zonas residenciais.

2.9. Plano de Urbanização da cidade de São Tomé, 1963-68

São Tomé é a capital do arquipélago de São Tomé e Príncipe, implantada sobre uma zona baixa da ilha, criada a partir de um aterro e da drenagem de pântanos.

O trabalho de Mário de Oliveira sobre a cidade de São Tomé iniciou-se em 1963, com o Antepiano de Urbanização da cidade de São Tomé, trabalho 685 da Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação.

Os objetivos gerais do plano eram o de “estabelecer a continuidade entre os dois ramos da nova estrada de cintura da ilha, convergentes na cidade, e a ligação desta às novas instalações portuárias; criar uma estrutura urbana em moldes orgânicos convenientes; rever as necessidades e distribuição do equipamento colectivo, estabelecendo uma zona cívico-administrativa, com apoio no existente, contribuindo para a vitalização da cidade, (centro de concorrência urbana e extra-urbana); criação de zonas aptas ao desenvolvimento do “habitat”, proporcionando a substituição em prazo mais ou menos largo das condições precárias existentes e satisfazendo ao desenvolvimento dimensionados; localização de zonas de actividades industriais e afins (concentração e transformação da produção agrícola, apoio tecnológico, etc.) em posições adequadas e, face das circulações principais e da relação habitação-trabalho; utilização de forma adequada das disponibilidades de terreno contíguo à cidade, obtidas com a aquisição do Estado da chamada Quinta de Santo António” (Oliveira, 1963, p. 3).

Com solução urbanística apresentada, o arquiteto optou por uma organização de espaços “verdadeiramente funcionais e esteticamente valiosos” (*idem*, p.6).

A função primordial da cidade era residencial, e portanto, a que predominava na solução adotada.

A ocupação do solo foi definida por zonamento, delimitando um centro cívico e administrativo, uma zona desportiva, uma zona industrial, uma zona de reserva e a Unidade residencial da Quinta de Santo António.



Plano de Urbanização da cidade de São Tomé, 1968
Redesenho Claudia Diniz

O centro cívico e administrativo foi definido tendo em atenção os dois núcleos principais existentes, o que albergava o Palácio do Governo, a catedral e o tribunal, e o núcleo onde se encontravam o cineteatro e os correios. As novas instalações portuárias levaram ao desenvolvimento de um centro misto, de comércio e habitação, tendo como base o segundo núcleo mencionado.

A zona industrial foi localizada junto à estrada de Sant’Ana, dispondo de uma ampla área reservada a uma possível futura expansão.

A Unidade Residencial da Quinta de Santo António (Bairros populares da Quinta de Santo António), segundo a memória descritiva e justificativa do plano, oferecia “quer no ponto de vista urbanístico, quer habitacional, as melhores condições de viver”, sendo a “convivência” um dos factores primordiais no seu desenvolvimento. No seu traçado, o arquitecto optou por “uma disposição ao longo das ruas-base, disposição essa de grupos de casas e de espaços comuns contíguos, que permitia da melhor maneira o “convívio” e ainda uma solução económica dos encargos de infra-estrutura por fogo” (*idem*, p.9-11). Todas as suas formas foram desenhadas com o intuito de “fazer o mínimo de movimento do terreno, “agarrando” toda a estrutura urbana ao terreno” (*idem*, p.9-11).

A sua ocupação foi prevista admitindo os vários tipos de população a alojar, de modo a criar uma autêntica comunidade plurirracial. A unidade residencial previa 356 habitações, distribuídos por uma área de 24.5 hectares, 60 habitantes por hectare.

A 29 de Outubro de 1964, Mário de Oliveira apresentou o *Relatório da missão eventual de serviço a São Tomé*, missão esta que tinha como intuito colaborar na apreciação do antepiano desenvolvido, recolher elementos de apoio à elaboração do Plano de Urbanização e estudar os problemas das populações.

Neste mencionou o desejo de criar sociedades plurirraciais, sendo necessário, para a solução do problema da habitação das zonas periféricas da cidade, um “sólido estudo doutrinário para tal conhecimento respeitar as características ecológicas e humanas do meio ambiente” (Oliveira, 1964, p.).

Em 1968, foi apresentado um novo plano. A memória descritiva e justificativa apresentada pelo arquitecto indicava que, no momento do desenvolvimento do plano, o traçado urbano da cidade era dos melhores das províncias ultramarinas, dos únicos

a serem desenvolvidos em relação às suas características geográficas. Nos quatro anos precedentes a este plano, a cidade tinha sido alvo de uma profunda valorização urbana, com a construção de edifícios, bairros, centros escolares e novos arruamentos.

Os principais objetivos deste eram o de “orientar, da melhor maneira, o futuro desenvolvimento da cidade, tendo em atenção as características do aglomerado; resolver as comunicações inter-urbanas; resolver as comunicações intra-urbanas entre as áreas urbanas projectadas e as existentes; localizar zonas comerciais; localizar a zona industrial; ampliar e criar novos espaços livres públicos; localizar nos pontos convenientes e de harmonia com a lógica do traçado e com as características especiais do aglomerado, os seguintes elementos: casa da Mocidade Portuguesa, biblioteca museu, palácio dos desportos, hotel turístico, arquivo histórico e centro de informação e turismo, campo desportivo, bairros residenciais e matadouro; estudar o plano geral de urbanização de acordo com os elementos e características locais tendo em especial atenção a estrutura da cidade, definida pela bela Baía de Ana Chaves e porto, e ainda organizar e delinear uma rede de arruamentos, tendo naturalmente em atenção as possibilidades do Município e o futuro desenvolvimento da cidade e a sua integração com as zonas periféricas” (Oliveira, 1968, p.37).

O arquitecto indicou como factores essenciais na organização urbana a necessidade de “evitar que a população activa perca tempo e se fatigue em longos percursos entre a habitação e o emprego” e a possibilidade de criar “autênticas unidades de integração e convivência, para a formação de sociedades multirraciais estáveis” (*idem*, p.40).

Os edifícios de habitação eram de grande heterogeneidade, edifícios de um, dois e três pisos, e um bloco de residências de três pisos. Estas encontravam-se bem integradas no aglomerado, e portanto, o arquitecto propôs manter o mesmo tipo de construção. Dada a densidade populacional da cidade ser baixa, Mário de Oliveira considerou excessivo o afastamento lateral das moradias unifamiliares. Propôs, então, definir zonas residenciais mais densas e de blocos contínuos. Previu também a demolição de algumas moradias para se poderem construir os blocos, com o máximo de cinco pisos.

Com apoio no edificado existente, o centro cívico, zona administrativa, foi implantado na Praça do Município a criar, em frente ao então edifício da Câmara Municipal.

Possuindo já um conjunto de espaços livres de excelentes condições, como o Parque Governador Silva Sebastião, o Jardim Municipal, foram também previstos novos espaços livres, como os da Quinta de Santo António (zona desportiva) e o Jardim da Pousada de São Jerónimo. No entanto, os grandes espaços verdes projetados foram os integrados nas zonas residenciais, no Bloco Habitacional da Caixa de Providência e na Escola Técnica Silva Cunha.

A zona industrial foi implantada na marginal da estrada para Angolares, pela sua fácil acessibilidade, e curta distância à cidade.

Para a futura expansão da zona comercial, o arquiteto definiu locais que se encontravam em continuidade com a estrutura do comércio existente.

Considerando o possível futuro desenvolvimento da cidade, foram definidas zonas de reservas.

Quanto aos arruamentos, dado que a cidade já dispunha de uma estrutura viária definida, todas as novas ruas foram desenhadas tendo em atenção o existente. Todos estes seriam ladeados por passeios laterais de dimensões suficientes à implantação de árvores.

3. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi possível constatar que Mário de Oliveira segue uma abordagem de carácter essencialmente culturalista no desenvolvimento de planos de urbanização.

Apesar da opção do arquiteto pelo zonamento que vem da tradição urbanista desde o século XIX, e que se insere nas vertentes progressista e culturalista descritas por F. Choy, Mário de Oliveira não desiste de um desenho mais erudito, fugindo aos esquemas ortogonais que pressupunham uma lógica de lote (ou até mesmo de loteamento) e preferindo traçados mais orgânicos, lendo as indicações topográficas e elogiando os lugares originais de implantação dos bairros africanos sobre os quais depois trabalhava.

O primeiro capítulo, mais dedicado ao percurso académico de Mário de Oliveira, permitiu estabelecer historicamente a sua formação. Assim, Mário de Oliveira formou-se em Arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto e no Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA), apresentou uma tese intitulada “uma casa de habitação para uma família taciturna, a construir num Bairro em Lisboa”.

O CODA é entregue após a frequência do curso de *Salubridade, Higiene e Urbanologia*, na Escola Superior de Arquitetura de Madrid, cujo conhecimento adquirido junto a Gonzalo de Cárdenas e César Cort teve, com certeza, influência no desenho dos planos de urbanização por ele desenvolvidos.

Por entre 1946 e 1947, Mário de Oliveira ingressou no Gabinete de Urbanização Colonial, núcleo de projecto urbano e de arquitetura criado em 1944, dependente do Ministério das Colónias.

Seria ainda ao Serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar, depois, Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação, sob a jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, que Mário de Oliveira se iria destacar, no domínio dos planos urbanistas, introduzindo, com outros colegas, como estratégia de intervenção um profundo conhecimento dos habitats, com uma série de viagens de reconhecimento a África e também à então Índia portuguesa.

Estes projetos seriam devidamente enquadrados por Mário de Oliveira em diversos trabalhos teóricos, ensaios e reflexões que vai publicando, sendo mais conhecidos os editados na década de 1960. Seria através destes textos que Mário de Oliveira estabeleceria e fixaria o seu pensamento urbanístico, tornando-o num personagem não apenas influente no desenho, mas também na produção teórica do seu tempo, ligado aos estudos urbanos do período final do colonialismo português. Entre estas publicações destacámos ao longo deste trabalho os seguintes: *Urbanismo no ultramar: problemas essenciais do urbanismo no ultramar – estruturas urbanas de integração e convivência* e *Urbanismo no ultramar: os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*.

Também destacámos, entre os planos desenvolvidos para o ultramar português e para Portugal continental, os seguintes: Plano Geral de Urbanização da Lourinhã (1948), Plano Geral de Urbanização de Namaacha (1948), Plano Geral de Urbanização de Nisa (1952), Plano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha (1954), Estudo de Urbanização de Praia Varela (1959), Urbanização dos Bairros Populares de Bissau (1959), Plano de Urbanização de Quelimane (1964) e Plano de Urbanização da cidade de São Tomé (1963-1968).

Em relação ao pensamento urbanista de Mário de Oliveira verificámos que os aspectos de carácter social eram de extrema importância. O arquiteto reforçou várias vezes o quão importante era o conhecimento completo do sítio a intervir, quer a nível geográfico e económico quer a nível social e cultural: “uma cidade não são apenas casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive, com os seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes” (Oliveira, 1968, p.66). Portanto, e segundo Mário de Oliveira, o primeiro passo no desenvolvimento de um plano de urbanização deveria ser a realização de um inquérito regional onde participariam especialistas das mais variadas áreas, desde a sociologia e higiene à agronomia e geografia, o que é uma visão aproximada do trabalho multidisciplinar que ainda hoje norteia a conceção destes planos. Outro aspeto presente nos seus escritos, e consequentemente nos seus planos, é o desejo de criar sociedades plurirraciais autênticas. Esta estratégia tornou-se, assim, recorrente nas políticas coloniais do Estado Novo e esteve presente nas políticas de Adriano Moreira, antigo Ministro do Ultramar (1961-1962) e amigo pessoal do arquitecto (Moreira, 2012, p.28-31).

No segundo capítulo foi analisado um conjunto de planos de urbanização desenvolvidos pelo arquiteto, três casos em Portugal continental e cinco no então ultramar português. A partir desta amostragem foi possível demonstrar que um pensamento de pendor “mais culturalista” se verificou como uma invariável.

Procurámos provar que Mário de Oliveira aplicou nos seus planos, conceitos apreendidos através da provável leitura de outros urbanistas como Camillo Sitte. No Estudo de Urbanização de Praia Varela, por exemplo, afirmou que o seu traçado valorizava os elementos naturais do sítio, cingindo-se o quanto possível à morfologia do terreno.

Na generalidade, nos desenhos urbanos de Mário de Oliveira, é possível detectar que é dada imensa importância aos espaços livres verdes.

Em todos os planos, Mário de Oliveira introduziu a noção de zonamento, definindo zonas residenciais, comerciais, mistas (residenciais e comerciais), industriais e de espaço livre.

As unidades de vizinhança, caracterizadas por uma forte implantação residencial, previram ainda um conjunto de equipamentos de proximidade desde escolas primárias a postos de saúde. As mesmas características podem ser encontradas nas Cidades-jardins e nos modelos urbanos previstos por Ebenezer Howard e Clarence Perry.

No entanto, observou-se que a maioria dos planos desenvolvidos não foi concretizada, pelo menos na sua totalidade. Do Plano Geral de Urbanização de Namaacha, por exemplo, foi apenas aplicado parte do desenho urbano proposto, suprimindo os espaços verdes de maior área, substituídos por zonas residenciais. Também a zona comercial não foi construída. O Estudo de Urbanização de Praia Varela, tal como a sua nomeação indica, foi simplesmente um estudo e nenhuma das suas partes foi aplicada. Em relação à Urbanização dos Bairros Populares de Bissau, estudos recentes indicam apenas a aplicação das vias estruturantes, não sendo possível reconhecer os lotes desenhados por Mário de Oliveira. Também o Plano de Urbanização para a cidade do Quelimane foi parcialmente aplicado, tendo sido suprimidas uma das zonas comerciais propostas e o espaço verde desportivo, uma vez mais substituído por zonas residenciais.

Contudo, por ser esta a primeira abordagem sistemática à obra urbana de Mário de Oliveira, é ainda possível que a verificação dos planos, principalmente quanto ao nível de concretização, não esteja totalmente fechada, prevendo-se novos contributos.

ANEXOS

Ano 1915

N.º 294

Folhas 147 v.º



Registada no livro de emolumentos
sob o n.º 6343.

Registo Civil da República Portuguesa

Certidão de Nascimento

NARRATIVA

António Ribeiro do Amaral

Conservador do Registo Civil de Alcobaca

Ficha N.º

Certifico que dos livros de registo de nascimentos arquivados nesta Conservatória referentes ao ano de 1915, consta que às vinte e uma horas e minutos do dia vinte e seis do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e catorze na freguesia e concelho de Alcobaca nasceu um indivíduo do sexo masculino a quem foi dado o nome de Mário Gonçalves de Oliveira filho de Maria da Louz de Oliveira proprietária, domiciliada na vila de Alcobaca.

CONTA

N.º 45-Emol.º. . . 6\$00

Selo 5\$00

Total . . . 11\$00

N.º 51 2\$00

adiciona 1\$00

14\$50

E por ser verdade se passou esta certidão que conferi e assino.

Conservatória do Registo Civil de Alcobaca

quinze de Outubro de mil novecentos e quarenta e seis.

O Conservador do Registo Civil,





1

MOD. 1-700 — TIP. VOUGA — ALBERGARIA-A-VELHA

Anexo 1
Certidão de nascimento de Mário de Oliveira
Fonte: Arquivo EBAUP

83

INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

L.º 3 N.º 3953

CURRÍCULO VITAL (que deve acompanhar os requerimentos do candidato)

Nome completo Luís António de Jesus Data 3.6.1918
 Lugar do nascimento Alcochete Nacionalidade Portuguesa
 Data do nascimento 3.6.1918 Idade 31
 Filiação Maria da Luz de Oliveira
 Estado solteiro Data do casamento _____
 Nome do cônjuge _____
 Número de filhos vivos _____ Idade e sexo _____
 Outras pessoas a cargo do concorrente _____

Tem qualquer defeito físico ou sofre de qualquer doença constitucional ou crónica? Não

Ocupação actual Arquiteto adjunto na Direcção de Reorganização (Reparação de Estruturas) da Universidade de Coimbra
 Ordenado (com todas as gratificações, emolumentos, etc.) por ano? _____

Tem quaisquer outros recursos (rendimentos, subsídios, venda de publicações, etc) ou qualquer das pessoas que vivem com o requerente ou a seu cargo? Não

Observações Não tenho qualquer ordenado em Portugal. O Ministério de Reorganização da Universidade de Coimbra atribuiu-me uma gratificação de 1.000 contos por mês.
 Concorreu já alguma vez a qualquer bolsa de estudo fora do País? Quando? Onde? Não

Qual o resultado dos pedidos?

Fez algum estágio fora do País? Que instituições frequentou? Por quanto tempo? Que estudos fez? Frequentei em 1944 a Escola de Urbanismo da Universidade de Saarbrücken onde estudei até Dezembro, e a universidade de Viena de Janeiro.

Que línguas fala? Francês, Espanhol e um pouco de Inglês.
 Foi-lhe concedido algum subsídio ou bolsa para estudo, no País? Quando? Por que Instituição? Durante quanto tempo? Com que objecto? Não

Foi-lhe concedido algum prémio, recompensa, ou distinção por trabalhos científicos? Quando? Qual? Uma diplomação de distinção de primeira classificação no curso de Engenharia de Estruturas, 1944.

Morada permanente em Portugal R. S.ª António de Aguiar, 28 - Lisboa
 Morada actual Avenida da República, 29 - Lisboa

Preparação escolar e profissional

Categoria de estudos	Nome do estabelecimento	1.º e último ano passado na escola	Grav. alcançado e classificação final	Data
secundários ou técnicos meios	<u>Liceu de Lisboa</u>	<u>1932-1935</u>	<u>12 valores</u>	<u>1935</u>
superiores	<u>Escola S.ª Paula</u>	<u>1935-36</u>	<u>classificação de honras - 14 valores</u>	
post-universitários				
de especialização	<u>Frequentou a escola de Urbanismo em Saarbrücken</u>			
de aplicação, treino ou investigação	<u>Trabalhou no projecto de urbanismo da região de Coimbra em Espanha</u>			

Prática profissional

1) Lugares ocupados (científicos, profissionais, docentes, administrativos, etc.)

Estabelecimento	Situação	Duração	Ordenado e gratificações
<u>Fábrica "Covinha"</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>licença concedida para o meu estudo de especialização em Madrid</u>	

2) Anos de actividade prática (onde e quando?) Fábrica Covinha durante 2 anos, actividade projectiva particular

Referências (Indivíduos que conhecem as qualidades de trabalho do requerente)

Nome	Situação	Morada
<u>Luís Távila Faria</u>	<u>Industrial</u>	<u>Arquit. Vitoriano - Lisboa</u>
<u>Marcos da Cunha</u>	<u>Industrial</u>	<u>R. Francisco de Sá - 70 - Lisboa</u>
<u>Arquit. Carlos Monteiro</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>Lisboa</u>
<u>Arquit. Carlos Bauer</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>Lisboa</u>
<u>Artur Baptista Almeida</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>Lisboa</u>
<u>Dr. Rios de Gusmão</u>	<u>Arquiteto</u>	<u>Lisboa</u>

Endereços para o caso de acidente (parentes mais chegados ou pessoas a quem recorrer)

Nome Dr. Guilherme Augusto de Almeida Parentesco filho

Endereço Rua da Fátima, 22 - Coimbra

Nome _____ Parentesco _____

Endereço _____

Piano dos estudos projectados, se a bolsa for concedida, e aspirações:

Que assuntos quiere estudar? Urbanismo como todo o novo que lhe se apresenta (favelas, bairros, habitação pública, economia urbana, e salubridade etc etc)

Que prática tem já de tais matérias? Interessante em projectos e realizações em vários bairros de Buenos Aires, bairros em Argentina, em outros países.

Onde e com quem deseja trabalhar? em Madrid, com o professor Cezar Lutz, e Pedro Rodriguez (com quem já trabalhou)

Quando tenciona começar a trabalhar se obtiver a bolsa? já

Por quanto tempo deseja a bolsa? uma ano

Quais são os planos do concorrente uma vez terminados os estudos a subsidiar pelo I. A. C. e até que ponto pode já concretizar estes projectos? trabalhar em serviço de Urbanismo do Estado em Madrid, e contribuir para o aperfeiçoamento Urbanístico em Madrid, quer com trabalho pessoal quer como auxiliar pessoal de pessoa.

A que lugar pretende concorrer uma vez terminados os estudos a subsidiar pelo I. A. C.? Projectos de urbanização de cidades

Compromisso (1)

Data Madrid 2 Abril 1945

Comprometo-me, pela presente declaração, a regressar ao meu País quando terminar o prazo por que me fôr concedida a bolsa de estudo do Instituto para a Alta Cultura e a tentar (2) ocupar o lugar para o qual vou aperfeiçoar a minha preparação durante o período desta bolsa.

Assinatura Ubaldo Juncal

Reconhecimento por notário:

(1) Este compromisso só deve ser assinado pelos concorrentes a bolsas fora do País.

(2) Na hipótese do concorrente pretender continuar a desempenhar as mesmas funções que está actualmente desempenhando deve riscar a palavra "tentar".

OBSERVAÇÕES [Indicar quaisquer outros factos relacionados com o pedido, tais como investigações realizadas, estudos ou outras obras publicadas (com indicação do número do volume, data da publicação em revistas ou jornais, etc).]

Além da minha actividade futura de arquiteto e de vários estudos sobre a minha profissão, tenho desenvolvido e vou desenvolver actividades intelectuais, quer em Portugal quer em Espanha, na forma de conferências sobre temas de artigos de critica e ensaios publicados em jornais e revistas da especialidade, e na forma de exposições de pinturas e desenhos. Assim tenho publicado dois folhetos: "Arte e Vida de Madrid", 1943, "Cinco Séculos de Arte", de dezembro, 1945. "Atitude da Pintura", artigos em vários jornais e revistas, todos assinados, entre outros: "Cinco cidades mortas" no Diário de Madrid de janeiro 1943 que mereceu a antipatia do Professor Victor Segalá, porque a com pintura tinha uma polémica em artigos sucessivos, "Arquitetura e paisagem" em "Projectos de Lisboa de dezembro de 1943", "Urbanismo" no Diário de Madrid, "Arquitetura de Espanha" em "Arquitetura de Espanha" no Diário de Madrid, respectivamente em 1944 e 1945, e "Cinco cidades de Lisboa" na "Voz de Astúrias" de setembro de 1945. Tenho em preparação um trabalho de vasta amplitude em que pretendo estudar a Urbanização e o desenvolvimento em Espanha e para este estudo já tenho coligido muitos e muitos documentos e as condições materiais de execução da obra a presentear-me. Além dos trabalhos de que se trata já me comprometo de estudar sobre a "Urbanização de Lisboa" e o "Trabalho em Espanha".

Tenho feito exposições de arte em vários locais da Espanha, Portugal e Espanha, e de exposições de pinturas e desenhos, e assim em tempo livre sou responsável de uma Galeria de Arte em julho de 1945 se destinada para a arte futura.

Em virtude de interesse por temas urbanos publico muito sobre arte urbana e sobre temas artísticos urbanos. Tenho a honra de ser chamado para expor em conferências e reuniões artísticas. Assim profici em Madrid uma conferência sobre "Solares", na "Associação de Pintores e Escultores", na qual analizo a projectos de grande amplitude sobre a arte moderna e a arte ultimamente tem a honra de receber um ciclo de conferências feitas por estudantes de arte e de urbanismo sobre a arte da pintura e arquitetura e pintura.

Assinatura: Ubaldo Juncal

Exmo. Senhor Director da Escola de Belas Artes de Lisboa,
Mário Gonçalves de Oliveira de 21 anos de idade natural de Alcobaga, filho de Maria da Luz de Oliveira, morador da Rua de Santa Catarina, para fins convenientes requer a V. Excelência que se digne a mandar passar o certificado de todas as cadeiras feitas nesta escola e suas classificações.

Pede deferimento,
Lisboa, 25 de Julho de 1936

Certidão

António Joaquim Saraiva Rosa Júnior, secretário da Escola de Belas Artes de Lisboa:

Certifico que o requerente Mário Gonçalves de Oliveira, que se matriculou no curso especial de Architectura nesta escola (....) número 21672, (...) o exame de admissão do mesmo decreto, fez com aprovação os seguintes exames: Estilos ornamentais, ornamentação do natural, estudo comparado (Desenho e modelação) - treze e meio valores. Desenhos de figura do antigo - cabeça e torso - doze valores. Álgebra, geometria analítica, trigonometria plana, dez valores. Héstia, Geográfica histórica e etnografia - onze valores.

Escola de Belas Artes de Lisboa, 25 de Julho de 1936.

PASSE DO QUE CONSTAR.

Escola de Belas Artes de Lisboa

25 de Julho de 1936

O Director



Ex.º Senhor Director da Escola de
Belas Artes de Lisboa.

Mário Gonçalves de 21 anos de idade
natural de Alcobaga, filho de Maria
da Luz de Oliveira, morador na Rua de
Santa Catarina, para fins convenientes
requer a V. Ex.ª que se digne mandar
passar o certificado de todas as cadeiras
feitas nesta Escola, e suas classificações.

Pede deferimento.

Lisboa - 25 de Julho - 1936

B. António Saraiva Rosa Júnior

Certidão

António Joaquim Saraiva Rosa Júnior,
secretário da Escola de
Belas Artes de Lisboa:

Certifico que o requerente Mário
Gonçalves, que se matriculou

No curso especial de Architectura
nesta Escola de Belas Artes, numero
21672, (...) o exame de admissão do mesmo
decreto, fez com aprovação os
seguintes exames: Estilos or-
namentais; ornamentação do natu-
ral; estudo comparado (Desenho
e modelação) Treze e meio valores.
Desenho de figura do antigo - cabe-
ça e torso - doze valores. Álgebra,
geometria analítica, trigonometria
plana, dez valores. Héstia,
geografia histórica e etnografia -
onze valores. Escola de Belas Ar-
tes de Lisboa, vinte e cinco de
Julho de mil novecentos e trinta
e seis. Eu António Joaquim
Saraiva Rosa Júnior, secretário
que a escrevi: Assinatura



Anexo 3

Carta de redigida à Escola de Belas Artes de Lisboa, datada de
25 de Julho de 1935

Fonte: Arquivo FBAUP



2.º Ano do Curso Especial de Arquitectura

Ex.º Sr. Director da Escola de Belas Artes do Porto

1.º 1.º Maria Gonçalves, natural de Alcobaca, Distrito de Beira, filha de Maria da Luz de Oliveira, com o bilhete de identidade nº 200094, de 22 Março 1933, Arquivo de Identificação de Coimbra, desejando matricular-se na primeira cadeira 1.ª parte, e segunda cadeira 1.ª parte, do primeiro ano do curso especial de Arquitectura desta escola, e 3.ª cadeira 2.ª e 3.ª partes, e deitava terceira cadeira 2.ª parte, do 2.º ano do mesmo curso,

Pede a V. Ex.ª se

se digna deferir

Em Beira de Lisboa

Porto - 25 de Setembro - 1936

Tem 1.º ano de arquitectura, com 1.ª cad, 1.ª parte e 3.ª cad, 1.ª parte no 2.º ano tem 1.ª cad, 1.ª parte

Maria Gonçalves

3



Ex.º Sr. Director da Escola de Belas Artes do Porto:

do 2.º ano

Porto 20-10-1937

Maria Gonçalves, filho de Maria da Luz de Oliveira, Natural de Alcobaca, Distrito de Beira, concelho de Alcobaca, residente na Rua Santa Catarina - 509 - Porto, com Bilhete de Identidade nº 200094, do Arquivo de Identificação de Coimbra, aluno desta Escola do Curso Especial de Arquitectura, desejando matricular-se no presente ano lectivo, nas Cadeiras: - 1.ª cadeira - 2.ª parte; 1.ª cadeira - 2.ª parte; 4.ª cadeira - 1.ª parte; 2.ª cadeira - 2.ª parte; 9.ª cadeira - 1.ª parte; 1.ª cadeira - 2.ª parte; e condicionalmente na 1.ª cadeira 1.ª parte, por ter a frequência da 1.ª - 2.ª parte.

Ex.º Sr. Director da Escola de Belas Artes do Porto
14-10-1937
obrigado a
1.ª 1.ª parte
e 1.ª 2.ª parte

Pede a V. Ex.ª se digna deferir

Porto - 17. Setembro - 1937

Maria Gonçalves

4



ESCOLA DE BELAS ARTES DO PORTO
SECRETARIA

Entrado em 10 de Setembro de 1938
Respondido em de de 19
Copiador L.º F.º

Requido
Margarida L.
Porto
Docto em 3-10-1938

Ex.º Sr. Director da Escola de Belas Artes do Porto

Maria Gonçalves, filho de Maria da Luz de Oliveira, natural da freguesia de Alcobaca, concelho de Alcobaca, Distrito de Beira, com o bilhete de identidade nº 200094, do Arquivo de Identificação de Coimbra, morador na Rua Santa Catarina nº 509, desejando matricular-se nas cadeiras do 3.º ano do curso do curso especial de Arquitectura, em nas seguintes cadeiras: 2.ª 2.ª parte, 4.ª 2.ª parte, 1.ª 1.ª parte, 1.ª 2.ª parte, e na 9.ª 2.ª parte do 4.º ano do mesmo curso.

Pede a V. Ex.ª se digna deferir

Porto, 10. Setembro de 1938.

Maria Gonçalves

5



ESCOLA DE BELAS ARTES DO PORTO
SECRETARIA

Entrado em 9 de Setembro de 1938
Respondido em de de 19
Copiador L.º F.º

Requido
Margarida L.
Porto
Docto em 11-10-1939

Ex.º Sr. Director da Escola de Belas Artes do Porto.

Maria Gonçalves, filho de Maria da Luz de Oliveira, natural da freguesia de Alcobaca, concelho de Alcobaca, Distrito de Beira, com o bilhete de identidade nº 458995, de 25 Dezembro de 1938, do Arquivo de Identificação de Coimbra, morador na Praça da Alegria - 129, Porto, tendo feito nesta escola no ano lectivo findo, as cadeiras que constituem o 3.º ano do curso especial de Arquitectura, e 9.ª cadeira 2.ª parte, do 4.º ano, pede a V. Ex.ª se digna matricular-se no 4.º ano do curso especial de Arquitectura, excepto na 9.ª cadeira, 2.ª parte.

Pede a V. Ex.ª se digna deferir

Porto, 9. Setembro - 1939

Maria Gonçalves

6

Curso Especial de Architectura

Escola de Belas Artes de Lisboa

Ano Lectivo 1935-1936

Director

João Barreira (1935-1936)
Virgílio Lemos (1936)

Unidade Curricular

Classificação

Docente

2ª Cadeira: Ornamentação, estilização e composição ornamental
1ª Parte: Estilos Ornamentais; ornamentação do natural; estudo comparado (desenho e modelação)

13.5

João António Piloto (1929-1950)

1º Ano

3ª Cadeira: Desenho de figura do antigo e do modelo vivo
1ª Parte: Desenho de figura do antigo (cabeça e torso)

12

Henrique Franco (1934-anos 40)
Leopoldo de Almeida (1934-1965)

13ª Cadeira: Álgebra, geometria analítica e trigonometria plana. Cálculo Integral e diferencial
1ª Parte: Álgebra, geometria analítica, trigonometria plana

10

João Martins Lemos

Escola de Belas Artes do Porto

Ano Lectivo 1936-1937

Director

José Marques da Silva (1930-1939)

Unidade Curricular

Docente

1º Ano

1ª Cadeira: Geometria descritiva e estereotomia
1ª Parte: Elementos de geometria descritiva; perspectiva; teoria das sombras

-

8ª Cadeira: Desenho arquitectónico, construção e salubridade das edificações
1ª Parte: Ordens e trechos arquitectónicos (desenho a traço e aguarelado)

José Marques da Silva

Unidade Curricular

13ª Cadeira: Álgebra, geometria analítica e trigonometria plana. Cálculo Integral e diferencial
2ª Parte: Elementos de cálculo integral e diferencial

2º Ano

3ª Cadeira: Desenho de figura do antigo e do modelo vivo
2ª Parte: Desenho de figura do antigo (estátua)

3ª Cadeira: Desenho de figura do antigo e do modelo vivo
3ª Parte: Desenho do modelo vivo

Docente

Álvaro Lima (19.-1937)

Acácio Lino (1913-1948)

Ano Lectivo

1937-1938

José Marques da Silva (1930-1939)

1º Ano

1ª Cadeira: Geometria descritiva e estereotomia
1ª Parte: Elementos de geometria descritiva; perspectiva; teoria das sombras

João Brito e Cunha (1938-39)

2º Ano

13ª Cadeira: Álgebra, geometria analítica e trigonometria plana. Cálculo Integral e diferencial
2ª Parte: Elementos de cálculo integral e diferencial

Júlio José de Brito (1937-39)

4ª Cadeira: Architectura
1ª Parte: Edifício e monumentos da antiguidade (desenho a traço e aguarelado); elementos analíticos.

José Marques da Silva (1906-1939)

Unidade Curricular

Docente

2ª Cadeira: Ornamentação, estilização e composição ornamental
2ª Parte: Estilização; composição ornamental

Manuel Marques (1926-1956)

9ª Cadeira: História geral da arte
1ª Parte: História da arte na antiguidade

Aarão de Lacerda (1932-1945)

3º Ano

14ª Cadeira: Estática gráfica, resistência de materiais. Construções metálicas, betão armado. Topografia
1ª Parte: Estática gráfica; resistência de materiais; estabilidade (aplicações à pedra, ao ferro e à madeira)

Júlio José de Brito (1926-1964)

14ª Cadeira: Estática gráfica, resistência de materiais. Construções metálicas, betão armado. Topografia
3ª Parte: Topografia

Júlio José de Brito (1926-1964)

Ano Lectivo 1938-1939

Director

José Marques da Silva
(1930-1939)

2ª Cadeira: Ornamentação, estilização e composição ornamental
2ª Parte: Estilização; composição ornamental

Manuel Marques

4ª Cadeira: Arquitectura
2ª Parte: Pequenas composições

José Marques da Silva

3º Ano

14ª Cadeira: Estática gráfica, resistência de materiais. Construções metálicas, betão armado. Topografia
1ª Parte: Estática gráfica; resistência de materiais; estabilidade (aplicações à pedra, ao ferro e à madeira)

Júlio José de Brito
(1926-1964)

14ª Cadeira: Estática gráfica, resistência de materiais. Construções metálicas, betão armado. Topografia
3ª Parte: Topografia

Ano Lectivo 1939-1940

Director

Acácio Lino

Aarão Lacerda (1939-1945)

Unidade Curricular

4ª Cadeira: História geral da arte
3ª Parte: Composição

Docente

Aarão de Lacerda
(1932-1945)

8ª Cadeira: Desenho arquitectónico, construção e salubridade das edificações
2ª Parte: Prática da construção (estudos parciais e pequenos projectos de conjunto); salubridade das edificações

Júlio José de Brito
(1939-1940)

14ª Cadeira: Estática gráfica, resistência de materiais. Construções metálicas, betão armado. Topografia
2ª Parte: Construções metálicas; betão armado



ESCOLA DE BELAS ARTES DO PORTO

SECRETARIA
Em 31/12/1943
L.º 1 155 571

Indefinido
nos termos do
decreto nº 20747
de 20 de Fevereiro
de 1932.
(O Director,
Acácio Lino)
Eu, Acácio Lino, Director da Escola de Belas
Artes do Porto.
Mário Gonçalves, filho de Maria da
Suz Oliveira, natural de Alcobaca, concelho
de Alcobaca, portador do bilhete de identidade
número 458995, de 20 de Dezembro de 1938, do
Arquivo de Identificação de Coimbra, desoja
que lhe seja passado por certidão, ter concluído
o curso superior de Arquitectura Civil.

Pede deferimento

Porto, 21. Dezembro. 1943.

Mário Gonçalves



ESCOLA DE BELAS ARTES DO PORTO

SECRETARIA

Em 19 de Setembro de 1940
Em 31 de Setembro de 1940
L.º 1 155 571

Escola de Belas Artes do Porto
de Alcobaca
de 1940
(O Director,
Acácio Lino)

Mário Gonçalves, filho de Maria
da Suz Oliveira, natural de
Alcobaca, concelho de Alcobaca, e
distrito de Beira, morador na
Rua S.F. Ildefonso. 388 - Porto; e com
o bilhete de Identidade Nº 458995
de 20 de Dezembro de 1938, do
Arquivo de Identificação de Coimbra,
tendo terminado o Curso Especial
de Arquitectura, e tendo sido matriculado
no presente ano lectivo no
Curso Superior de Arquitectura,
Pede a V. Ex.ª L.º deferimento.

Porto, 13. Setembro. 1940.

Eu, Acácio Lino, Director da Escola de Belas
Artes do Porto.
Mário Gonçalves

Ano lectivo de 1940 a 1941

Ano lectivo de 1941 a 1942

Anexo 7
Curso Superior de Arquitectura
Listagem de exercícios e classificações
Fonte: Arquivo FBAUP

Ano lectivo de 1942 a 1943

Ano lectivo de 1946 a 1947

[illegible]

1º Período	Esboço de grande composição – “Uma ponte”	-	7-1-1942	Excluído	-	-
------------	---	---	----------	----------	---	---

Ano Lectivo 1941-42

Época dos concursos	Natureza dos concursos	Datas dos concursos	Datas dos julgamentos	Recompensas	Pontos	Valores
2º Período	Projecto de grande composição – um palácio para o ministério dos negócios estrangeiros	-	14-4-1942	1ª Menção	1	14
2º Período	Esboçeto de grande composição – uma fonte decorativa	-	14-4-1942	2ª Menção	1/2	12
3º Período	Projecto de grande composição – uma casa para a Mocidade Portuguesa	-	2-6-1942	1ª Menção	1	14
3º Período	Projecto de urbanização	-	2-6-1942	Excluído	-	-
4º Período	Projecto de grande composição – um posto zootécnico	-	31-7-1942	1ª Menção	1	14
4º Período	Esboçeto de grande composição – “um fogão para ...”	-	31-7-1942	Excluído	-	-
4º Período	Projecto de composição decorativa- ...	-	31-7-1942	Excluído	-	-
4º Período	-	-	31-7-1942	1ª Menção	1	15
4º Período	-	-	31-7-1942	Excluído	-	-

Ano Lectivo 1942-43

Época dos concursos	Natureza dos concursos	Datas dos concursos	Datas dos julgamentos	Recompensas	Pontos	Valores
1º Período	Projecto de grande composição – “um panteão”	29-10-1942	7-1-1943	Excluído	-	-
3º Período	Projecto de grande composição – “um monte no Alentejo”	6-5-1943	4-6-1943	1ª Menção	1	14

Ano Lectivo 1942-43

Época dos concursos	Natureza dos concursos	Datas dos concursos	Datas dos julgamentos	Recompensas	Pontos	Valores
3º Período	Esboçeto de grande composição – um quartel para um grupo de esquadrões de cavalaria	13-5-1943	4-6-1943	2ª Menção	1/2	12
4º Período	Projecto de grande composição – Emissora Regional do Norte	11-6-1943	31-7-1943	1ª Menção	1	14
4º Período	Esboçeto de grande composição – Arquitectura Colonial	1-7-1943	31-7-1943	2ª Menção	1/2	12
4º Período	Projecto de composição decorativa – um estabelecimento comercial	24-6-1943	31-7-1943	1ª Menção	1	14
4º Período	Projecto de arqueologia – Restauro da Sé do Porto	-	31-7-1943	1ª Menção	1	16

Ano Lectivo 1943-44

2º Período	Concurso para a obtenção do “Diploma de Arquitecto” “Uma casa de habitação para uma família taciturna”	-	24-1-1947	-	-	14
------------	---	---	-----------	---	---	----



Mário Gonçalves terminou o seu curso Superior de Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto, em 31 de julho de 1943 com a classificação de 12 menções em todos os concursos de grande competição. Depois de terminado o curso tem-se encarregado de vários projetos de viviendas que têm sido construídas, e apresentou em 25 de junho de 1944 um grande Ante-projeto para a Urbanização da Estação Clementina de Foz de Lima que foi aprovado pelo Secretariado de Informação e Cultura Popular. Além das suas actividades profissionais de arquiteto tem-se dedicado ao estudo de problemas de Arte, criticando e fazendo sugestões constructivas em Conferencias e artigos de jornais. Dentre das ultimas actividades que iniciou foi durante o periodo escolar destacar o seguinte: - "Arte e Artistas", conferencia feita na Escola de Belas Artes do Porto em Novembro de 1937; "A Humanização da Arte", conferencia feita no salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra em Outubro de 1938; "Arte" conferencia

proferida no Colégio Nobre do Club Feniense do Porto, em Abril de 1939; "Grecos e Etruscos da Loucura" - conferencia proferida na Escola de Belas Artes do Porto, em Abril de 1940; "Os pintores Italianos no Museu do Prado" - conferencia proferida no Instituto Italiano do Porto em Dezembro de 1940; "Ticiano" - conferencia feita no Instituto de Cultura Italiana de Lisboa em Abril de 1942; - "Arte e Vida de Sorolla" - conferencia proferida na Sociedade Nacional das Belas Artes em Novembro 1943; (trabalho publicado) e repetida mais tarde em Santander no curso de Vento para estrangeiros em Agosto de 1944; - "Solares ante a pintura mundial" - conferencia feita na Associação de Pintores e Escultores de Madrid, em 7 de abril de 1945. Além destes labores frequentou com aproveitamento o curso de Cultura Italiana no Porto, no qual depois de aprovado fez um curso de Historia da Pintura Italiana, durante o ano lectivo de 1939-40. Frequentou tambem o curso de Primavera de 1944 no Instituto Espanhol de Lisboa tendo sido aprovado para uma bolsa de estudo de aperfeiçoamento e

conhecimento da lingua Espanhola, e da sua arte, para o curso de vento para estrangeiros em Santander, onde frequentou o curso de férias do mesmo ano obtendo a melhor classificação entre todos os estrangeiros e portugueses matriculados no curso, e tambem obtendo a classificação maxima no exame final sobre o conhecimento da Arte Espanhola. Menos da sua actividade tem contribuido para o estreitamento das relações culturais entre Portugal e Espanha. Cumulativamente com todas as actividades citadas tem-se preocupado com a feitura de multi-trabalho de desenhos, pinturas a oleo, e aquarela tendo apresentado ao publico em exposições feitas em varias Salas Academicas realizadas por estudantes de Lisboa, e varias outras salas de exposições como em Lisboa, Porto, Figueira da Fz, e outras localidades. Desde sempre o seu trabalho tem merecido referencias elogiosas da critica e o carinho do publico em geral. Pelo interesse que sempre lhe tem despertado o Urbanismo quer pela parte de utilidade social que lhe são inerentes, quer pela parte constructiva e artistica, deseja elaborar um trabalho

original nesta especialidade para a sua tese final de obtenção do diploma de arquiteto. Entende ser-lhe necessario para a consecução de tal trabalho, um estagio em Espanha, onde foi convidado a trabalhar por vezes de vento em Oviedo, e depois em Madrid no resto do ano, onde temia frequentar o curso de Urbanismo e ainda objectos e saneamento, especialidade esta que ainda amedia entre os, e de grande interesse nacional. Propoe-se tambem fazer varios estudos de investigação artistica, para o que pede respetivamente o auxilio do Instituto para Alta Cultura.

Pede deferimento
A quem da Noção

Mário Gonçalves
Lisboa - 15. junho. 1945.

Junta-se original da carta do arquiteto Gonçalo de Cardenas, subdirector de Regiões Demarcadas em Espanha.



Arquiteto

*Ex^{ma} Super. Director
da Escola de Belas Artes do Porto*

*João de Almeida Segurado, arqui-
tecto diplomado pela Escola de
Belas Artes do Porto, declara que o
turismante a Architecto, Mário
Gonçalves de Oliveira, fez o seu
trocimio, na minha officina de
architectura, durante dois annos e meio,
a partir de 13 de Agosto de 1943 a
tá a presente data, mostrando
sempre a sua competencia e resolveu
do sempre os problemas que se lhe apres-
sentavam, com o maior zelo e profici-
encia tecnica.*

Lisboa, 28 de Outubro de 1946

Almeida Segurado

R.º 6 SINAL

de Almeida Segurado

LISBOA, 28 DE Outubro DE 1946

1.º DO NOTO DR. TAVARES DE CARVALHO



ADICIONAL DE 20%

4234

3-3953

9

CREDENCIAL

O Senhor Mário Gonçalves de Oliveira, que terminou o Curso Superior de Architectura na Escola de Belas Artes do Porto, dirige-se a Espanha em missão de estudo, patrocinado pelo Instituto para a Alta Cultura, a fim de trabalhar sob a orientação do distinto Architecto Gonzalo de Cárdenas, das «Officinas das Regiones Devastadas», encarregado da reconstrução dos danos de guerra, e depois frequentar em Madrid os Cursos de Urbanismo e de Esgotos e Saneamentos.

Dado o interesse que sempre lhe tem despertado o Urbanismo, quer pela parte de utilidade social que lhe são inerentes, quer pela parte construtiva e artistica, deseja elaborar um trabalho original nesta especialidade, e matricular-se no curso de Urbanismo na Escola de Architectura de Madrid, sob a orientação do Architecto César Cort.

O Instituto para a Alta Cultura roga, pois, a todas as entidades a quem o Senhor Architecto Mário Gonçalves de Oliveira se dirija o favor de lhe prestarem todas as indicações que solicitar e as necessárias facilidades que lhe permitam levar a bom termo os seus estudos.

Lisboa e Secretaria do Instituto para a Alta Cultura, 14 de Julho de 1945

O Secretário,

(A. de Medeiros-Gouvêa)

DON CARLOS RUIZ DEL CASTILLO Y CATALAN DE OCON, DIRECTOR DEL INSTITUTO DE ESTUDIOS DE ADMINISTRACION LOCAL,

CERTIFICO: Que don Mario Gonçalves D'Oliveira, Arquitecto português, viene asistiendo con asiduidad desde el mes de noviembre del año en curso, autorizado por esta Dirección, en calidad de oyente, a las clases del segundo curso de Técnicos Urbanistas que se desarrolla en este Centro, realizando hasta la fecha, según informe del Profesorado, todos los trabajos del curso.

Y para que conste donde convenga al interesado, expido la presente, en Madrid, a trece de diciembre de mil novecientos cuarenta y cinco.-



Carl N. C.

Anexo 11
Certificados de frequência do curso de técnicos urbanistas e funcionários
da Direcção Geral das Regiões Desvastadas, respectivamente
Fonte: Arquivo ILC



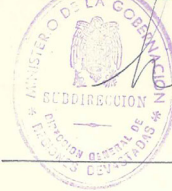
MINISTERIO DE LA GOBERNACION
DIRECCION GENERAL
DE
REGIONES DEVASTADAS Y REPARACIONES
SUBDIRECCION

Número 17039

DON GONZALO DE CARDENAS Y RODRIGUEZ, SUBDIRECTOR
DE ESTA DIRECCION GENERAL,

C E R T I F I C O: Que el Arquitecto portugués D. Mario Gonçalves de Oliveira se encuentra prestando trabajo en esta Dirección General, desde el mes de julio del presente año.

Y para que así conste expido el presente
certificado en Madrid a doce de diciembre
de mil novecientos cuarenta y cinco.



at London

Uma casa de habitação para uma família taciturna.
a construir num Bairro de Lisboa.

Causta o presente programma duma casa de habitação, a construir no Bairro do Ajuda em Lisboa, para uma família com características de melancolia. — Esta casa de habitação compor-se-á de 3 pavimentos: — Cave, Rez-do-Chão e 1.º Andar. Na cave instalar-se-á a garagem que terá acesso pelo exterior, arrecadação, um compartimento para caldeira do aquecimento, fraspneiro, etc. — O Rez-do-Chão, destinado á recepção e serviço, compreende: — vestíbulo, hall, escritório, sala de estar, sala de jantar, cozinha, copa e aposentos para 2 pessoas. O primeiro andar destina-se aos aposentos: — 2 quartos para rapazes, 2 quartos para raparigas com W.C. e banho comum, quarto do casal com banho e W.C. privativo, e sala de estudo. — O referido projecto a entregar para a obtenção do diploma de architecto, e uma tese que terá um título sobre: Psicologia e habitação, e compor-se-á das seguintes peças: — Alçados, e plantas, e corte á escala 1.100; um pormenor da planta á escala de 1.50, pormenores de construção á escala 5, 10, e tamanho natural.

15

Anexo 12
Memória descritiva do projecto apresentado no CODA
Fonte: Arquivo FBAUP

transmissão Documentária e justificativa, com todo o problema relacionado com as características da repêrta pública (teie sobre psicologia elaboração), caderno de encargos, preso simples e completo, oncameto, medição etc. E demais peças na o candidato ao diploma de arquiteto julgue necessário.

Fishoi, 28.10.1948

① candidato ao diploma de anfitrião.

Ulam's four-hes de dimensy

Lisboa, 25-9-1946.

Amigo e senhor Lourenço:

Quanto me agradecer se me poderia
mandar na volta do canoe, um certificado
do concurso do curso superior de
arquitetura, pois me necessita urgentemente
delle. - Sem mais nada. Um
seu muito amigo e
obrigado.

Luís de Sousa

P.S. Junto. Me envio 20\$00
Para as despesas, caso não seja
paga a parte de diário.

R. Ramalho Antiga - 5-2-D.L.

Lisboa

13

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS
GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL
PARTICULAR

Lisboa, 28-2-1947

Seu amigo José Lourenço Lourenço, meu
seu amigo:

Voçê expor-se no documento me um
anexo, pois isto não me serve para
nada. - O que eu necessito é um
documento em que diga me terminei
o curso de arquitetura. - Segundo
dizem aqui no Ministério, basta
uma folha de papel alado, dando
digo me terminei o curso, e me
tenho o diploma de arquiteto.
Voçê, tenha paciência, pois eu
necessito disto urgentemente, pois
tenho me meter os papéis para dentro
do livro in de viagem a 6-9-1947.

21

Espero que me envie isto na
volta do canoe, pois estou dependendo
do do vultinho da escola.
Este me não mandam mais um
nome para nada. - Sem mais,
receba um forte abraço de
seu sincero amigo, sempre
o seu amigo

Luís de Sousa

R. Rodrigo da Fonseca - 109-2-Ess.
Lisboa

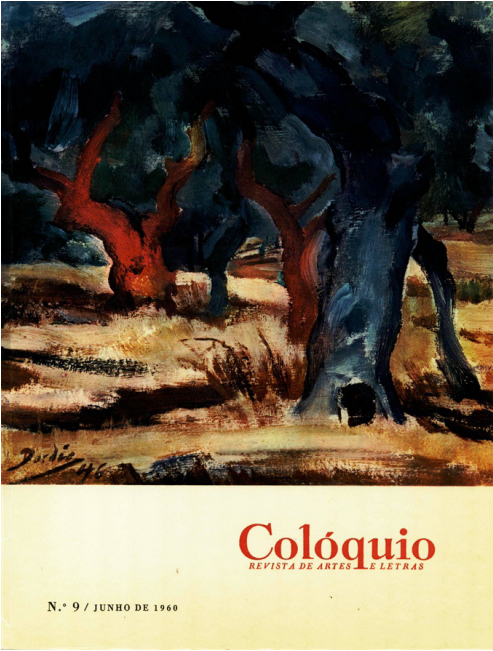
P.S. Usado-me depois digi
quanto me fizes a favor.



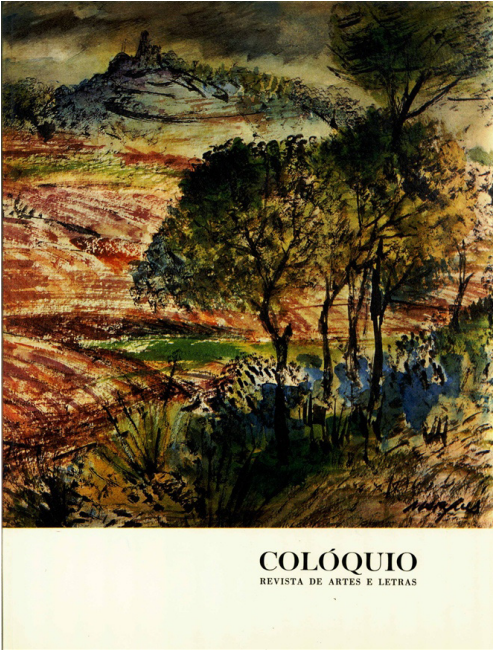
Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 4, Julho de 1959
“Quatro bolseiros da Fundação Gulbenkian. Exposição na S.N.B.A.”



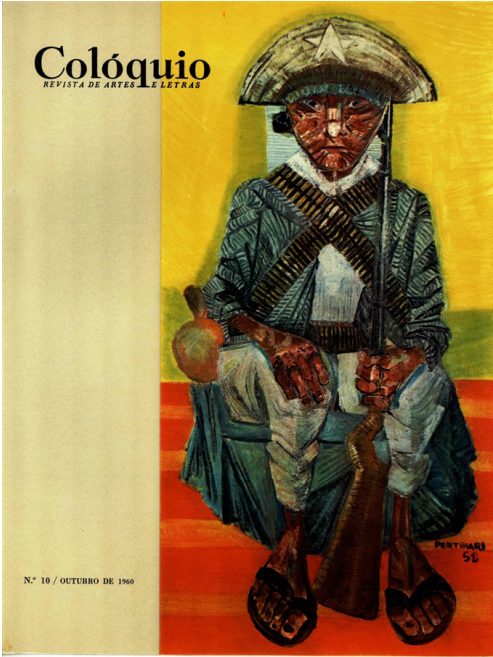
Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 13, Maio de 1961
“André Jacquemin grande gravador.” “Colóquio de urbanismo.”



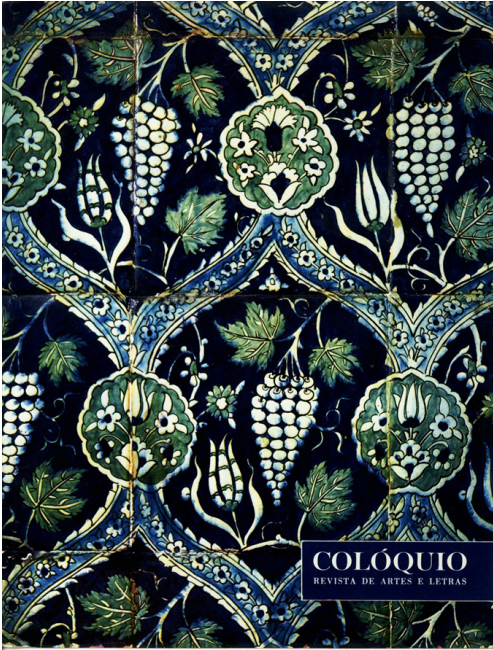
Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 9, Junho de 1960
“Navarro Hogan e o seu sentimento estético.”



Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 21, Dezembro de 1962
“A pintura mágica de VIOLA.”



Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 10, Outubro de 1960
“A exposição de arte moderna brasileira, no S.N.I.”



Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 23, Abril de 1962
“A influência do Ultramar na Arquitectura.”



Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 48, Abril de 1968
“A IX Bienal de S. Paulo. Uma mensagem do novo mundo.”

Geographica
Sociedade de Geografia de Lisboa
Nº 3, 3 de Julho de 1965
“O “Habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais”.

Outra vez com Goya

Estética da paisagem natural rias baixas de Galiza
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

Uma carta e vinte poemas de amor
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

Poemas desde mim
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

É justo lembrar Abel Salazar
Porto: O Primeiro de Janeiro, 23 de Janeiro de 1973



Colóquio – Revista de Artes e Letras
Fundação Calouste Gulbenkian
Nº 54, Junho de 1969
“Lirismo, ternura e humor na pintura «naïve» de Maria Pepa Estrada”

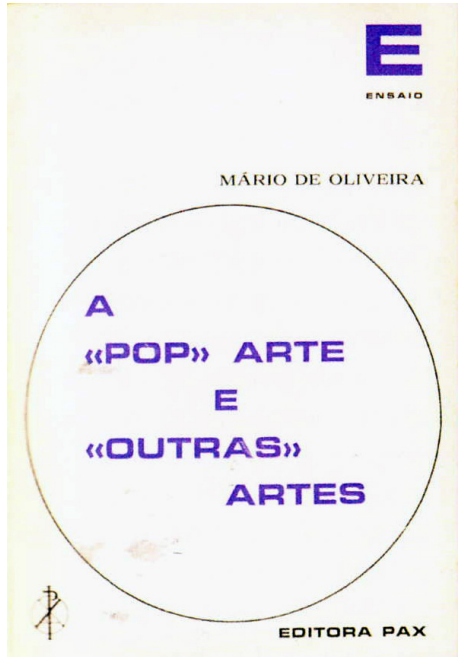
Geographica
Sociedade de Geografia de Lisboa
Nº 3, 3 de Julho de 1965
“O “Habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane:

Arquitectura no Plano Nacional
1948

Três ensaios de pintura de Vieira da Silva
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

Poemas do Pensamento
Vila Real: Minerva Transmontana, 1983

Os primeiros 100 anos de Picasso
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985



A «Pop» arte e «outras» artes
Braga: Editora Pax, 1973

Arte e vida de Sorollo
Vila Real: Minerva Transmontana

Solana herdeiro de Goya
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

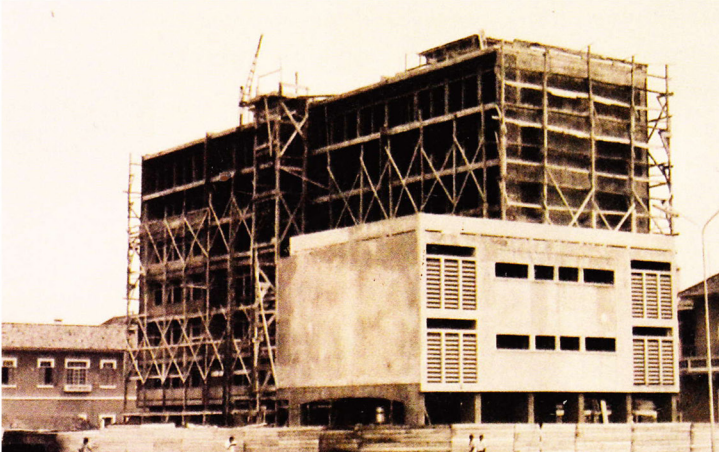
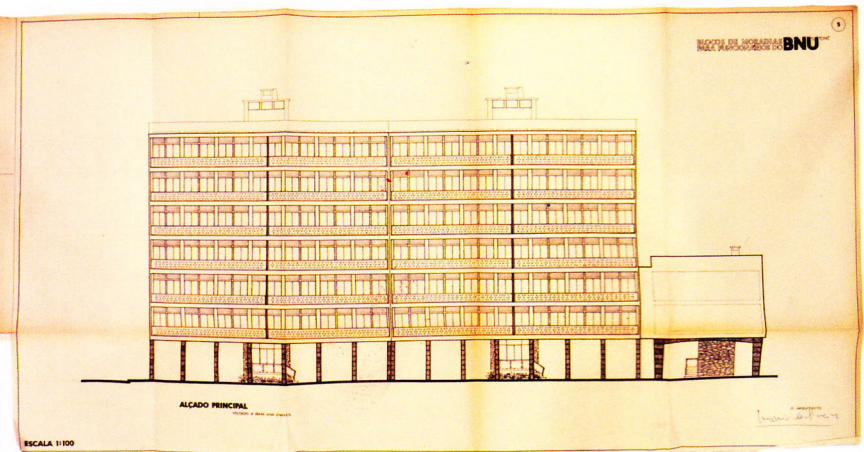
Três atitudes estéticas em Sansegundo Castanêda
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

Poemas desde mim
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985

Poemas de Amor e Desespero
Vila Real: Minerva Transmontana, 1985



N.º	Identificação do projecto	Localização	Data		Situação
181	Hospital de Benguela- Laboratório de Análises Clínicas	Angola	1948	GUC	-
182	Residência das Irmãs de Bissau	Bissau	1948	GUC	Alterado
187	Moradia para funcionário superior	Bissau	1948	GUC	Não localizado
-	Abastecimento de água a Mapuçá	Índia	1948	Bettencourt Fernandes Moreno/GUC	-
190	Hospital Central de Luanda- pavilhões de psiquiatria	Angola	1949	GUC	
198	Projecto da Câmara Municipal e Administração do Concelho da Ilha Brava	Cabo Verde	-		
203	Edifício do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria da Colónia de Angola Lobito	Angola	1949	GUC	-
234	Posto de Desinfestação Beira	Moçambique	1949	Lucínio Cruz/GUC	-
245/ 246	Moradia 2 quartos	-	-	GUC	-
251	Moradia de 2 pisos geminada	-	-	GUC	-
262/ 295	Hotel de Quelimane	Moçambique	1950	Fernando Schiappa Campos/GUC	-
-	Casa tipo (Projecto de moradia de 3 quartos)	Moçambique	1950	GUC	-
296	Messe e Residência do Pessoal da Emissora de Goa	Índia	1951	Lucínio Cruz/GUC	-
307	Hospital de Bissau- Pavilhão de Tisiologia	Bissau	1951	Lucínio Cruz	Alterado
-	Repartição Central dos Serviços de Fazenda e Concelhia, actual Finanças	São Tomé	1951		Construído
317	3 moradias para funcionários públicos (adaptação)- Vila de Santo António do Príncipe		1951	GUC	
319	Dispensário Anti-Tuberculose “Centro Regional” Luanda	Angola	1951	Eurico Pinto Lopes/GUC	



N.º	Identificação do projecto	Localização	Data		Situação
334	Edifício para os Serviços de Fazenda de São Tomé	São Tomé	1951	GUC	
-	Abastecimento de água à vila de Seles	Angola	1951	GUC	
296	Messe e Residência do Pessoal da Emissora de Goa	Índia	1952	Lucínio Cruz/GUC	-
344	Hospital Central de Luanda- pavilhões de neurologia e psiquiatria para indígenas	Angola	1952	GUU	-
356	Messe para 8 funcionários solteiros Díli	Tímor	1952	GUU	-
343	Projecto do Dispensário Anti-Tuberculoso para São Vicente	Cabo Verde	1953		-
358	Repartições Públicas de Díli	Tímor	-	João Aguiar e Alberto Braga de Souza /GUU	-
360	Centro Cívico de Díli- Edifício nº 1	Timor	-	Alberto Braga Souza/ GUU	-
361	Centro Cívico de Dili- Edifício nº2	Tímor	-	GUU	-
361-B	Corpo Central do Edifício das Repartições Públicas de Díli	Timor	-	GUU	-
362	Centro Cívico de Díli- Edifício nº3	Timor	-	GUU	-
307-A	Hospital de Bissau- Pavilhão de Tisiologia	Bissau	1953	Lucínio Cruz/GUU	Construído
387	Pavilhão Principal do Hospital Central de Bissau	Guiné	1953	GUU	-
387-A	Hospital de Bissau: Projecto do Pavilhão de Tisiologia	Guiné	1953	GUU	
395	Armazém para guarda de milho e outros produtos	Cabo Verde	1953	GUU	
396	Câmara de expurgo e anexos para a ilha de S. Tiago	Cabo Verde	1953	GUU	
409	Maternidade Indígena Silva Porto	Angola	1953	GUU	
412	Maternidade Indígena Benguela	Angola	1953	GUU	-



Cine-teatro Alves Coelho, Arganil, 1954
Fotografia de Vasco Soares Ribeiro

N.º	Identificação do projecto	Localização	Data		Situação
-	Casas para colonos	Angola	1953	-	-
-	Casas para colonos (Angola e Moçambique)	Moçambique	1953	-	-
452	Junta de Exportação do Café- aldeamentos dos Vales do Loge e do Culo	Angola	1954	Eurico Pinto Lopes/GUU	-
463	Candeeiros para a fachada principal do Palácio do Governo da Guiné	Guiné	1954	GUU	-
465	Palácio do Governo da Guiné, arranjo do jardim	Guiné	1954	GUU	-
461	Edifício para a polícia de Margão	Índia	1955	GUU	-
491	Museu Regional de Nampula	Moçambique	1955	DSUH	-
-	Província da Guiné, Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas Portos e Transportes	Guiné	1955	GUU	-
390	Edifício para os Correios, Telégrafos e Telefones, CTT, de Goa	Índia	1957	Naguexa Xambá Sinai Pissurlencar/GUU	-
-	Edifício da PIDE	-	1958		-
-	Colégio Teresiano da Bela Vista esboceto	Angola	1959	Lucínio Cruz/GUU	-
-	Sede da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), actual Ministério da Defesa	São Tomé	1960		Construído
608	Padrão do Infante D. Henrique	São Tomé	1960	DSUH	
608-A	Padrão do Infante D. Henrique	Santo António do Príncipe	1960	DSUH	
608-B	Padrão tipo, comemorativo do Infante D. Henrique	São Tomé	1960	DSUH	
-	Jardim Infantil, Irmãs Canossianas	São Tomé	1961	-	Construído
638	CTT	São Tomé	1961	DSUH	
642	Leprosaria de São Tomé	São Tomé	1961	DSUH	



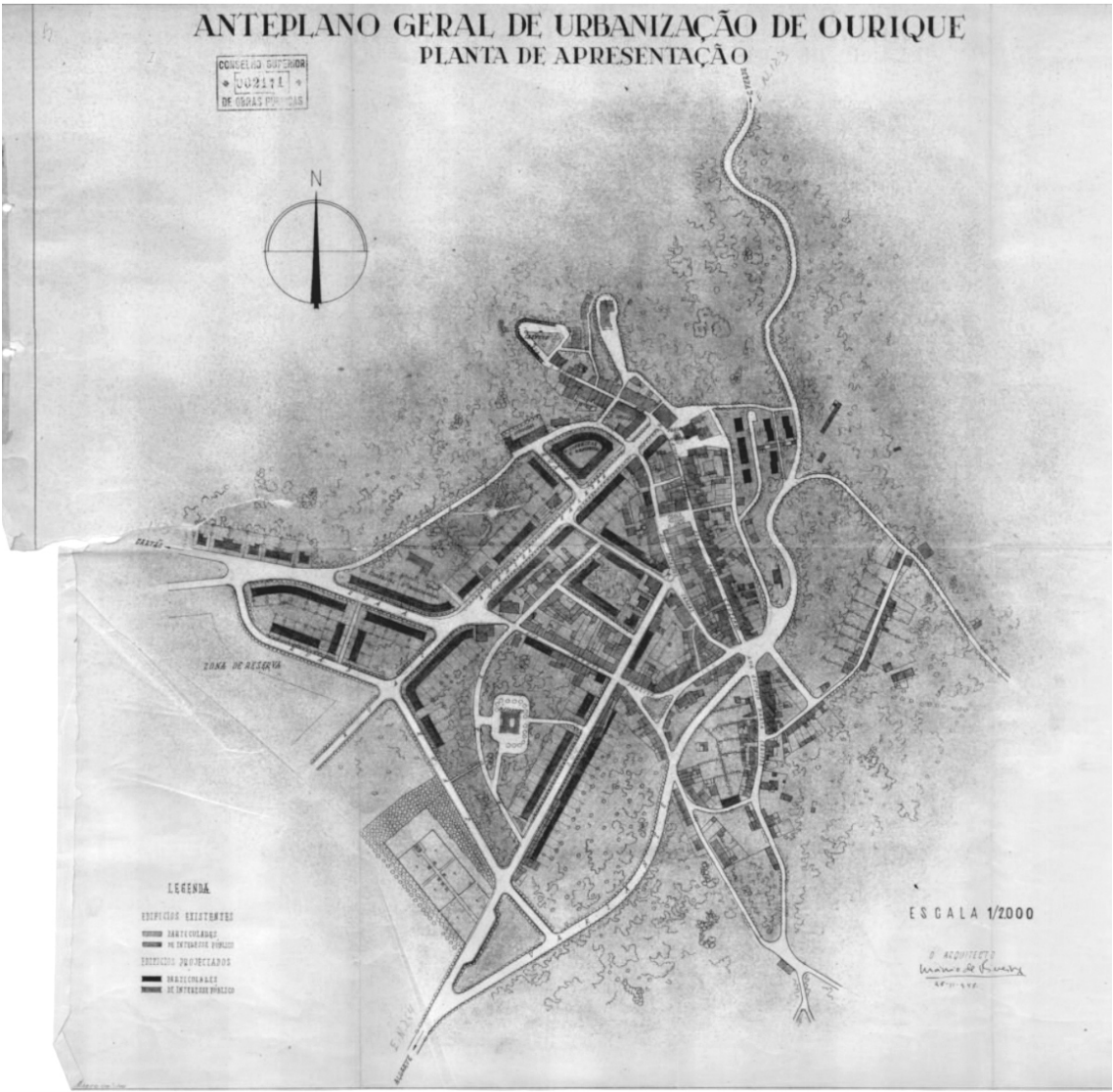
Prédio da Avenida EUA n.º126A, 126B, Lisboa, 1957
Fotografia de Claudia Diniz

N.º	Identificação do projecto	Localização	Data		Situação
649	Hospital de São Tomé- bloco cirúrgico	São Tomé	1961	DSUH	
-	Centro Materno-Infantil	São Tomé	1964		-
-	Edifício de 24 Apartamentos para a Caixa de Previdência	São Tomé	1964-68	-	Construído
-	Edifício para funcionários do Banco Nacional Ultramarino	São Tomé	1967	-	Construído
-	Bloco de Habitação para Funcionários do BNU	São Tomé	1967	DSUH	
-	Escola Técnica Silva Cunha- actual Liceu Nacional de São Tomé	São Tomé	1969	DSUH	
-	Bairro Marcelo Caetano	São Tomé	-	-	-
-	Dispensário Maternidade	São Tomé	-	-	-
-	Cine-teatro Alves Coelho	Arganil	1954	-	Construído
31706	Prédio na Avenida EUA, 126A, 126B	Lisboa	1957	Lucínio Cruz	Construído
2049	Casa de férias “Las Palomas”	Sabugo	1967-69	-	Construido

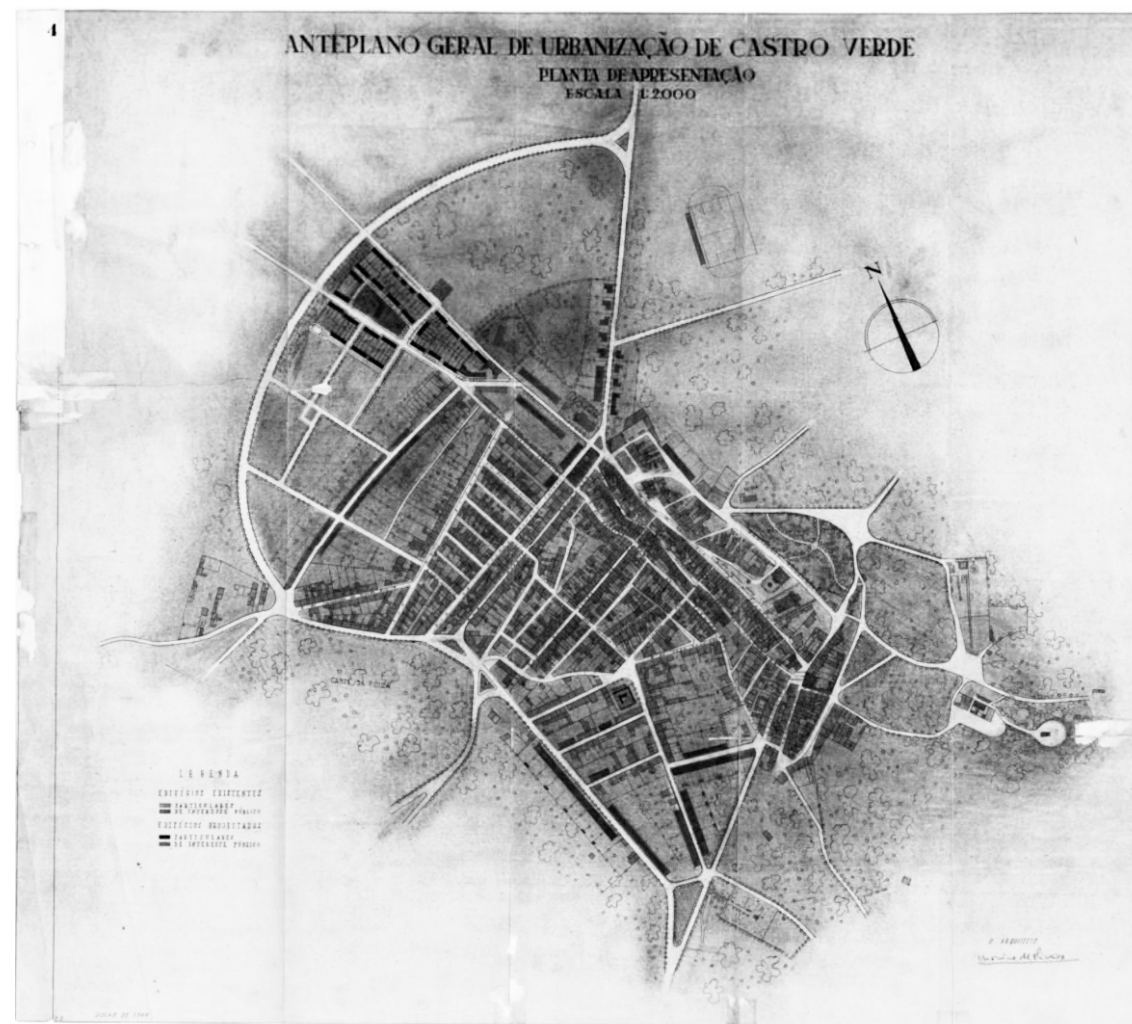


Casa de férias “Las Palomas”, 1967-1969
Fotografia de João Cardim

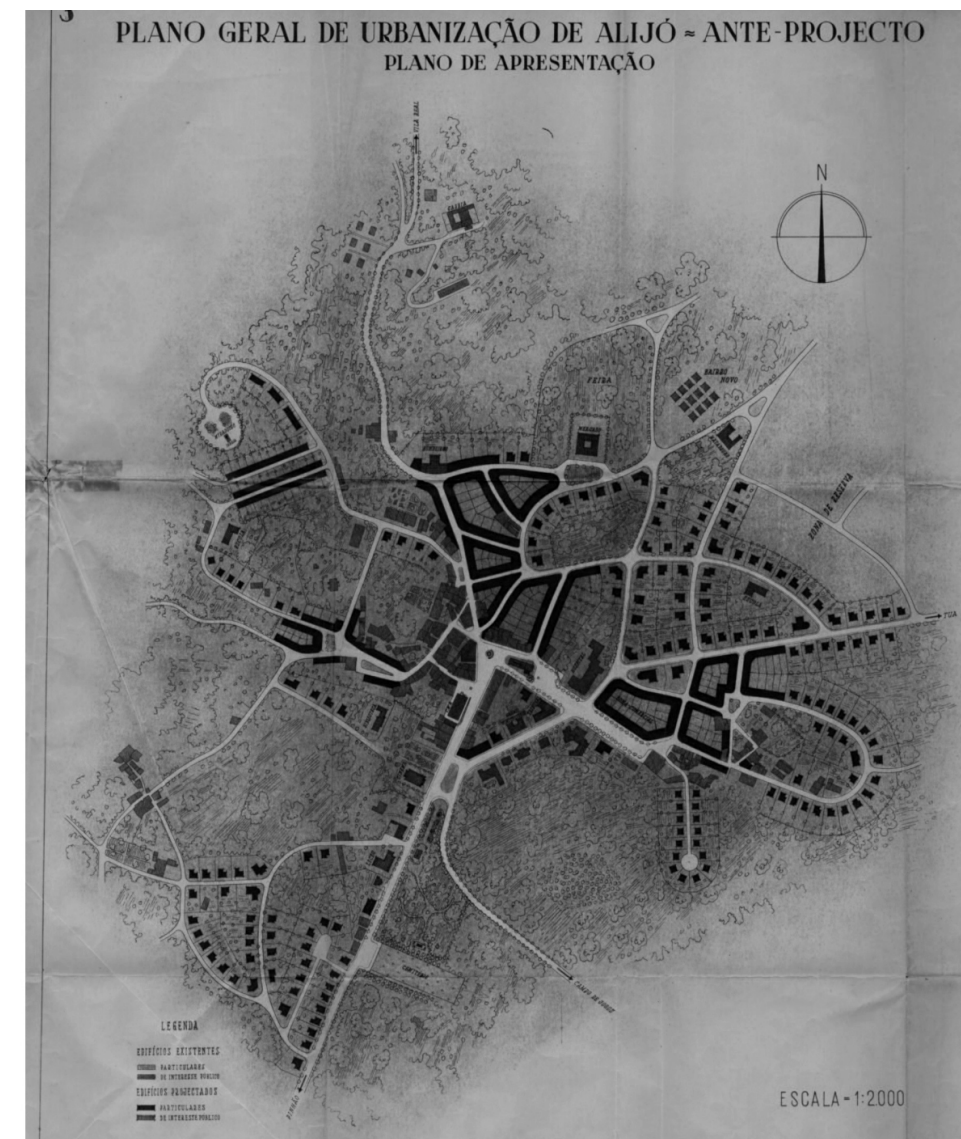
N.º	Identificação do projecto	Localização	Data		Situação
	Plano Geral de Urbanização do Quelimane	Moçambique	1945-52	João Aguiar/ GUC	Aplicado
-	Plano de urbanização de Nova Díli	Tímor	1946	João Aguiar/ GUC	
-	Plano de Urbanização da Lourinhã	Portugal	1946	DGSU	Não aplicado
-	Plano Geral de Urbanização de Namaacha	Moçambique	1948	João Aguiar/ GUC	Aplicado parcial- mente
-	Plano Geral de Urbanização de Ourique	Portugal	1948	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Aljustrel	Portugal	1948	DGSU	Não aplicado
-	Plano Geral de Urbanização de Castro Verde	Portugal	1948	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Alijó	Portugal	1949	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Arganil	Portugal	1950	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Almodôvar	Portugal	1951	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Nisa	Portugal	1952	DGSU	Não aplicado
-	Plano Geral de Urbanização de Vila de Rei	Portugal	1952	DGSU	
-	Plano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha	Portugal	1954	DGSU	Não aplicado
22-A	Estudo de Urbanização de Praia Varela	Guiné	1959	GUC	Não aplicado
603	Urbanização dos Bairros Populares de Bissau	Guiné	1959	DSUH-DGOPC	Aplicado parcial- mente
-	Estudo de plano parcial para a zona portuária	São Tomé	1961	DSUH-DGOPC	
-	Plano parcial da zona marginal	São Tomé	1962		
124-B	Arranjo circundante ao Palácio do Governo	São Tomé	1962		
685	Anteplano de Urbanização de São Tomé	São Tomé	1962	DSUH-DGOPC	
685	Plano de Urbanização de São Tomé	São Tomé	1960-68	DSUH-DGOPC	



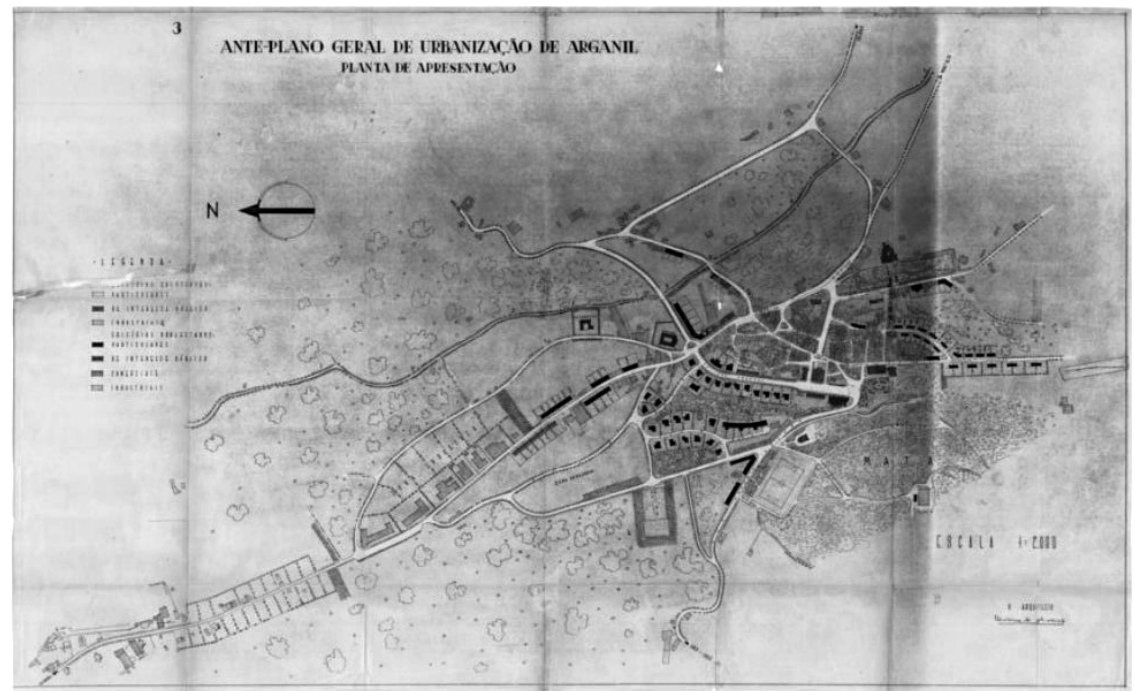
Anteplano Geral de Urbanização de Ourique, 1948
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU



Anteplano Geral de Urbanização de Castro Verde, 1948
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU



Anteplano Geral de Urbanização de Alijó, 1949
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU



Anteplano Geral de Urbanização de Arganil, 1949
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU



Anteplano Geral de Urbanização de Almodovar, 1951
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU



Anteplano Geral de Urbanização de Vila Rei, 1952
Fonte: Arquivo Histórico DGOTDU

BIBLIOGRAFIA

Mário de Oliveira

OLIVEIRA, Mário de. *3 Ensaio Vieira da Silva e a sua pintura*. Braga: Editora Pax, 1972.

OLIVEIRA, Mário de. *56º Salão da Primavera pintura e escultura 1960*. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas Artes, 1960a.

OLIVEIRA, Mário de. “A arquitectura no Plano Nacional”. in *1º Congresso nacional de arquitectura*. Lisboa: SNA, 1948.

LIVEIRA, Mário de. *A POP Arte e Outras Artes*. Braga: Editora Pax, 1973.

OLIVEIRA, Mário de. *Arte como revelação*. Vila Real, 1986.

OLIVEIRA, Mário de. *Poemas desde mim*. Vila Real: Minerva transmontana, 1985.

OLIVEIRA, Mário de. *Poemas do Pensamento*. Vila Real: Minerva transmontana, 1983.

OLIVEIRA, Mário de. *Rias da Galiza*. Lisboa: Granelo, 1967.

OOLIVEIRA, Mário de. *Sansegundo Castañeda em três atitudes estéticas*. Braga: Editora Pax, 1978.

OLIVEIRA, Mário de. *Uma casa de habitação para uma família taciturna, a construir num Bairro de Lisboa*. Lisboa, 1946. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. *Urbanismo no ultramar: os novos povoamentos nas províncias ultramarinas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965a.

OLIVEIRA, Mário de. *Urbanismo no ultramar: problemas essenciais do urbanismo no ultramar – estruturas urbanas de integração e convivência*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962a.

Artigos de Mário de Oliveira

OLIVEIRA, Mário de. *A influência do Ultramar na arquitectura*. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º23, 1962b.

OLIVEIRA, Mário de. *A IX Bienal de S. Paulo. Uma mensagem do novo mundo*. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º48, 1968a.

OLIVEIRA, Mário de. *A pintura mágica de VIOLA*. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º21, 1962c.

OLIVEIRA, Mário de. *André Jacquemin grande gravador*. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º13, 1961. OLIVEIRA, Mário de. *A exposição de arte moderna, no S.N.I..* in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º10, 1960b.

OLIVEIRA, Mário de. Lirismo, ternura e humor na pintura «naïve» de Maria Pepa Estrada. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º54, 1969.

OLIVEIRA, Mário de. *Navarro Hogan e o seu sentimento estético*. in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º9, 1960c.

OLIVEIRA, Mário de. *O Habitat nas zonas suburbanas de Quelimane: um caso positivo de formação de sociedades multirraciais*. in “Geographica”, n.º3, 1965b.

OLIVEIRA, Mário de. *Problemas de povoamento no norte de Moçambique*. in “Geographica”, n.º13, 1968b.

OLIVEIRA, Mário de. *Quatro bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian. Exposição na S.N.B.A.* in “Colóquio – Revista de Arte e Letras”, n.º4, 1959.

Monografias

FERNANDES, José Manuel. *Para o Estudo da Arquitectura e do Urbanismo no espaço ultramarino português, no século XX – alguns temas sobre Angola e Moçambique*. Lisboa: FAUTL, 1999.

FERNANDES, José Manuel. *Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

FERNANDES, José Manuel. *Temas de arquitectura e urbanismo na África portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.

FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, Maria de Lurdes, FONTE, Manuela. *Angola no século XX: cidades território e arquitecturas, 1925-1975*. Lisboa, 2010.

FONTE, Barroso da (coord.). *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Luís Possolo: um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*. Lisboa: CIAAM, 2012.

LÔBO, Margarida Souza. *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995.

MILHEIRO, Ana Vaz. Nos Trópicos sem Le Corbusier: *Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d’Água, 2012, B.

PERRY, Clarence. “Neighborhood and Community Planning”. in s.n. *Regional Survey of New York and Environs*, v. VIII. New York: Arno Press, 1974.

SAMBRICIO, Carlos. “La escuela de arquitectura de Madrid y la construcción de la ciudad: César Cort, categrático de Urbanologia”. in s.n. *Madrid y sus arquitectos: 150 años de la escuela de arquitectura*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1996.

RODRIGUES, Maria J. M., SOUSA, Pedro F., BONIFÁCIO, Horácio M. P. *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera, 2005.

Artigos

CALI, Victor João. *A reestruturação da rede urbana e o seu contributo para o ordenamento do território da Guiné Bissau*. Lisboa: FCSH-UNL, 2012. Tese de mestrado em Gestão do território, na Área de Especialização de Planeamento e Ordenamento do Território, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FERNANDES, Eduardo. *A escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de escola*. Minho: Universidade do Minho, 2010. Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade do Minho.

FERREIRA, Zara. *O moderno e o clima na África Lusófona: arquitectura escolar em Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)*. Lisboa: IST-UTL, 2012. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

FONTE, Maria Manuela da. *Urbanismo e arquitectura em Angola – de Norton Matos à Revolução*. Lisboa: FAUTL, 2007. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

MAGALHÃES, Ana, GONÇALVES, Inês. *Moderno tropical: arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.

MARGARIDO, Alfredo. *Uma polémica amável – A automitificação de Benjamim Marques*. in “Latitudes”, n.º19, 2003, p. 74-75.

MILHEIRO, Ana Vaz. *À procura de Mário de Oliveira: um arquitecto do Estado Novo*. in “J.A.”, n.º245, 2012, p. 24-37, C.

MILHEIRO, Ana Vaz. “São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”, in *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2012, p. 87-127. Disponível em WWW<<http://cea.iscte.pt/duka/actas-do-coloquio-internacional-sao-tome-e-principe-numa-perspectiva-interdisciplinar-diacronica-e-sincronica/>>. (A)

MONIZ, Gonçalo. *O ensino moderno de arquitectura: a reforma de 57 e as Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: FCT-UC, 2011. Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Documentos electrónicos

Fundación Docomomo Ibérico. *Teatro Alves Coelho*, [em linha], [Consult. 4 Março 2013] Disponível em WWW:<http://www.docomomoiberico.com/index.php?option=com_k2&view=item&id=1740:teatro-alves-coelho&Itemid=55&lang=pt>.

BLASCO, José António. *Episodios inmobiliarios: César Cort, arquitecto, urbanista, emprendedor y visionário*, [em linha], [Consult.13 Abr. 2013] Disponível em WWW:< <http://urban-networks.blogspot.pt/2011/12/episodios-inmobiliarios-cesar-cort.html>>.

s.n. *Mário de Oliveira*, [em linha], [Consult. 8 Abr. 2013] Disponível em WWW:< <http://pe-siacomarte.blogspot.pt/search/label/mariodeoliveira>>.

s.n. *Cátedra Gonzalo de Cárdenas (1904-1954)*, [em linha], [Consult. 3 Jun. 2013] Disponível em WWW:<<http://www.diegodesagredo.com/catedra02.htm>>.

Correspondência

CARDENAS Y RODRIGUEZ, Gonzalo. 12 de Dezembro de 1945 [certificado] Dirección General de Regiones Devastadas y Reparaciones, Oviedo [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

CATALAN DE OCON, Carlos Ruiz del Castillo, 13 de Dezembro de 1945 [certificado] Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

FONSECA Y LLAMEDO, José. 13 de Dezembro de 1945[certificado] Escuela Superior de Arquitectura de Madrid, Madrid [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

GOUVÊA, A. de Medeiros. [carta] 20 de Julho de 1945, Lisboa. Designação de Mário de Oliveira como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

GOUVÊA, A. de Medeiros. [carta] 1 de Agosto de 1945, Lisboa [para] OLIVEIRA, Mário de. Designação de Mário de Oliveira como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

GOUVÊA, A. de Medeiros. [credencial] 14 de Julho de 1945, Lisboa. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

LACERDA, Aarão S. M. 1 de Fevereiro [certificado] Porto [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 3 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

LOPES, Joaquim Francisco. Diploma de Arquitecto de Mário de Oliveira. Porto: Escola de Belas Artes do Porto, 1947. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

LOPES, Joaquim Francisco. [certificado] 22 de Fevereiro de 1947, Porto [OLIVEIRA, Mário de. 3p. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 25 de Julho de 1935, Lisboa [para] Director da Escola de Belas Artes de Lisboa. 1 p. Solicita certificado das cadeiras feitas na Escola de Belas Artes de Lisboa e as suas classificações. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 21 de Setembro de 1936, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Matrícula no ano lectivo 1936/1937. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 17 de Setembro de 1937, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Matrícula no ano lectivo 1937/1938. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 10 de Setembro de 1938, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Matrícula no ano lectivo 1938/1939. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 9 de Setembro de 1939, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Matrícula no ano lectivo 1939/1940. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 18 de Setembro de 1940, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Matrícula no Curso Superior de Arquitectura. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 31 de Dezembro de 1943, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Pedido de certidão de conclusão do Curso Superior de Arquitectura Civil. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 28 de Outubro de 1945, Lisboa [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Pedido de concurso à prova final para obtenção do Diploma de Arquitecto. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 15 de Junho de 1945, Lisboa [para] Presidente do Instituto para a Alta Cultura. 4 p. Pedido de deferimento para obtenção de bolsa de estudo. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 23 de Agosto de 1945, Oviedo [para] GOUVÊA, A. de Medeiros, Lisboa. 2 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 13 de Setembro de 1945, Oviedo [para] GOUVÊA, A. de Medeiros, Lisboa. 4 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 21 de Setembro de 1945, Madrid [para] GOUVÊA, A. de Medeiros, Lisboa. 3 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 20 de Outubro de 1945, Madrid [para] GOUVÊA, A. de Medeiros, Lisboa. 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 25 de Setembro de 1946, Lisboa [para] José Lourenço. 1p. Pedido de certificado de conclusão do Curso Superior de Arquitectura. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [aditamento] 9 de Dezembro de 1946, Lisboa [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Compromisso de a apresentar alçados e cortes na escala 1:50, para ser admitido à prova final para a obtenção do Diploma de Arquitecto. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 3 de Janeiro de 1946, Lisboa [para] Presidente do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa. 6 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 3 de Janeiro de 1946, Lisboa [para] Presidente do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa. 6 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. 20 de Março de 1946 [carta] Direccion General de Regiones Devastadas y Reparaciones, Madrid [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 2 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. 8 de Abril de 1946 [carta] Direccion General de Regiones Devastadas y Reparaciones, Madrid [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. 9 de Maio de 1946 [declaração] Lisboa [para] Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1 p. [Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 27 de Janeiro de 1947, Porto [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Requerimento do Diploma de Arquitecto. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

SEGURADO, José de Almeida. [carta] 28 de Outubro de 1946, Lisboa [para] Director da Escola de Belas Artes do Porto. 1p. Declaração de tirocínio de Mário de Oliveira na oficina de arquitectura de José de Almeida Segurado. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. [carta] 26 de Fevereiro de 1947, Lisboa [para] LOURENÇO, José. 3p. Pedido de certificado. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

Documentos não publicados

AMARAL, António Ribeiro do. *Certidão de Nascimento de Mário de Oliveira*. Alcobaça: Registo Civil de Alcobaça, 1915. [Espólio do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]

OLIVEIRA, Mário de. *Curriculum Vitae*. Lisboa, 1945. Espólio do arquivo do Instituto Luís de Camões. [Espólio do Arquivo do Instituto Luís de Camões]

Oliveira, Mário de/ DGOPC-DSUH. *Relatório de Viagem à Guiné*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958 [IPAD: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/01004]

Oliveira, Mário de/ DGOPC-DSUH. *Relatório de Missão a Moçambique*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1963 [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2084/14408]

Oliveira, Mário de/ DGOPC-DSUH. *Relatório de visita a Moçambique*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1965-1966.

Oliveira, Mário de/ DGOPC-DSUH. *Estudo sobre o habitat de Bissau*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1963.

Oliveira, Mário de/ DGOPC-DSUH. *Relatório de São Tomé*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1964. [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2106]

Planos urbanos (documentos não publicados)

Oliveira, Mário de/DGOPC-DSUH. *Estudo de Urbanização de Praia Varela*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958 [IPAD: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/01004]

Oliveira, Mário de/DGOPC-DSUH. *Urbanização dos Bairros Populares de Bissau*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1959 [IPAD: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1976/00985; PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073]

Oliveira, Mário de/DGOPC-DSUH. *Plano de Urbanização de São Tomé*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1963-68 [IPAD: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2106]

Oliveira, Mário de/DGOPC-DSUH. *Plano geral de urbanização do Quelimane – esboço*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1964 [AHU: PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2097]

Oliveira, Mário de/GUC. *Plano Geral de Urbanização de Namaacha*, Lisboa: Ministério do Ultramar, 1948.

Planos urbanos (disponíveis em <http://www.dgottdu.pt>)

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização da Lourinhã*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1948.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Ourique*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1948.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Aljustrel*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1948.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Castro Verde*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1948.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Alijó*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1949.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Arganil*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1950.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Almodôvar* Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1951.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Nisa*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1952.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Vila de Rei*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1952.

Oliveira, Mário de/DGSU. *Plano Geral de Urbanização de Vila Nova da Barquinha*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1954.

Decretos-de-lei

Decreto de Lei nº 26/611 de 19 de Maio. *Diário do Governo nº 116 – I Série*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto de Lei nº 25/593 de 6 de Julho de 1935. *Diário do Governo nº 154 – I Série*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto de Lei nº 38/680 de 1 de Março de 1952. *Diário do Governo nº 61 – I Série*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto de Lei nº 46/038 de 16 de Novembro de 1964. *Diário do Governo nº 269 – I Série*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

Decreto de Lei nº 21/662 de 12 de Setembro de 1932. *Diário do Governo nº 214 – I Série*. Ministério da Educação Nacional. Lisboa.

**vertente
prática**

grupo

marca
texto
espacio



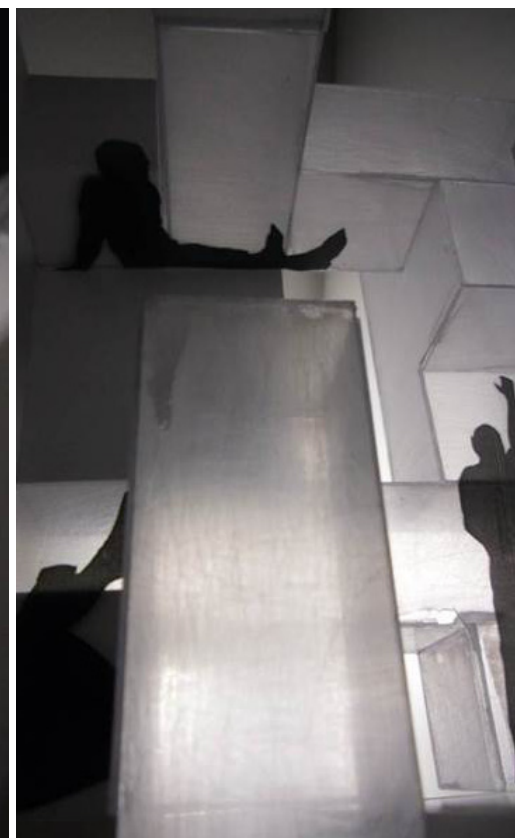
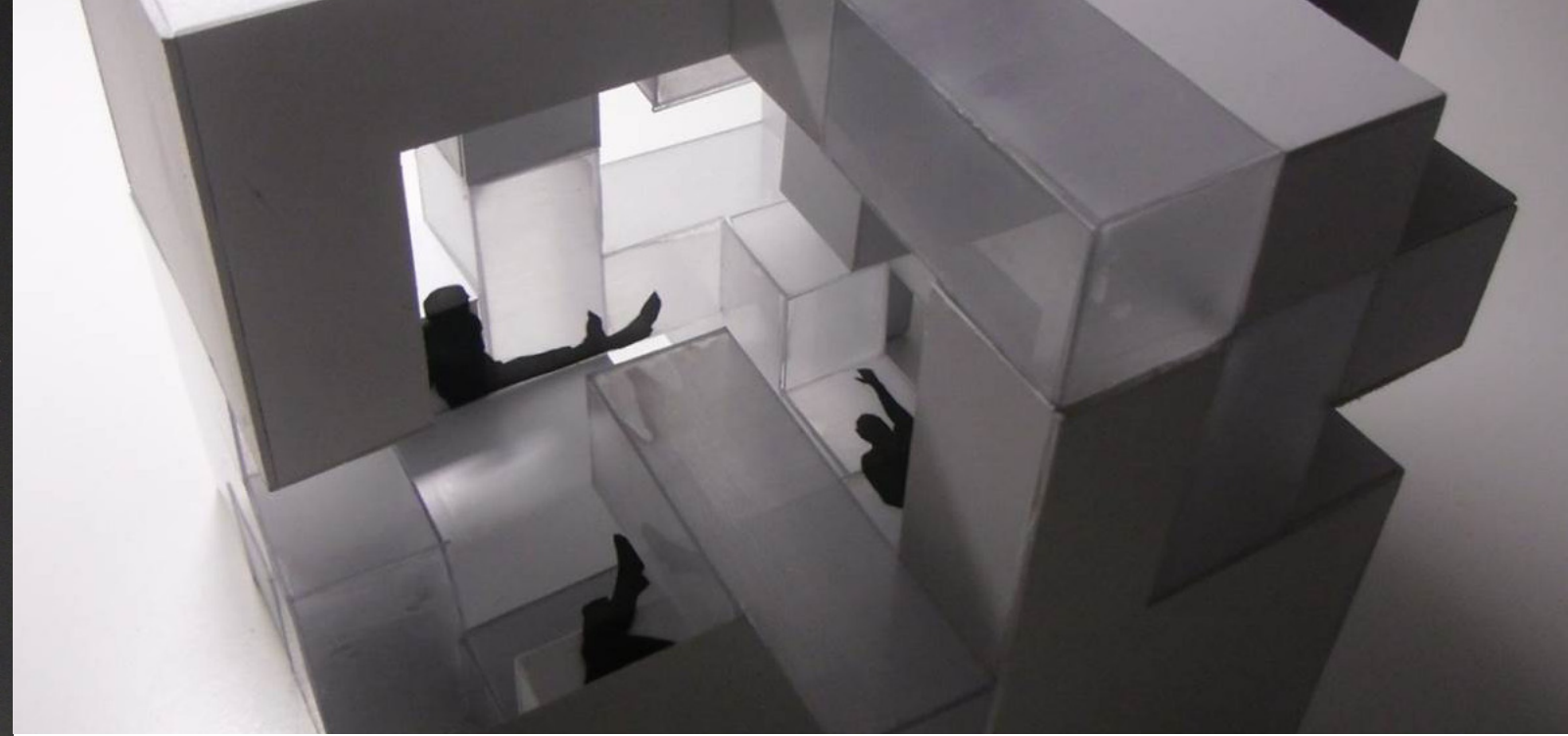
a marca

A partir de um objecto de uso comum, o cubo Rubik, produzimos a marca gráfica, usando o cubo como carimbo embebido em tinta-da-china, sobre papel cavalinho, num processo de repetição, sobreposição e rotação do objeto.

“Se comparássemos uma divisão de residência japonesa com um desenho a tinta-da-china, os *shōji* corresponderiam à parte em que a tinta está mais diluída e o *toko no ma* ao sítio em que se encontra mais espessa. De cada vez que contemplo um *toko no ma*, essa obra-prima do requinte, fico maravilhado por constatar até que ponto os Japoneses conseguiram penetrar nos **mistérios da sombra**, e com que engenho souberam utilizar **jogos de luz e sombra**. E isto sem visar especialmente um efeito determinado. Numa palavra, sem outro suporte para além de simples madeira e paredes nuas, compôs-se um espaço recatado onde os **raios luminosos** que aí deixamos penetrar produzem, aqui e além, **recantos** vagamente escurecidos. E no entanto, contemplando as **trevas** escondidas atrás da viga superior, em redor de uma jarra de flores, sob uma prateleira, e sabendo perfeitamente que são sombras insignificantes, experimentamos a **sensação** de que, nesses locais, o ar encerra uma **espessura de silêncio**, que uma **serenidade** eternamente inalterável reina nessa **escuridão**. Afinal, quando os Ocidentais, falam de “mistérios do Oriente”, é bem possível que se refiram a essa **calma** um pouco **inquietante** que a sombra segrega quando possui essa qualidade. Eu próprio, nos meus tempos de criança, quando arriscava uma olhadela ao fundo do *toko no ma* de um salão ou de uma “biblioteca”, que os **sol** nunca aflora, não conseguia evitar uma indefinível apreensão, um calafrio. Mas onde está, então, a chave do mistério? Muito bem, vou trair o segredo: vendo bem, é apenas a **magia da sombra**; expulsem essa sombra que se forma em todos os recantos e o *toko no ma* regressará imediatamente à sua realidade banal de **espaço vazio e nu**. Porque foi aí que os nossos antepassados se mostraram geniais: souberam conferir ao universo de sombra deliberadamente criada, delimitando um espaço rigorosamente **vazio**, uma qualidade estética superior à de qualquer fresco ou decoração. Aparentemente, trata-se apenas de um puro artifício, mas de facto as coisas são muito menos simples que isso.” (Tanizaki, 2008: 45-46).

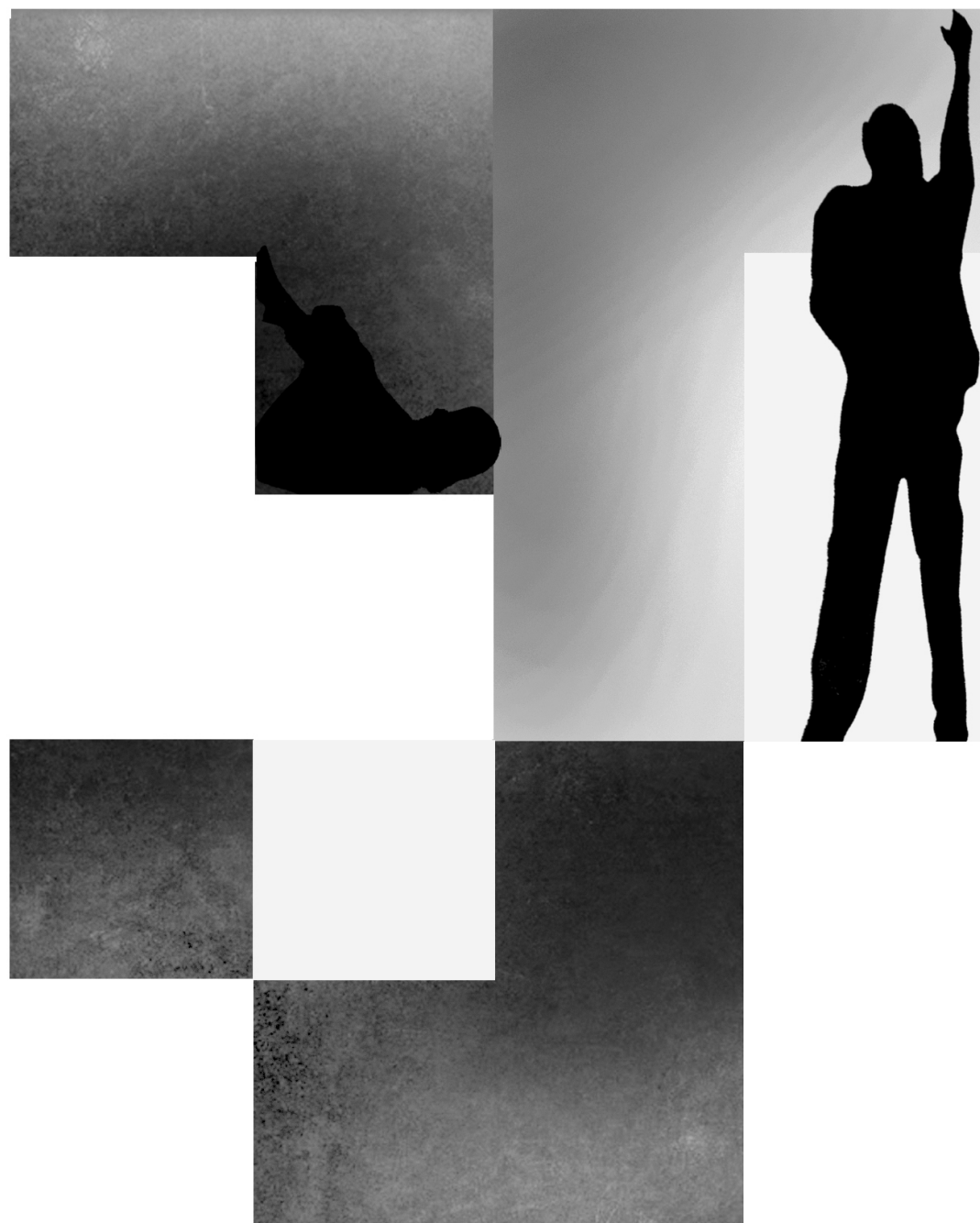


o espaço





Esquisso espacialidade Claudia Diniz
pastel de óleo sobre



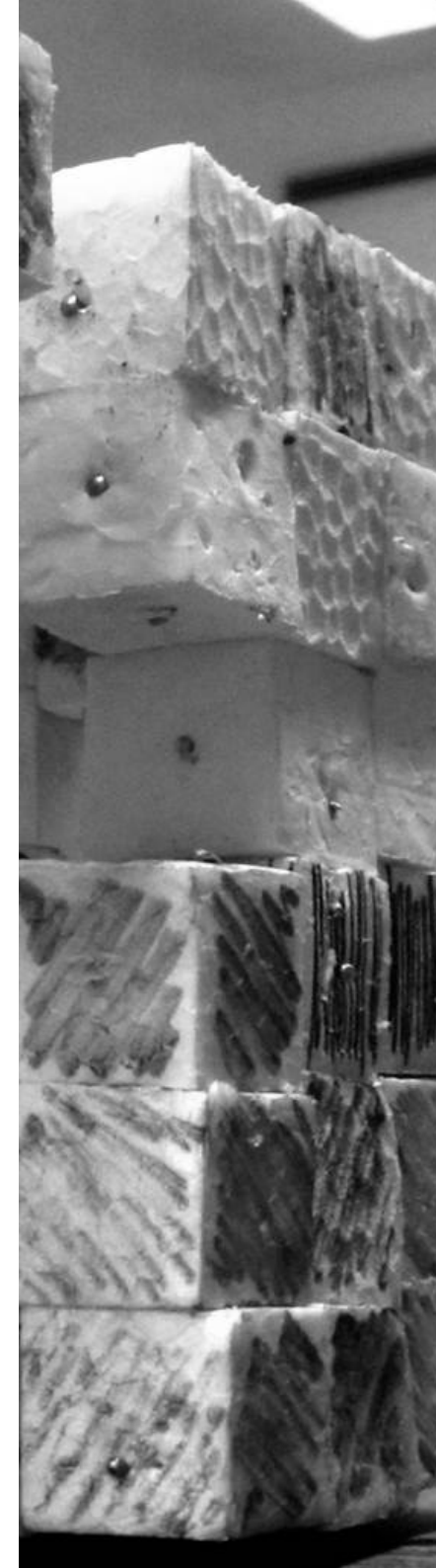
Secções do objeto



storyboard



Maqueta de estudo



baifafatá

Mais do que uma simples resposta formal ao programa, a nossa proposta parte de uma reflexão sobre o sítio. Um confronto entre a arquitetura funcional pré-existente, o hospital, com uma estrutura que, apesar de efêmera, deixa uma marca simbólica da sua presença, oferece um novo caráter à cidade: uma maior abertura à diversidade cultural, muito característica de Bafatá.



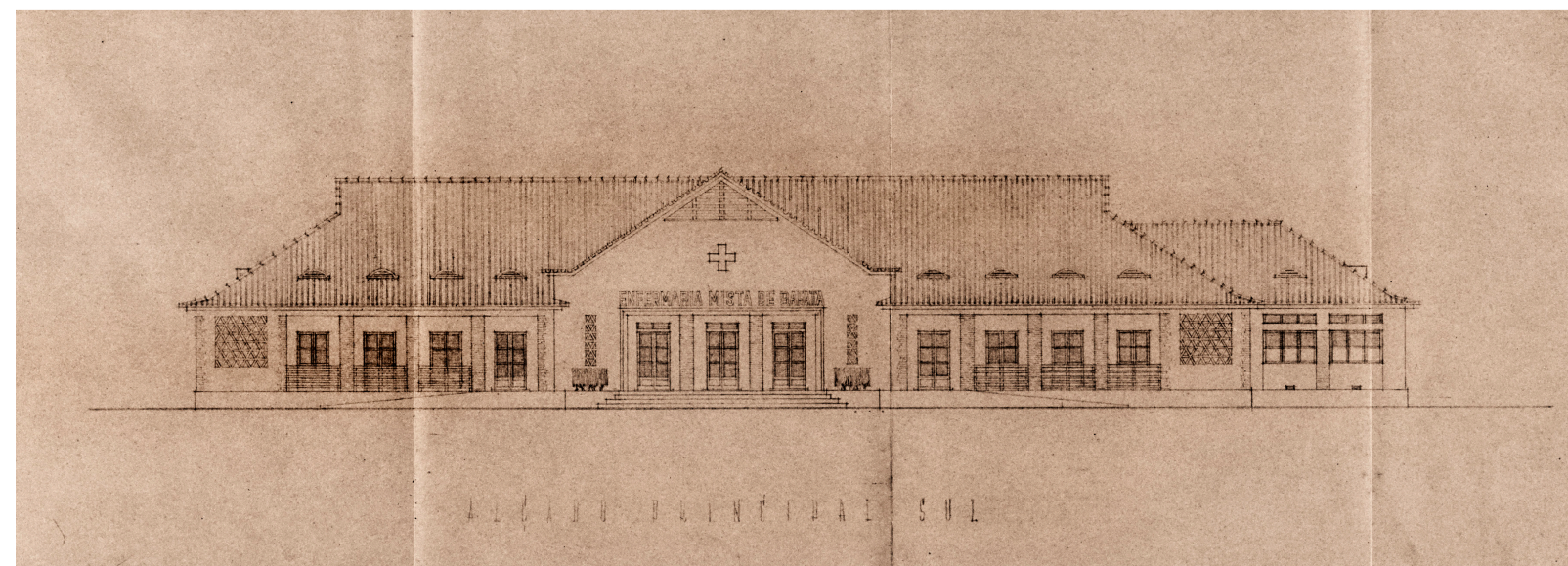


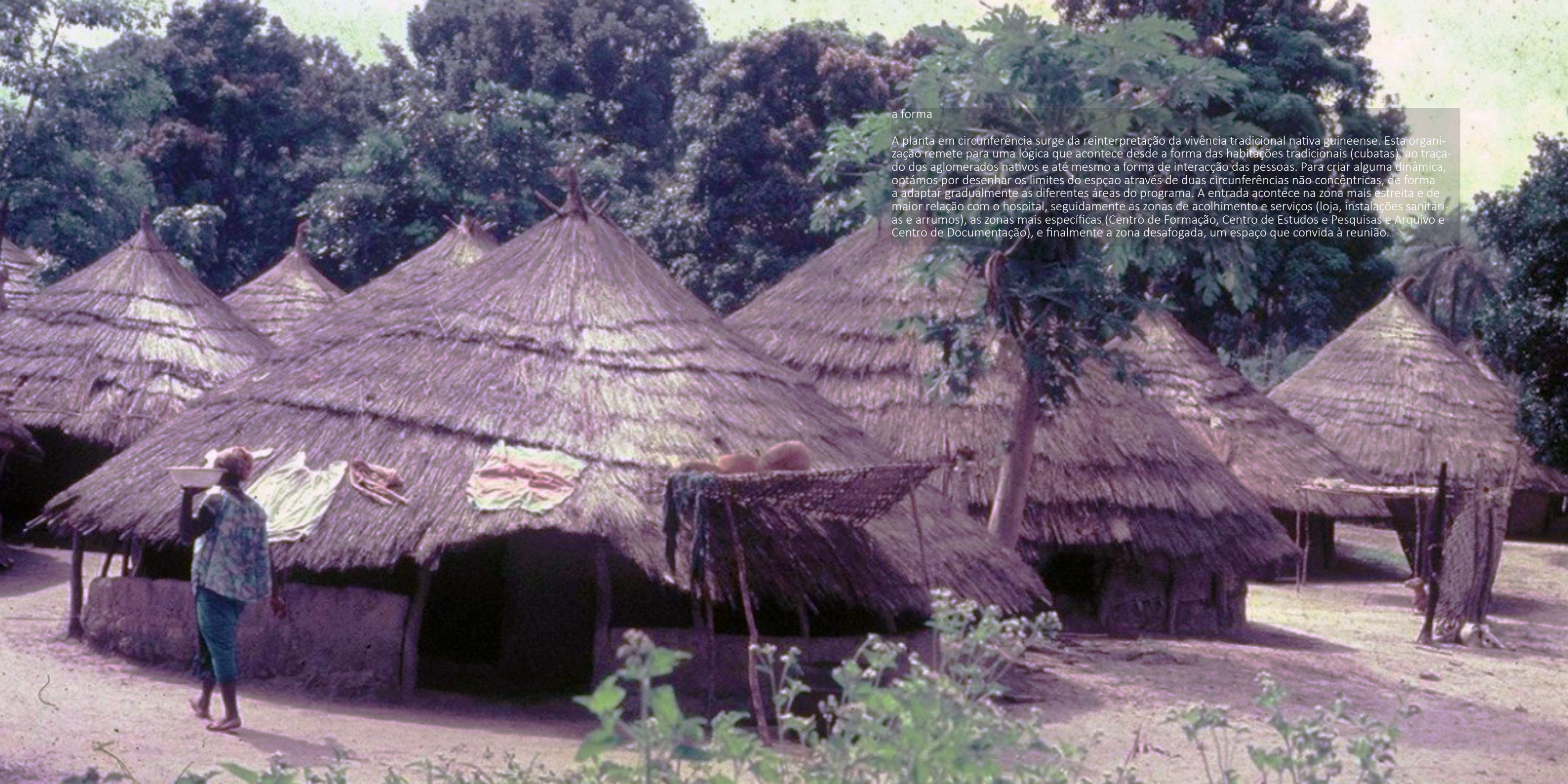
o lugar

O projecto do Centro Interpretativo será implantado junto ao hospital, relacionando-se com a avenida principal da cidade e a rua que culmina na casa onde nasceu Amílcar Cabral. Esta localização é estratégica pela sua proximidade com a entrada da cidade e com o seu eixo estrutural urbano, ao longo do qual surgem os edifícios públicos.

O Hospital de Bafatá, anterior Enfermaria Mista, foi projetado em 1946, pelo arquiteto João Simões enquanto funcionário do Gabinete de Urbanização Colonial. Trata-se de um edifício que se desenvolve apenas num piso térreo, assente sobre um embasamento. Da volumetria simétrica, destaca-se um corpo central de frontão triangular ladeado por galerias alpendradas que permitem a ventilação do edifício e o protegem do calor. O edifício segue uma filosofia de desenho pragmática, que pretende resolver os problemas inerentes ao clima caraterístico do sítio, juntamente com um entendimento moderno do programa com uma linguagem de configuração tradicionalista portuguesa. É possível afirmar que o Hospital de Bafatá é uma obra de arquitetura tropical assente em princípios funcionais, construído, segundo a linha de pensamento de João Aguiar em *L'Habitation dans les pays tropicaux*, “com caraterísticas especiais adaptadas ao clima, exigindo a adoção de elementos de proteção destinados a contrariar a influência de agentes climáticos” (Milheiro, 2011, p.10). Neste contexto, propomos confrontar a funcionalidade extrema do desenho de João Simões, com a ideologia inerente ao efêmero e à forma do Centro Interpretativo, acentuado pela informalidade dos percursos pedonais existentes, integrados na nossa proposta.

Hospital de Bafatá, João Simões, 1946.
Fonte: AHU





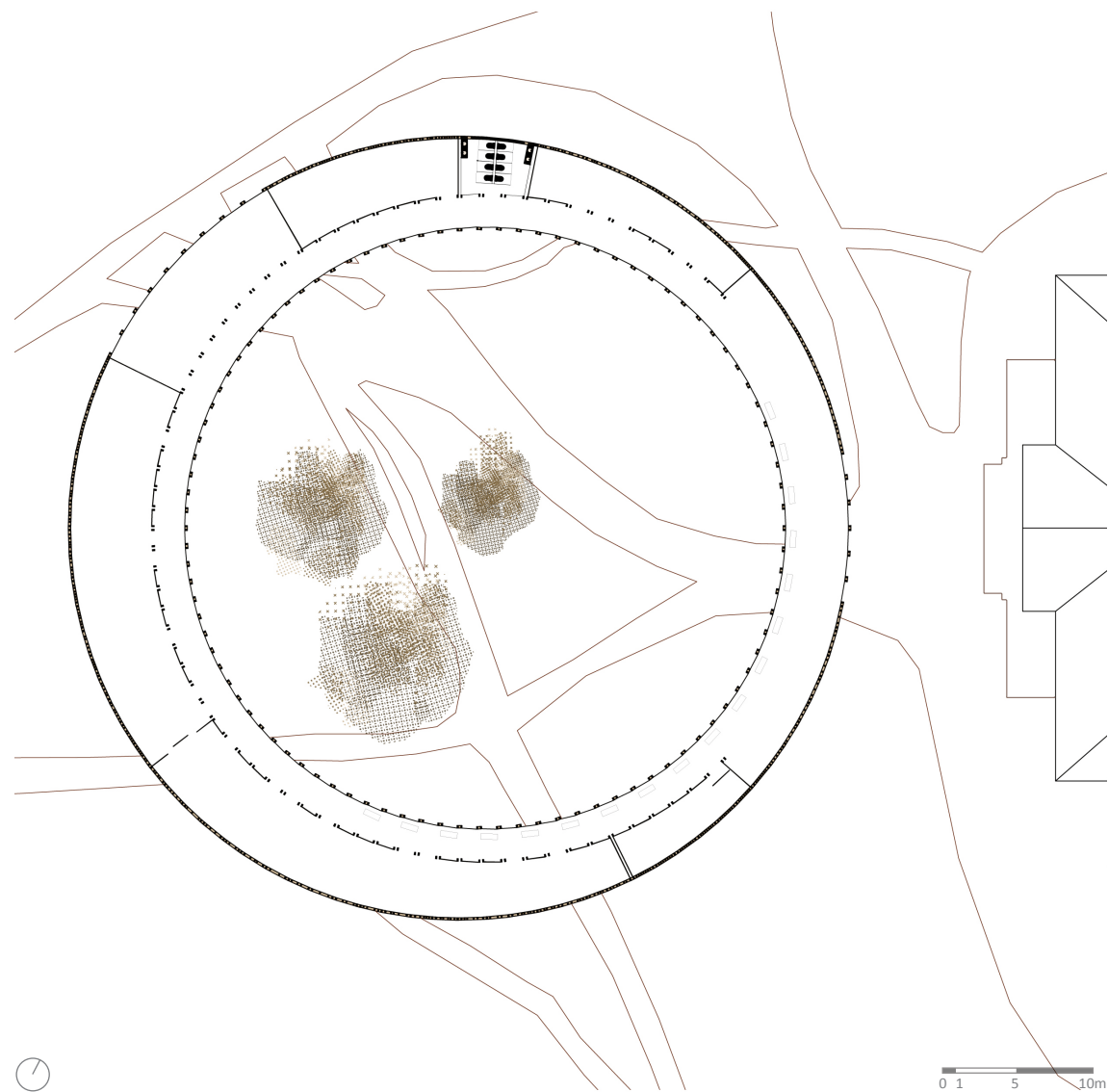
a forma

A planta em circunferência surge da reinterpretação da vivência tradicional nativa guineense. Esta organização remete para uma lógica que acontece desde a forma das habitações tradicionais (cubatas), ao traçado dos aglomerados nativos e até mesmo a forma de interação das pessoas. Para criar alguma dinâmica, optamos por desenhar os limites do espaço através de duas circunferências não concêntricas, de forma a adaptar gradualmente as diferentes áreas do programa. A entrada acontece na zona mais estreita e de maior relação com o hospital, seguidamente as zonas de acolhimento e serviços (loja, instalações sanitárias e arrumos), as zonas mais específicas (Centro de Formação, Centro de Estudos e Pesquisas e Arquivo e Centro de Documentação), e finalmente a zona desafogada, um espaço que convida à reunião.

o conceito

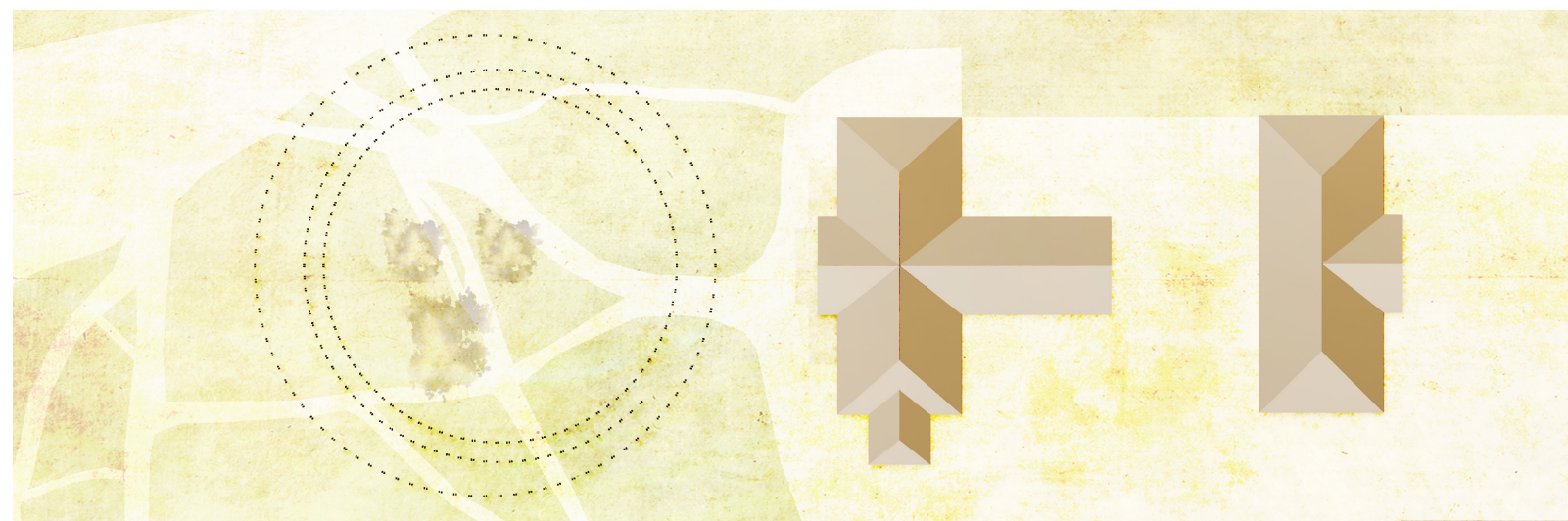
No Exercício de Arranque trabalhamos a ideia da sombra dando-lhe uma lógica de materialização, espacialidade e gravidade. Como referência às ideias desenvolvidas, reinterpretámos esta mesma lógica através da estrutura, onde criamos uma gradação visual que funciona como um filtro, deixando entrar ou não a luz, num jogo de sombras. Todo o projecto é envolvido por uma ideia de convergência gravitacional, relacionando-se constantemente com o seu coração, através de diversos elementos – inclinação da cobertura, galeria, ligação visual, bancos do auditório. Este coração não é formalmente definido, mas sim enunciado pelas árvores propostas e por percursos pedonais que atravessam este espaço, onde funciona o “palco” do auditório.

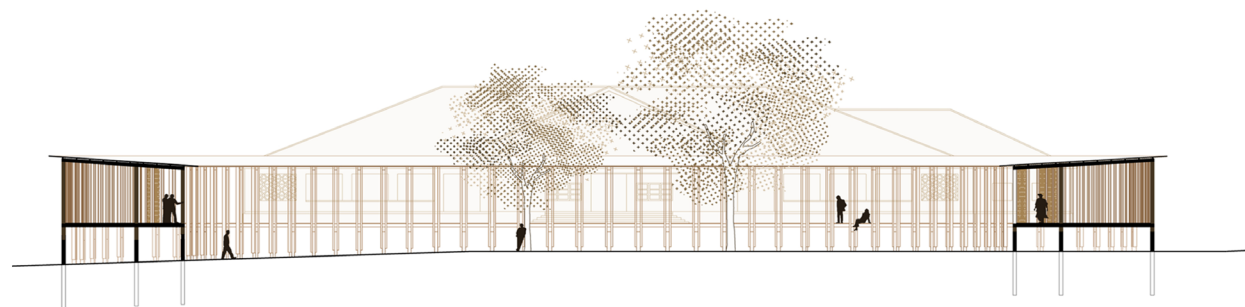
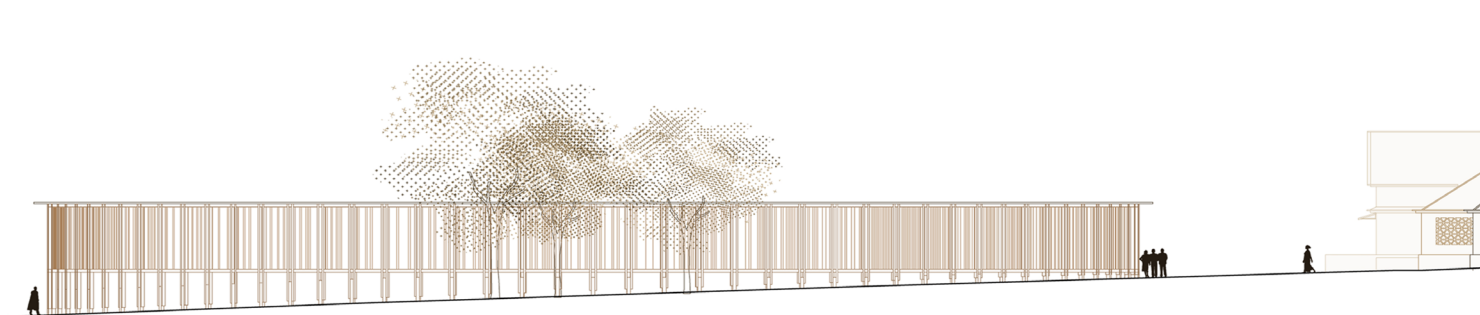




Em cima
planta centro intpretativo

À direita
esquema relação do centro interpretativo com o hospital
(antes, durante e após intervenção)





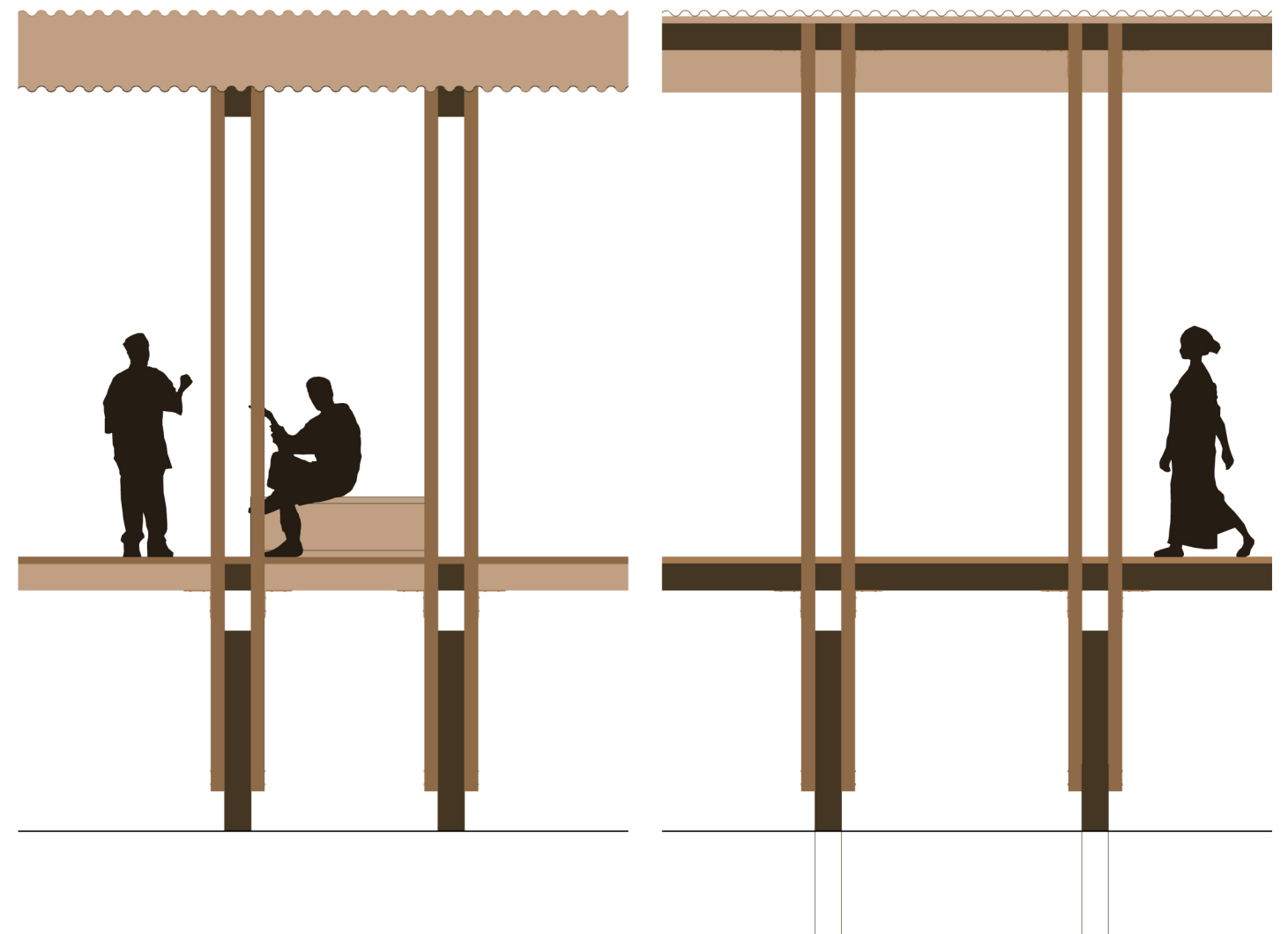
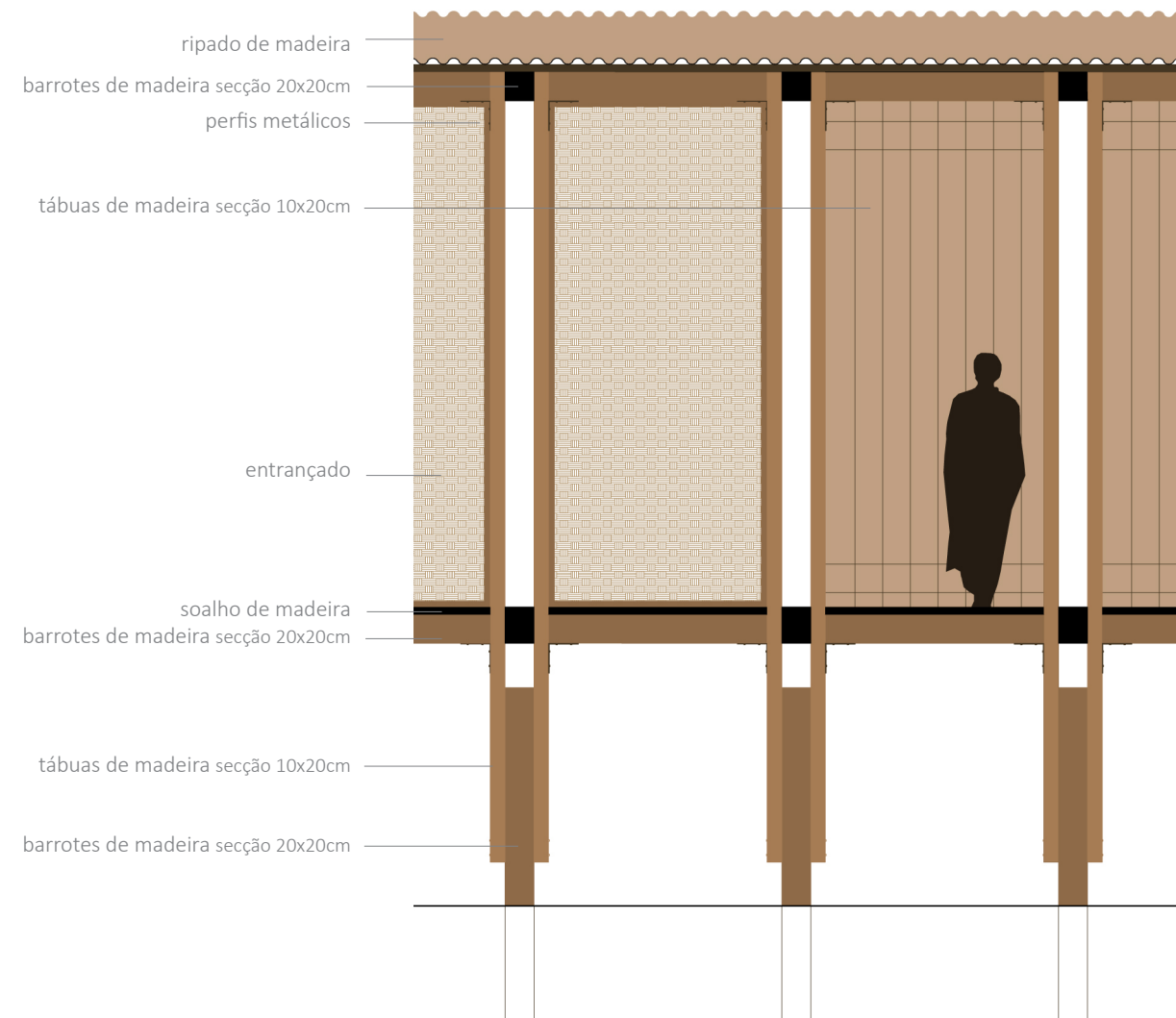
Em cima:
Alçado e .corte
Em baixo:
Planificação interior e exterior

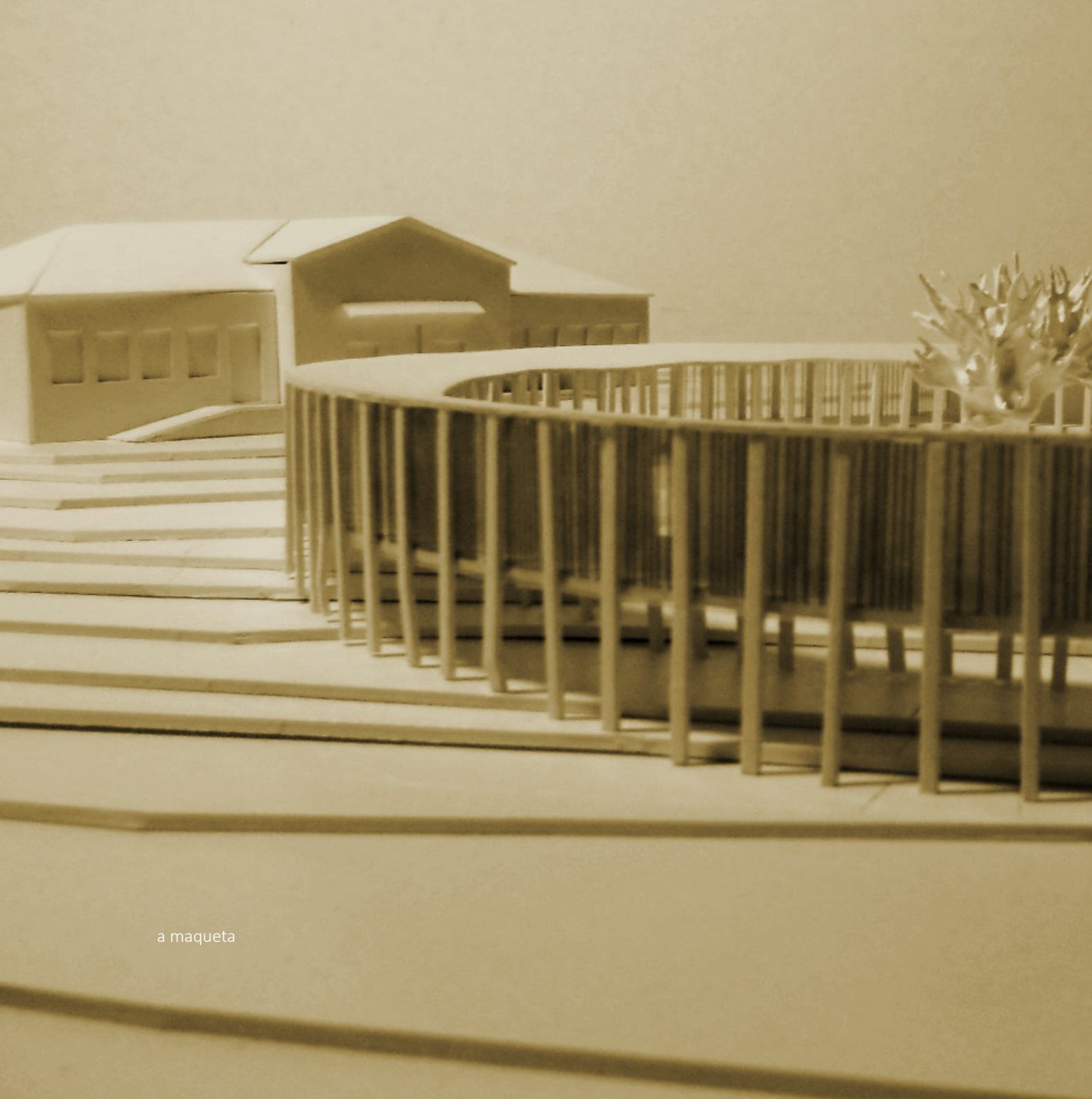


a estrutura

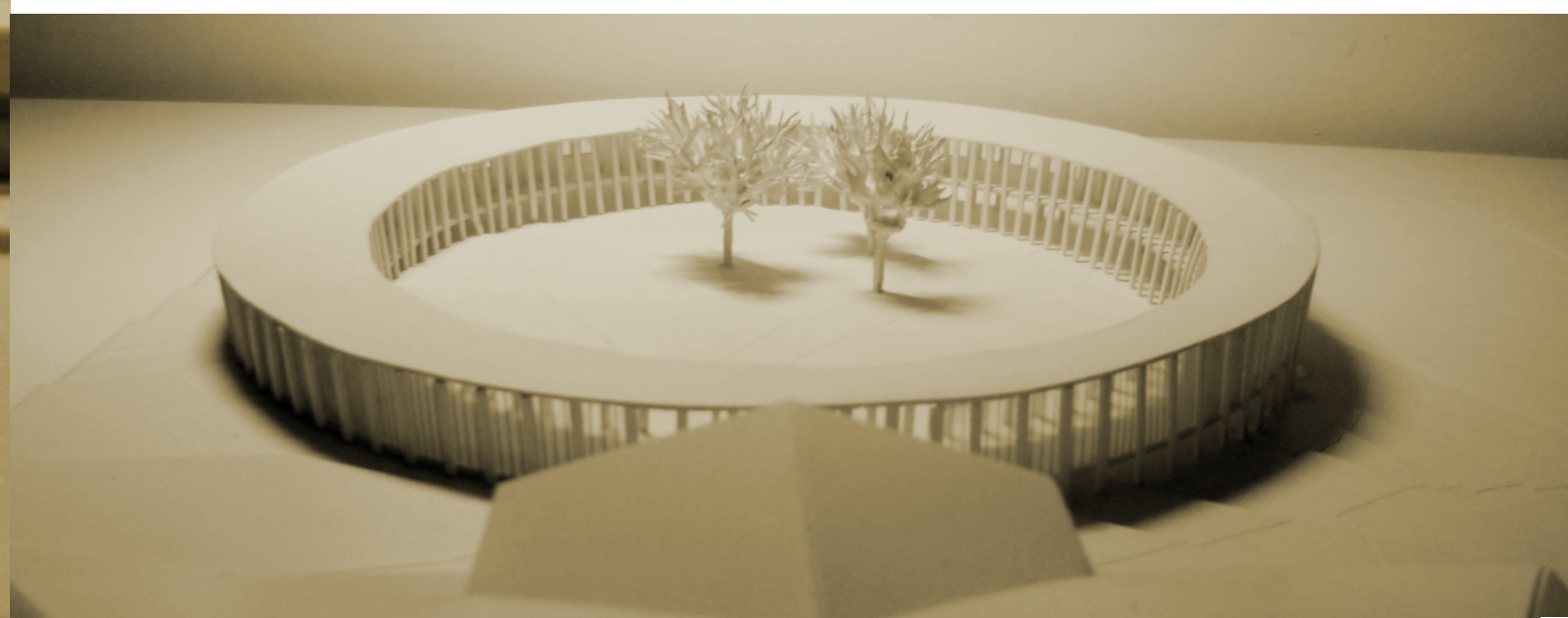
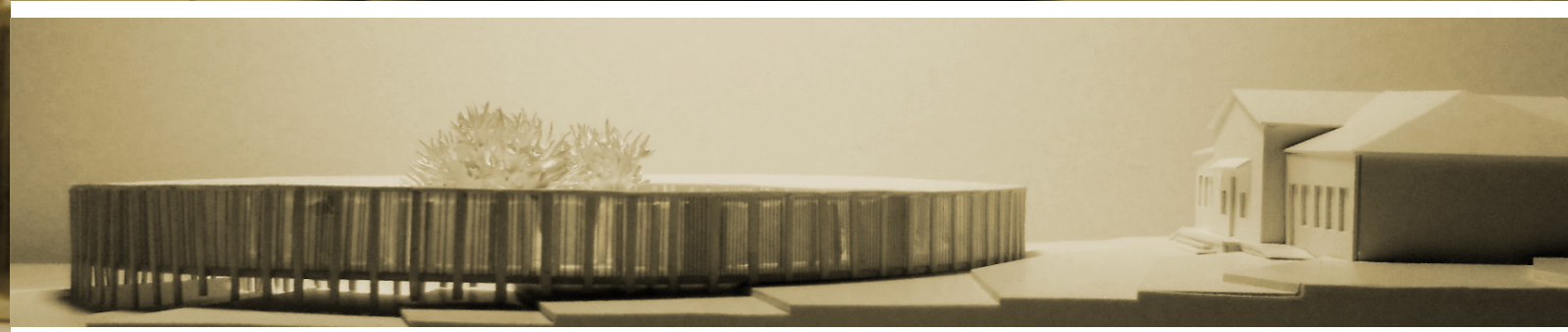
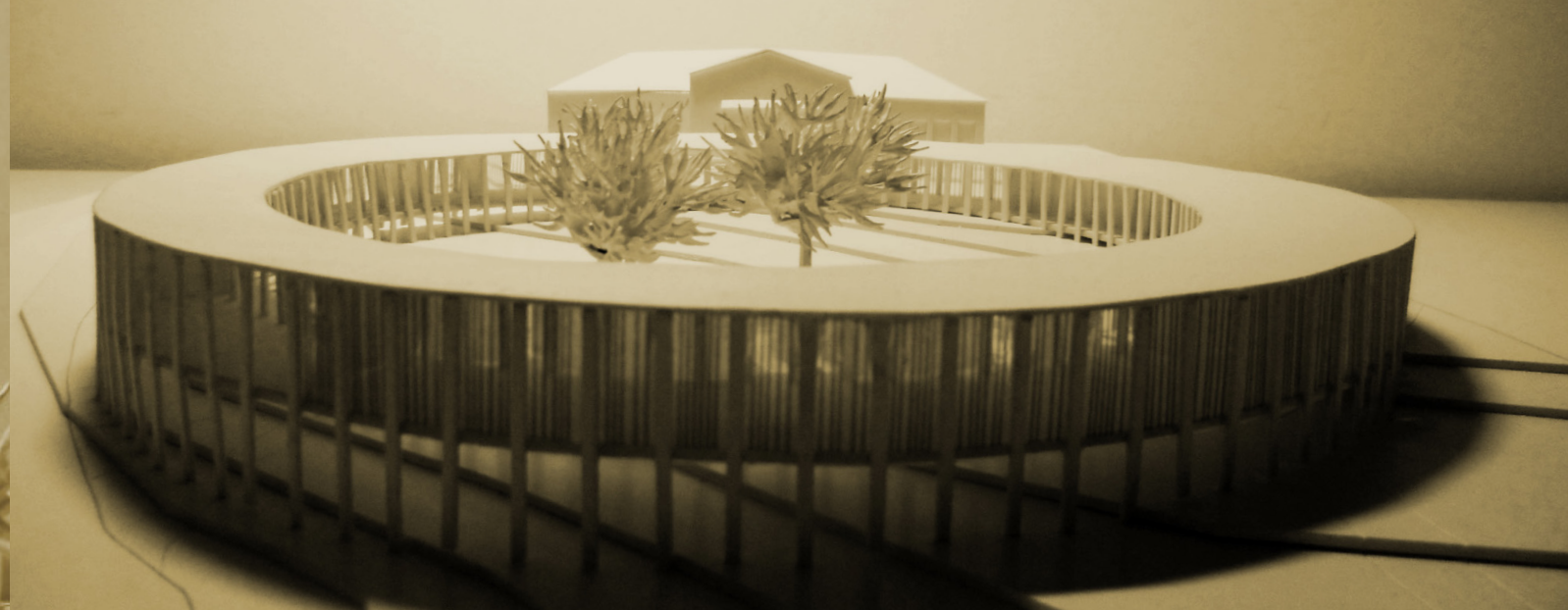
Com o objetivo de acentuar o carácter efêmero da estrutura e distanciar-se do lugar, elevámo-la do terreno através de um sistema de estacas, o que é aproveitado para resolver a questão das cheias e da humidade do solo. Todo o sistema construtivo é composto por elementos de madeira, desde barrotes de fundação, às tábuas que compõem as paredes e suportam a cobertura. Também houve uma preocupação de ir ao encontro dos materiais locais, neste caso a utilização dos painéis de entrançados de bambu que resolvem as paredes da galeria. É no detalhe do sistema construtivo proposto que se encontra o interesse arquitetónico do projeto. Ao mesmo tempo que resolve questões técnicas em resposta ao clima tropical, como por exemplo o espaçamento entre as tábuas que compõem as paredes, cria um jogo de sombras e também permite a ventilação cruzada. Deste modo tentámos conciliar os 3 princípios Vitruvianos- solidez, utilidade e beleza.







a maqueta





a marca

Como marca da presença do centro interpretativo, propomos manter as árvores plantadas, os percursos pedonais e os barrote estruturais, delimitando um espaço que poderá, posteriormente, ser utilizado para diversas atividades da comunidade.

amoras
2033

evolução histórica

A zona das Amoreiras, atualmente beneficiada quer pela sua proximidade ao centro tradicional quer pela periferia imediata da cidade, deve o seu desenvolvimento mais considerável à presença do Aqueduto das Águas Livres (1713-1748). Até à sua construção, toda a área era somente ocupada por alguns conventos e quintas, como é exemplo o Convento das Trinas do Rato (1614-1721). O tema da água era de extrema importância ao garantir a autonomia da cidade. A sua qualidade, quantidade e forma de abastecimento eram relevantes nos rituais de implantação, fundação e expansão da cidade, e consequentemente, no seu desenho urbano. De acordo com o *Journal Entranger de Paris*, em 1755, o aqueduto das Águas Livres era a “mais magnífica e a mais sumptuosa empresa deste género sem excluir as dos Romanos e dos Franceses”. A sua construção concedeu ao Largo do Rato um novo carácter: espaço de intercâmbio entre o urbano e o rural. É importante mencionar que o aqueduto, construído sobre uma falha sísmica, foi edificado paralelamente a vestígios encontrados de um aqueduto romano. Apesar do interesse de D. João V na sua construção, a obra foi inteiramente paga pelo tributo da população ao longo de várias décadas. O soberano unicamente zelou pelo andamento da obra e pela justeza dos gastos e estabeleceu que a expropriação dos terrenos deveria ser feita mediante um preço justo. Em simultâneo, foram edificadas casas, fábricas e rasgados novos arruamentos junto ao Largo do Rato.

Zona de intervenção 1856
redesenho sobre o levantamento de Lisboa de Filipe Folque

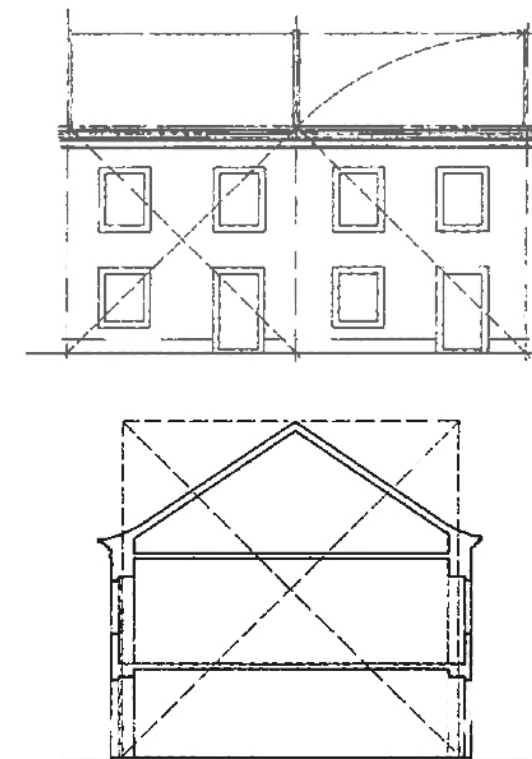
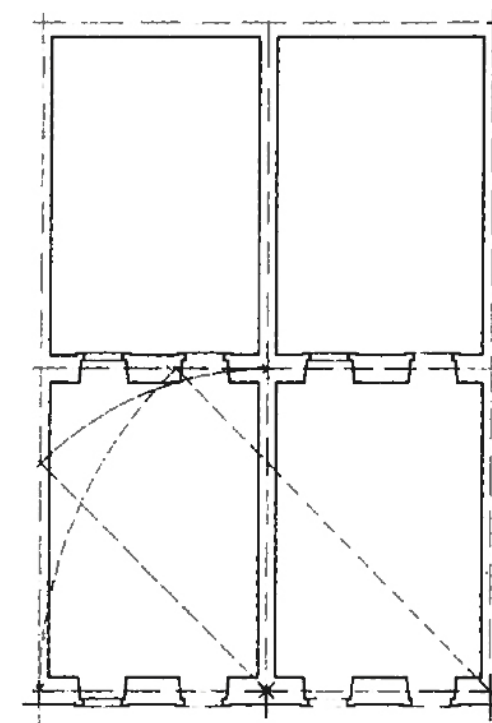


Aquando do terramoto de 1755, a zona das Amoreiras foi uma das mais poupadas na cidade. Conhecidas as suas potencialidades naturais e planeadas, e comprovada a sua segurança em termos sísmicos, o Estado mostrou interesse em construir no local, prevendo o crescimento da cidade sobre o eixo do já existente núcleo joanino da Fábrica das Sedas (reinstalada como Real Fábrica das Sedas em 1757), proibindo qualquer construção dentro dos limites definidos para a cidade. Aí foram instaladas novas indústrias: o Real Colégio das Manufacturas, a Fábrica dos Pentes (1764), a Fábrica dos Relógios (1765) e a Fábrica de Louça do Rato (1767). Foram criadas instalações provisórias para o Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na actual Praça das Águas Livres, e para o Convento de São Francisco. A proibição foi repetidamente violada com a construção de barracas no Largo do Rato, nas quintas a norte e na muralha da Mãe de Água e a construção de casa burguesas em toda a zona. A rua das Amoreiras rapidamente foi ladeada de casas até ao Largo de Campolide. Em 1759 foi desenvolvido um plano de urbanização do então conhecido Bairro das Águas Livres, compreendido entre a Mãe de Água, a actual rua Artilharia 1, o Rato e o Campolide. Enquadrando-se na reestruturação da Fábrica das Sedas, a agora Real Fábrica das Sedas “passava a ser uma unidade urbana pombalina de elite”, encarregue da construção de 60 casas com as quais se iniciou o processo de urbanização. A solução adoptada, de Carlos Mardel, datada de 1759, procurava respeitar, na generalidade, o plano anteriormente desenvolvido em 1756, pelo próprio, Eugénio dos Santos, Elias Poppe e Carlos Andreis: “a ideia da praça junto aos arcos e aproveitamento de muro de suporte criada pela Mãe de Água e o alto de São Francisco para nivelamento da encosta; a regularização do traçado da rua que o Rato e a para São Sebastião da Pedreira, actual Francisco Sales e Artilharia 1; o estabelecimento de uma malha ortogonal variada que articulasse as novas praças”. O desenho de Mardel propunha uma malha quadrada uniforme onde a praça correspondia à ausência de 2 quarteirões, marcando o eixo da praça pelo meio da arcaria e fechando por completo no seu limite poente sem libertar os cantos no enfiamento das ruas opostas. O Largo do Rato foi revisto segundo um eixo de simetria do chafariz. A largura das vias era de 40 palmos. Esta solução, em comparação com as restantes, revelava uma “maior calma e maturidade”, assumindo “um maior respeito e capacidade de valorização pela forte presença do conjunto final e monumental do Aqueduto”.

Fábrica de Tecidos de Seda, actual Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva
Fonte: AML



Apenas os 4 quarteirões que ladeiam a praça foram ocupados na época, com um total de 56 fogos. Quanto à construção dos fogos, estes apresentam uma estrutura do “tipo tradicional, com arcos de alvenaria e sobrado”, sendo que o ritmo entre os vãos varia com a mudança do fogo. “A cobertura é em duas águas longitudinais com tacaniças de remate nos topos. O beirado é nas traseiras directamente assente sobre a alvenaria, ao contrário do que sucede nas fachadas públicas. Como único elemento decorativo surgia um pequeno botão em calcário ao lado das portas. As peças de cantaria dos vãos têm dimensões que permitem o uso de uma peça em posições diversas o que, mais uma vez, confirma a produção seriada dos elementos construtivos” (Rossa, 2009, p.27). Cada quarteirão era definido com duas frentes de casas separadas por um pátio. Cada alçado apresentava duas janelas, de guilhotina quadrada, rectangulares no primeiro andar, e uma porta e janela, quase quadrada, no rés-do-chão. No centro da praça foi construído um chafariz, ladeado por 331 amoreiras plantadas pelo Marquês em 1771. No entanto, em 1863, foram substituídos por um jardim romântico e um novo chafariz. Da época desta intervenção é também a Capela de Nossa Senhora de Monserrate (1768), substituindo a barraca de madeira no Alto de São Francisco. De nave oitavada, apresenta no seu exterior uma fachada simples que se estrutura a partir de um quadrado com frontão sobreposto, “procurando inserir os frisos na continuidade dos do aqueduto” (*idem*, 2009, p.). Sobre a porta, com trabalho de cantaria simples, encontra-se uma janela.



Esquemas de composição dos espaços, alçados e volumes originais para os lotes do Bairro das Águas Livres
Fonte: Rossa, 2009, p.27

No século XIX, a Revolução Industrial provocou um considerável aumento da classe operária na cidade de Lisboa. Consequentemente foram construídos novos bairros (Estefânia, Campo de Ourique, o Bairro de Camões e, posteriormente, a Almirante Reis e as Avenidas Novas). A classe operária não tinha capacidade económica para ocupar estes bairros, alonjando-se em habitações deprimentes, palácios arruinados e conventos. Foi neste contexto de habitação precária que surgiram os pátios e as vilas operárias. Na zona das Amoreiras destacava-se o Pátio do Biaggi, na rua das Amoreiras, composto por centenas de habitações. Tratando-se de um pátio, é provável que fosse desprovido de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de água, sem as condições mínimas de salubridade. As vilas eram edificações multifamiliares, sendo estas de dois tipos: edifícios alongados, em forma de corredor, e edifícios tipo bloco, com quatro fachadas de acesso central, em forma de pátio. Muitas vezes, a fachada principal fazia parte de um prédio burguês (pequena burguesia), sendo a vila ou o pátio destinado às famílias do operariado desenvolvidas nas traseiras. De materiais baratos, como o tijolo, o remate das coberturas era presente na maioria das vilas. Na zona das Amoreiras é possível ainda hoje encontrar a Vila Romão da Silva (pátio), a Vila Bagatella (com frente para a rua, de pátio alongado, 1890), o Pátio do Monteiro e a Vila Raul.

zona de intervenção 1910
redesenho sobre o levantamento de Lisboa de Silva Pinto
● vilas e pátios operários



A estrada da Circunvalação de Lisboa, construída em 1886, estabeleceu os novos limites da cidade. No seguimento dos estudos do Plano de Urbanização, iniciados em 1938 por Duarte Pacheco, foram rasgados novos arruamentos na zona das Amoreiras, por exemplo a rua D. João V (1942). Já em 1943, foram construídos vários prédios destinados à habitação da classe média alta, na área compreendida entre a rua das Amoreiras, a rua Silva Carvalho e a rua D. João V. Devido às ordens de Cristino da Silva, responsável por esses empreendimentos, os arquitectos do movimento moderno português, foram obrigados a sacrificar cordatamente ao novo gosto do tempo oficial, em contraste com as suas realizações inovadoras ainda recentes. A construção da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (1940) surge como elo de ligação entre a Rotunda Marquês de Pombal e a Estrada da Circunvalação, e quebra a zona das Amoreiras em 2 partes.



Nessa mesma zona, entre 1955-1959, foi construído o Bloco das Águas Livres, projetado pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral em colaboração com artistas plásticos e o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles. Ao desenvolverem o projeto, estes arquitetos inspiraram o seu desenho no Bloco de Habitação de Marselha, de Le Corbusier. Por essa razão, a unidade de habitação, propondo um modo de vida coletivo ou comunitário, impunha-se como edifício moderno, diferente e de grande qualidade em relação à sua envolvente. Este bloco, pensado para ser auto-suficiente, é composto por um corpo principal com 12 piso, dos quais oito são de habitação, um de escritórios e um de comércio, sendo também equipado com uma sala de festas, reuniões e exposições, terraço e habitação para o porteiro. Cada piso tem sete fogos que variam entre quatro diferentes tipologias. A sua fachada nobre foi pensada para os residentes enquanto que a fachada oposta para acesso dos serviços vários.

Bloco das Águas Livres
Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa, 1953
Fotografia de Claudia Diniz



Um dos projectos que maior impacto teve sobre a zona foi o Complexo das Amoreiras (1980-87), pelo arquitecto Tomás Taveira. Este localiza-se na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, no alto da Colina das Amoreiras. Desenvolvido numa altura em que o abandono das atividades ligadas à indústria tinham libertado grandes espaços dentro das cidades, foram construídos edifícios funcionais destinados a escritórios e comércio de modo a renovar essas zonas, criando assim um novo centro urbano. Neste complexo trabalham pelo menos sete mil pessoas em actividades ligadas ao serviço, comércio, atividades culturais e administração. A implantação deste complexo teve impactos consideráveis na zona, como por exemplo no aumento do tráfego, alteração do carácter da área, quer pelas suas formas arquitectónicas, quer pelos usos, e a renovação da estrutura urbana da área, não só reorganizando o espaço urbano privado, como também definindo-lhe um desenho mais compacto. No entanto, o maior impacto deu-se na alteração da imagem de Lisboa quer pela sua localização quer pela sua altura, sendo visível de vários pontos da cidade. A sua implantação fomentou a construção nesta área, contribuindo assim para a sua regeneração: o Diana Park, no novo edifício da Mundifer e o Hotel D. Pedro. Atualmente, a zona das Amoreiras mantém-se uma área da cidade de grande valor imobiliário. Apesar de uma heterogeneidade, quer a nível de usos, quer a nível de população, prevalecem pessoas com algum poder económico. Enquanto que algumas das vilas operárias são ocupadas por pessoas de baixo rendimento, algumas estão a ser transformadas em equipamentos de apoio ao serviço terciário (restauração, comércio). Apesar do abrandamento do desenvolvimento do centro de escritórios causado pelo desenvolvimento da zona da Expo, mantém-se um centro importante na zona que influencia toda a sua envolvente. Ainda é possível encontrar comércio tradicional.

Complexo das Amoreiras
Tomás Taveira, 1980-87
Fotografia de Rita Patinha

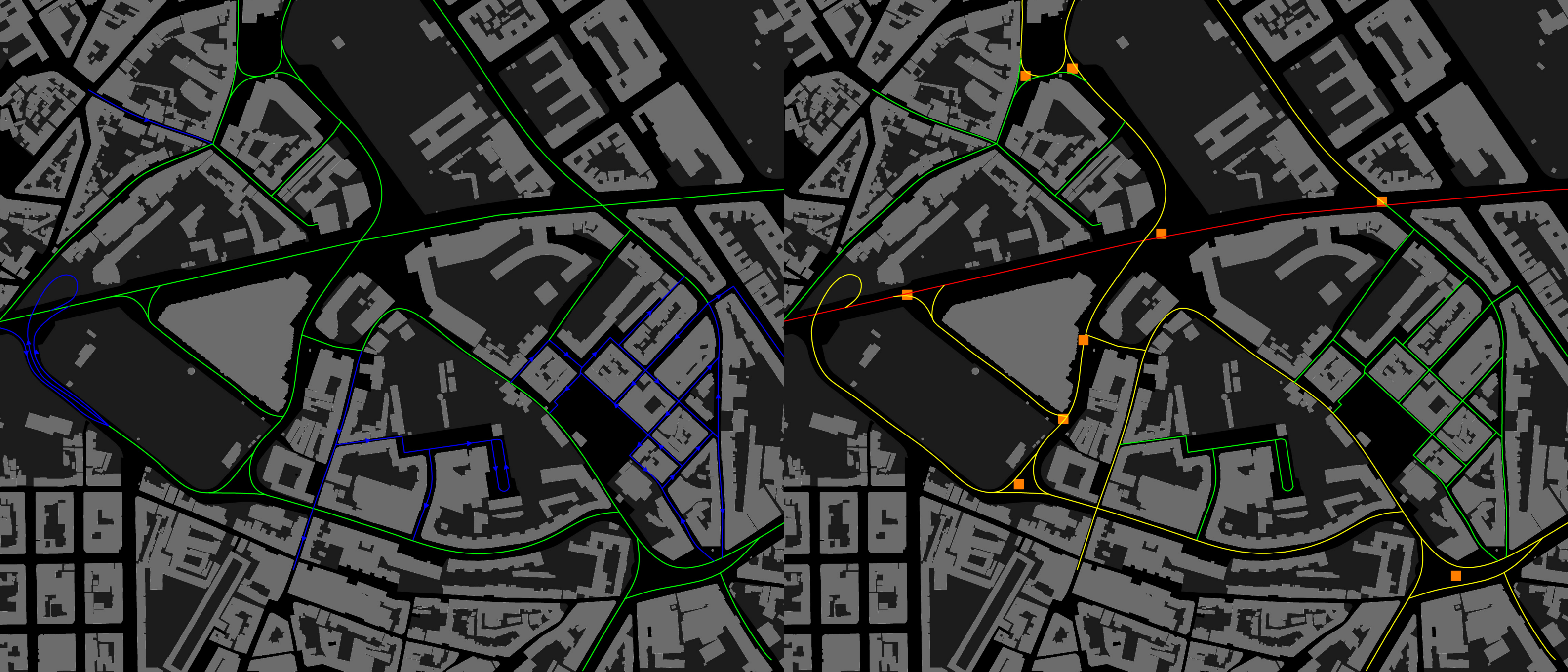


mobilidade

Do ponto de vista do peão, a circulação nesta zona é considerada normal. Sendo que por normal considerava-se a privlegiação dos transportes rodoviários, e dada que esta é intensa e em grandes quantidades, por existirem grandes vias e cruzamentos de grande densidade automóvel, mais vezes e mais demoradas são as interrupções no percurso pedonal. O percurso pedonal contínuo (ininterrupto) é inexistente. Não existem ciclovias. O meio de transporte predominante é o carro. A circulação na cidade, ao longo dos anos, tem vindo a aumentar em relação á densidade automóvel. Há 20 anos a circulação na cidade seria mais sustentável e no futuro também deveria ser, privilegiando-se o percurso pedonal, de bicicleta e os transportes públicos eléctricos. Devido à tão vasta rede viária, que vive dentro desta zona, e por as Amoreiras se localizarem praticamente no centro geométrico de Lisboa, a deslocação a partir de qualquer ponto até aqui é feita de forma extremamente acessível: chega-se rapidamente, vindo de várias direcções, através de vários meios transporte e possível a todos os visitantes. O transporte colectivo predominante é o autocarro, cujo maior número de carreiras ligam as Avenidas Novas à periferia da cidade, passando pelas Amoreiras. Existe a necessidade de integrar as Amoreiras na rede de Metropolitano de Lisboa, para aumentar a diversidade do transporte colectivo. Por haver uma dispersa e ampla rede viária, os seus cruzamentos tornam-se frequentes. Estes são de grande dimensão e intensidade, devido à densidade de transportes e às necessárias mudanças de direcções. Assim, o acesso pedonal torna-se limitado de certa forma, e sendo o peão quem vive e constrói a cidade, limita-se a si próprio, pois quem conduz os automóveis, que não ele próprio?

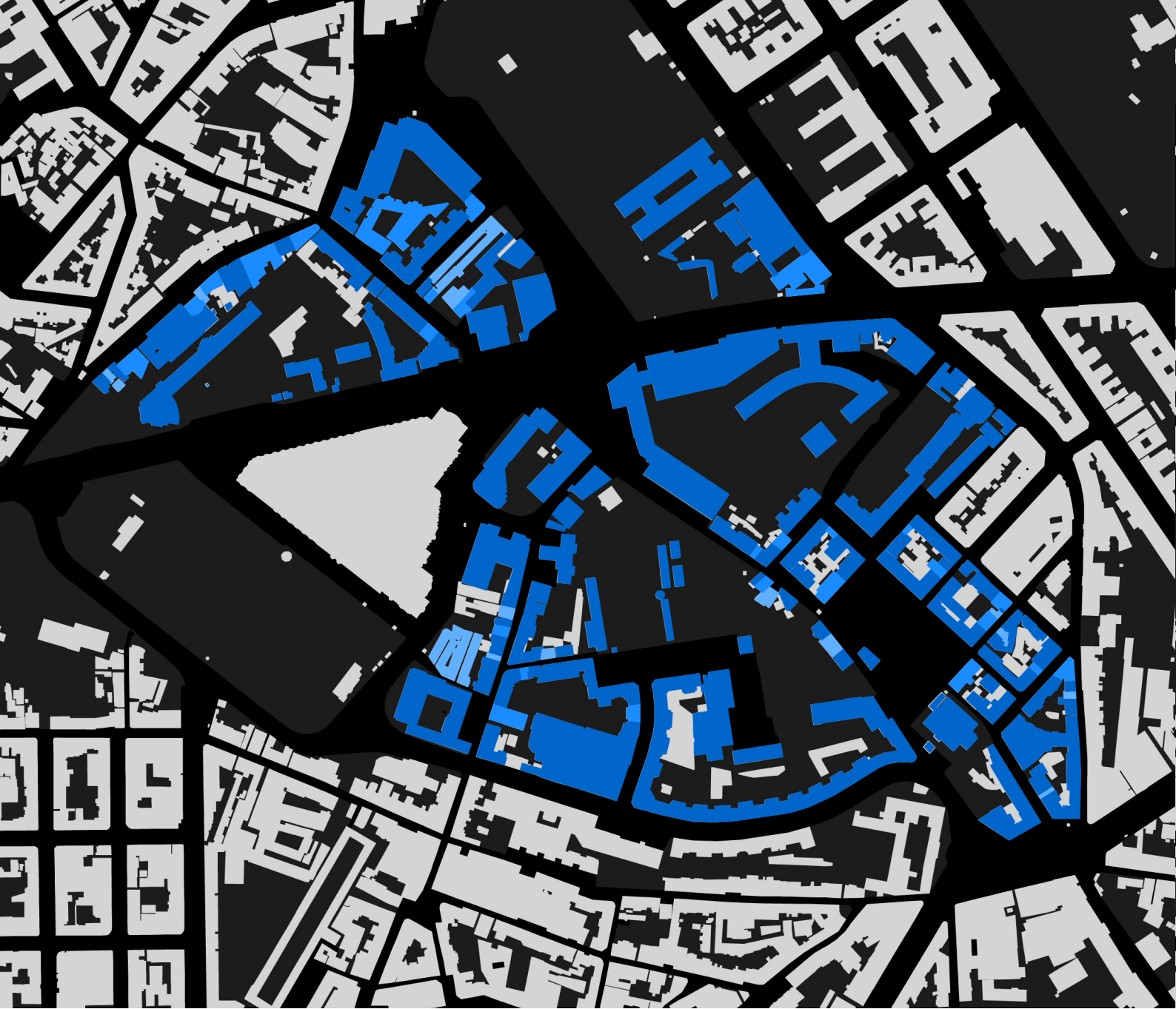


Meio de transporte carros — autocarros — bicicletas ● comboio (estação) ● metro ● pedonal ● táxis



Meio de transporte — 2 sentidos — 1 sentido — sentido

Fluxo/tráfego — alta densidade automóvel — média densidade automóvel — baixa densidade automóvel



bom

intermédio

mau

Estado de conservação do edificado



ocupado

em construção

devoluto

Ocupação do edificado



espectante

equipamentos/estacionamento

largos/pátios

espaços verdes

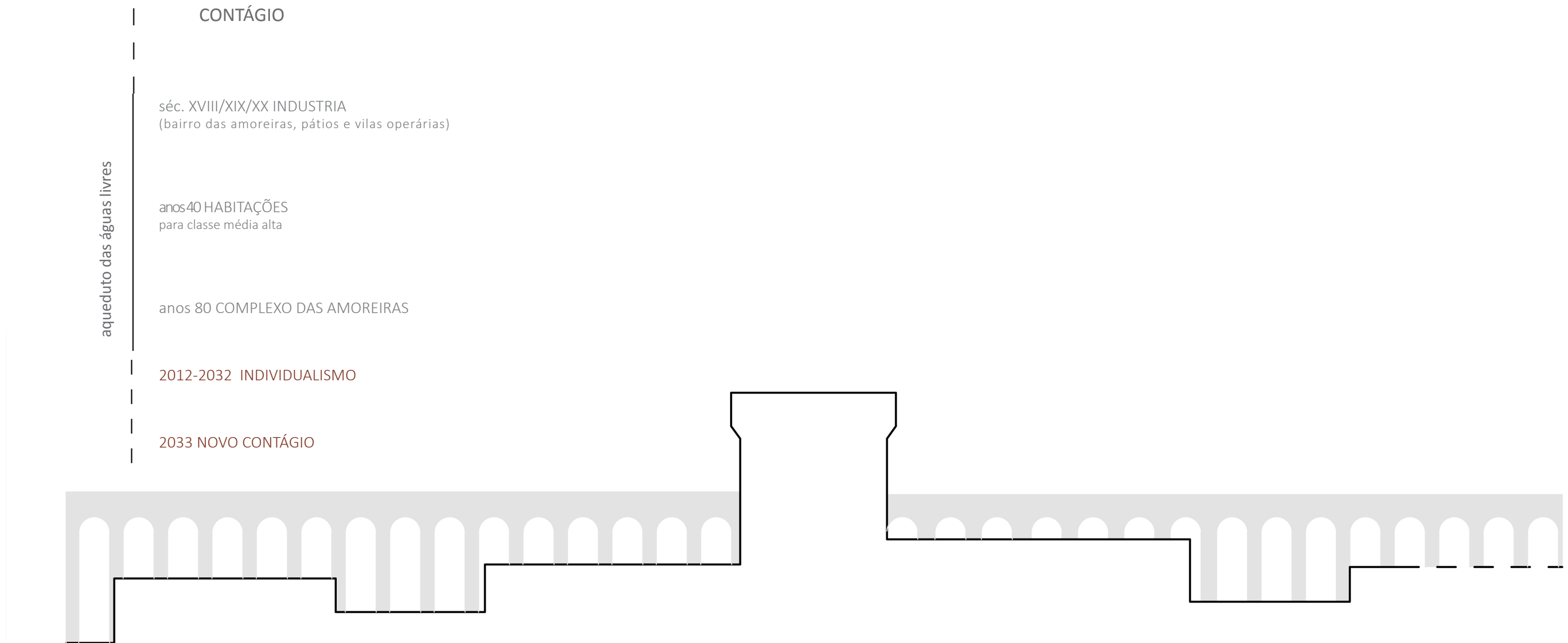
habitação (comércio pontual)

escritórios

serviços

Espaços vazios

Usos do edificado





As Amoreiras, local geograficamente privilegiado na cidade de Lisboa, é caracterizada por uma paisagem urbana heterogênea formada por uma série de ocupações distintas ao longo da história. Interpretamos estes diferentes momentos como vários “vírus” que se sobrepuseram e adaptaram, criando um traçado urbano e arquitetura contrastantes. O Aqueduto das Águas Livres, infra-estrutura impulsionadora da ocupação da zona, manteve-se inalterado, servindo como elo de ligação entre toda a heterogeneidade: a partir do século XVIII, a indústria fez surgir tanto o bairro das amoreiras, como os pátios e as vilas operárias; nos anos 80, o carácter e escala residencial existentes, viram despontar um novo estímulo, o Complexo das Amoreiras. Consideramos de extrema relevância a manutenção deste carácter heterogêneo, tão evocativo da sua evolução histórica. Contudo, cremos que, em 2033, a globalização e a mobilidade criarão novas formas de vida, de habitar e de utilização do espaço público.

東方商務中心

中國大店

中國大店

我們擁有一切



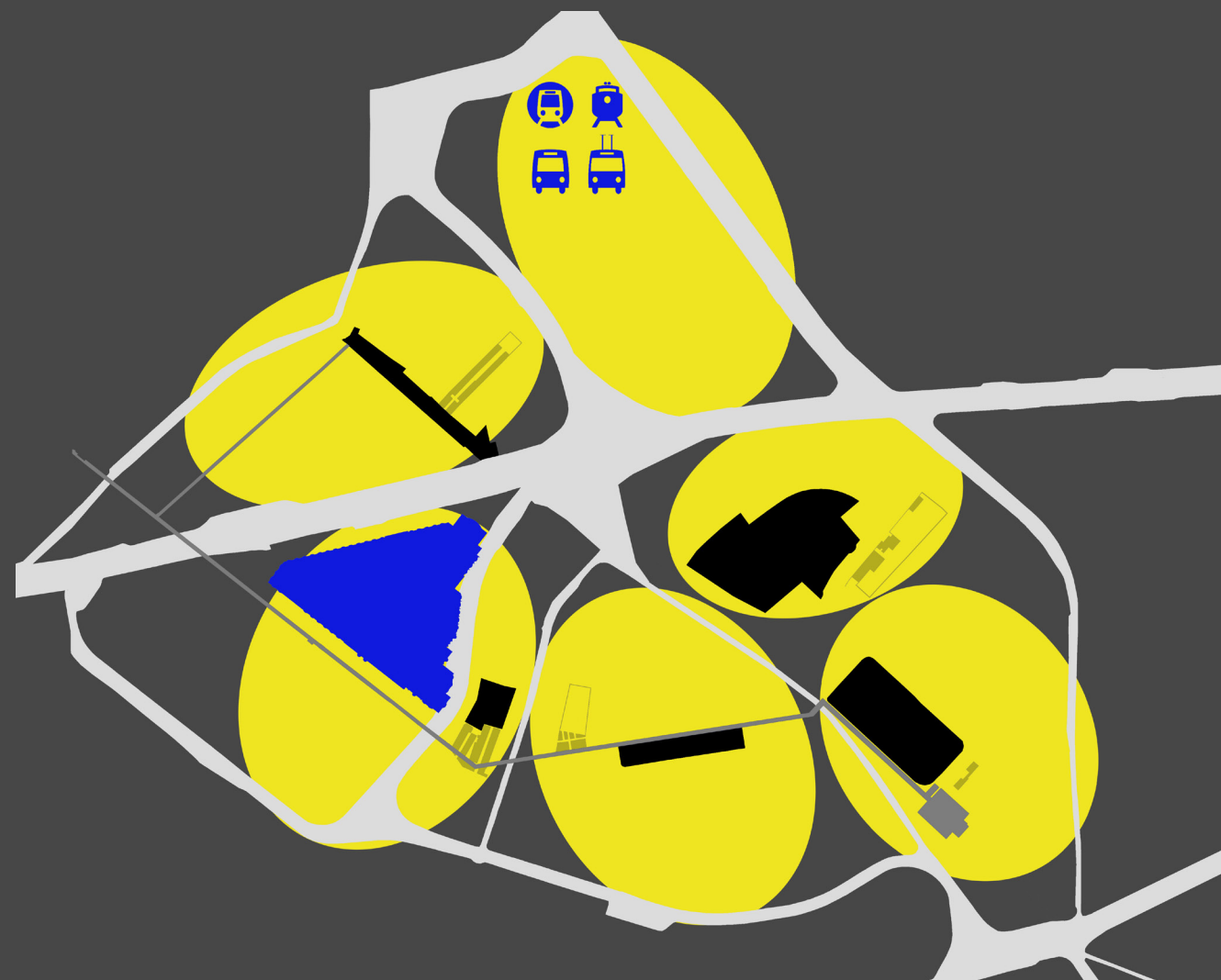
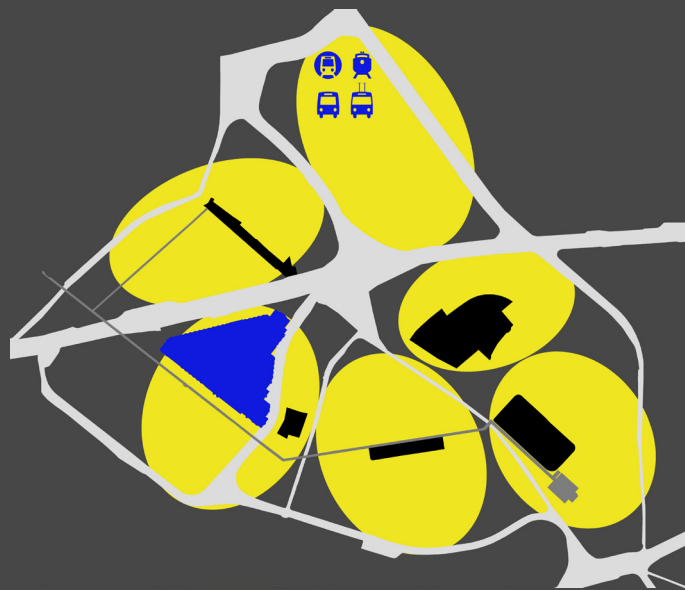
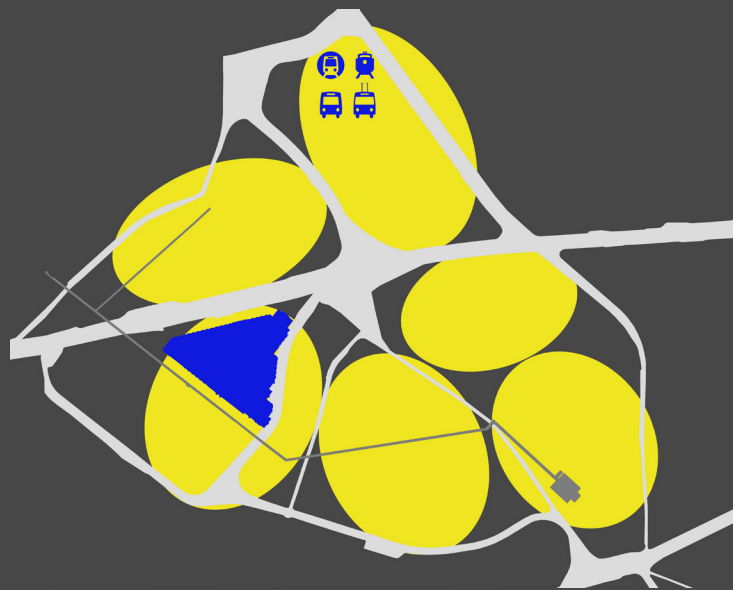
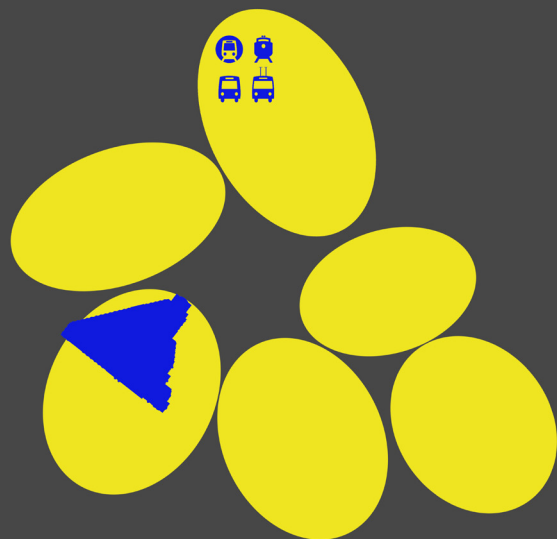
Essa forma de interação com novos territórios, de caráter global e de transição, supõe novos modos de habitar a casa, transformando o sentimento de apropriação do indivíduo. No passado, a casa era um bem que passava de geração em geração e era alterada consoante as necessidades familiares. Atualmente, e com as alterações à lei do arrendamento, essas mesmas necessidades são resolvidas pela troca de residência cada vez mais flexível. Acreditamos que a habitação estaria cada vez mais direcionada para a vida em comunidade, pois serão espaços de transição, onde as zonas privadas servem somente para a satisfação das necessidades básicas dos seus moradores (espaços de áreas mínimas), e as zonas comuns teriam uma maior importância (espaços de convívio, confecção de alimentos, refeição, serviço). Suportado pelas novas tecnologias, a distância entre a casa e o trabalho seria menor. Na cidade surgiriam espaços destinados ao aluguer temporário de gabinetes e salas de trabalho *coworking*, ou até mesmo espaços de trabalho nas próprias habitações.



Em cima: Hotel Cápsula Shinjuku, Japão
Fotografia de Ko Sasaki
Em baixo: *NextSpace Community*



Esta nova forma de habitar pressupõe não só alterações no desenho das casas como também do espaço público. Os espaços de convívio seriam alargados para a vivência no exterior, pois acreditamos que a globalidade e a mobilidade incentivam a um estilo de vida cosmopolita. O espaço público torna-se assim um momento de encontro e reunião, cada vez mais importante na vida social, como forma de integração e convivência (cafés, esplanadas, jardins e novos espaços comunitários).



zonas centros aqueduto vias de circulação centralidades projetos individuais

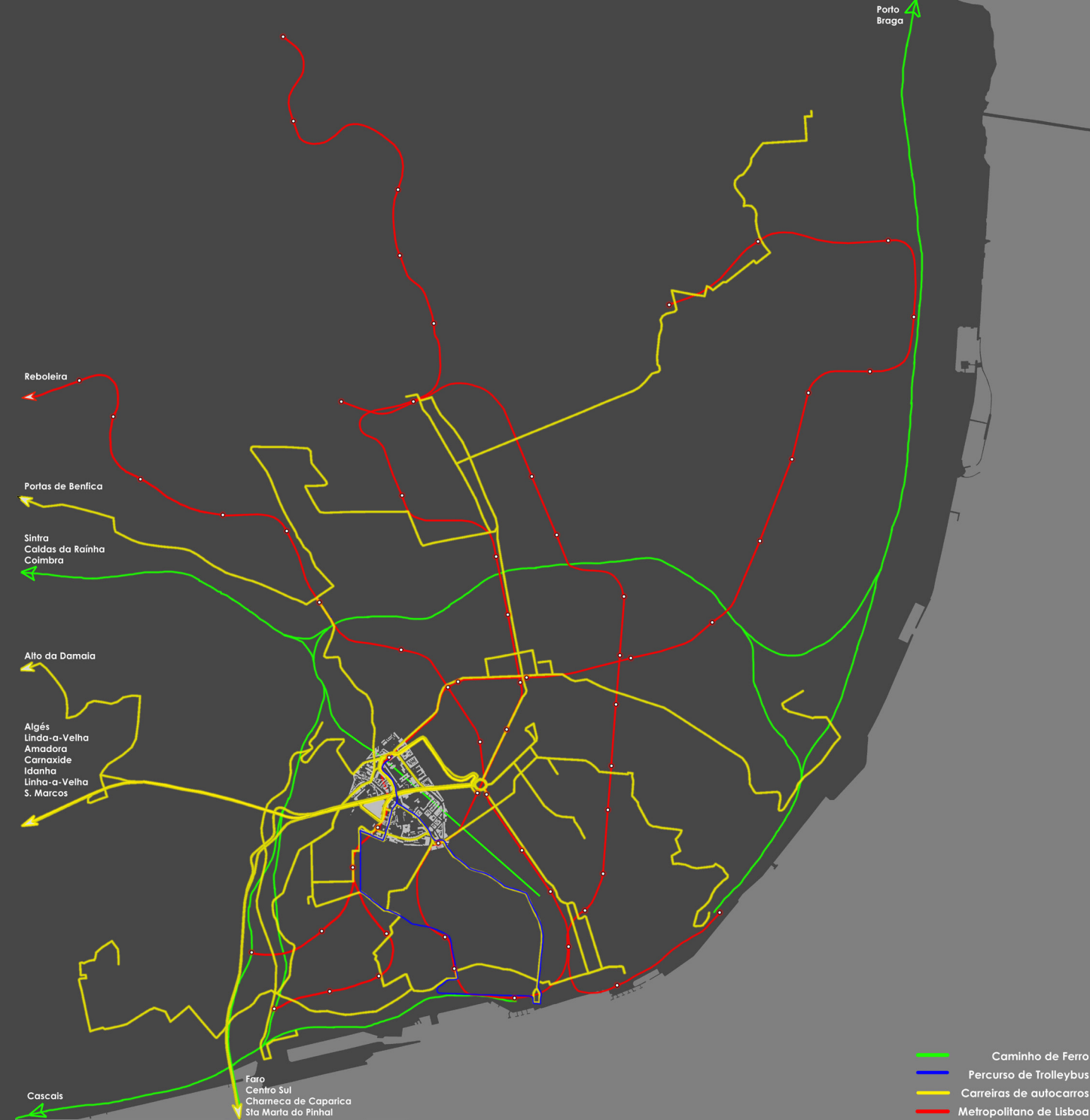
A proposta urbana passa por revelar e intensificar o carácter heterogéneo da colina das Amoreiras. Para tal, intervimos no território dividindo-o em seis zonas segundo determinadas características morfológicas. Para cada zona é definida uma centralidade muito própria, que serve de suporte à sua vivência urbana, capaz de criar zonas de convergência- os espaços de convívio. O desenvolvimento desses espaços públicos é feito em articulação com os projetos das habitações, na medida em que se complementam de acordo com os preceitos do perfil social proposto. São maioritariamente intervenções de nomeação, com operações cirúrgicas de restauro e reabilitação. No conjunto destacam-se dois centros pela articulação que têm com o resto da cidade, nomeadamente o Complexo das Amoreiras e o futuro interface de Campolide, na Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, centro de confluência de pessoas para onde é proposto a convergência da linha de metro, comboio, autocarro e *trolleybus*. No prolongamento da linha a Sul desta estação, é ainda proposta uma outra estação de Metro – a das Amoreiras. Tornamos a circulação pedonal prioritária em detrimento da circulação rodoviária. O automóvel, meio de transporte atualmente indispensável, será progressivamente menos utilizado devido aos custos de manutenção (inspeções, impostos, etc.) e alimentação (combustível, gás, etc.). Para isso, propomos ruas exclusivamente pedonais e ruas cuja circulação pedonal é prioritária, sem no entanto prejudicar os moradores. Tais transformações poderão ser implementadas pelo simples calcetamento das ruas. Propomos um sistema de reestruturação ao nível da mobilidade que poderá questionar a utilização do automóvel no quotidiano. A revitalização de parte da antiga rede de elétricos que atravessa a zona, em função dos *trolleybus*, unindo as diferentes centralidades, é importante para a redução dos carros nos núcleos residenciais. Consideramos a implementação de uma rede de aluguer de bicicletas, vulgar em grande parte das cidades europeias. Esta estratégia constitui um ensaio que poderá ser alargado ao resto da cidade de Lisboa.



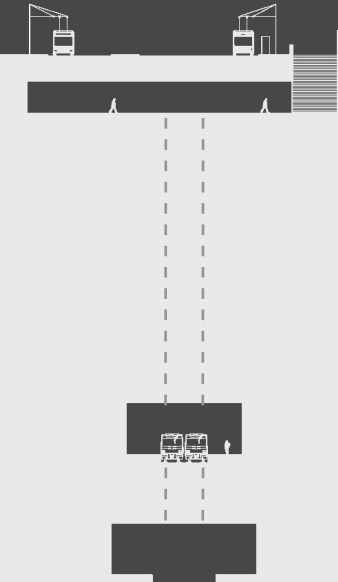


Perfis tipo dos eixos viários

Sendo um dos nossos maiores desejos tornar a circulação pedonal uma prioridade, é importante a redução da circulação automóvel. Para tal, toda a zona tem que ser fortemente servida a nível de transportes públicos. A zona das Amoreiras, tratando-se já de um ponto central na cidade, é já bem servida a nível de autocarros, sendo somente necessário o reforço do transporte local, trolleybus, e a ligação à rede de metropolitano, através das duas novas estações de Campolide e das Amoreiras. Ambas encontram-se integradas na linha vermelha, com acesso directo ao Aeroporto.



A proposta interface de Campolide, onde no subterrâneo se situam a estação de Metropolitano, a estação de caminho de ferro- à cota do actual Túnel ferroviário do Rossio- e à superfície é dada primazia ao peão e ao transporte público: os passeios são alargados em detrimento da circulação automóvel, e são implantadas paragens da linha proposta de trolleybus.



Metropolitano

Comboio

Secção transversal



Em cima: Actual

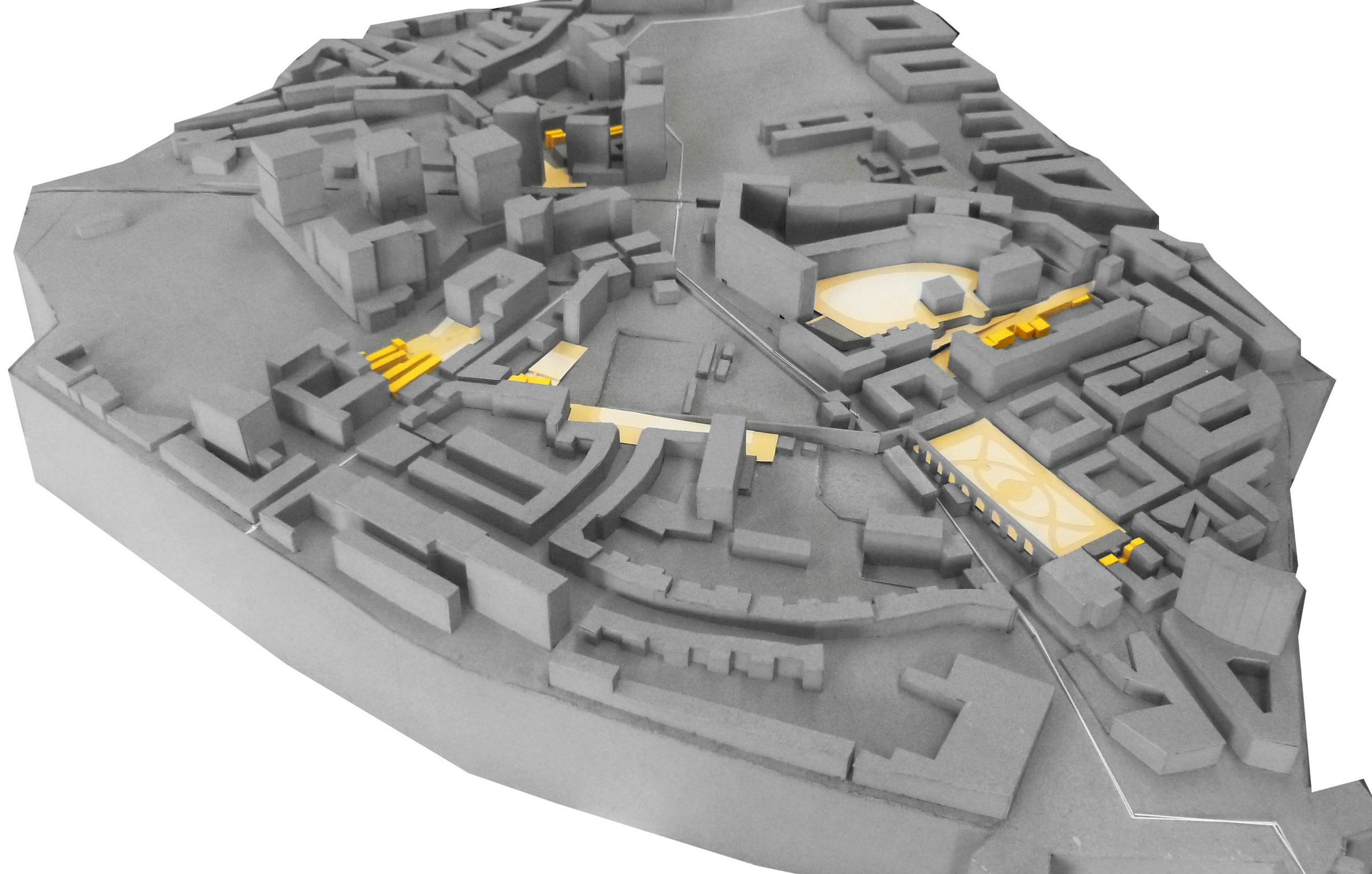
Em baixo: Proposta

10m

Propomos um novo meio de transporte público para o local, o Trolleybus. Tratando-se aparentemente de um comum autocarro urbano, utiliza electricidade como fonte de alimentação. É uma opção mais eco-friendly e reutiliza as catenárias dos eléctricos, actualmente desaproveitadas.



Montagem sobre fotografia de Rúben Viegas

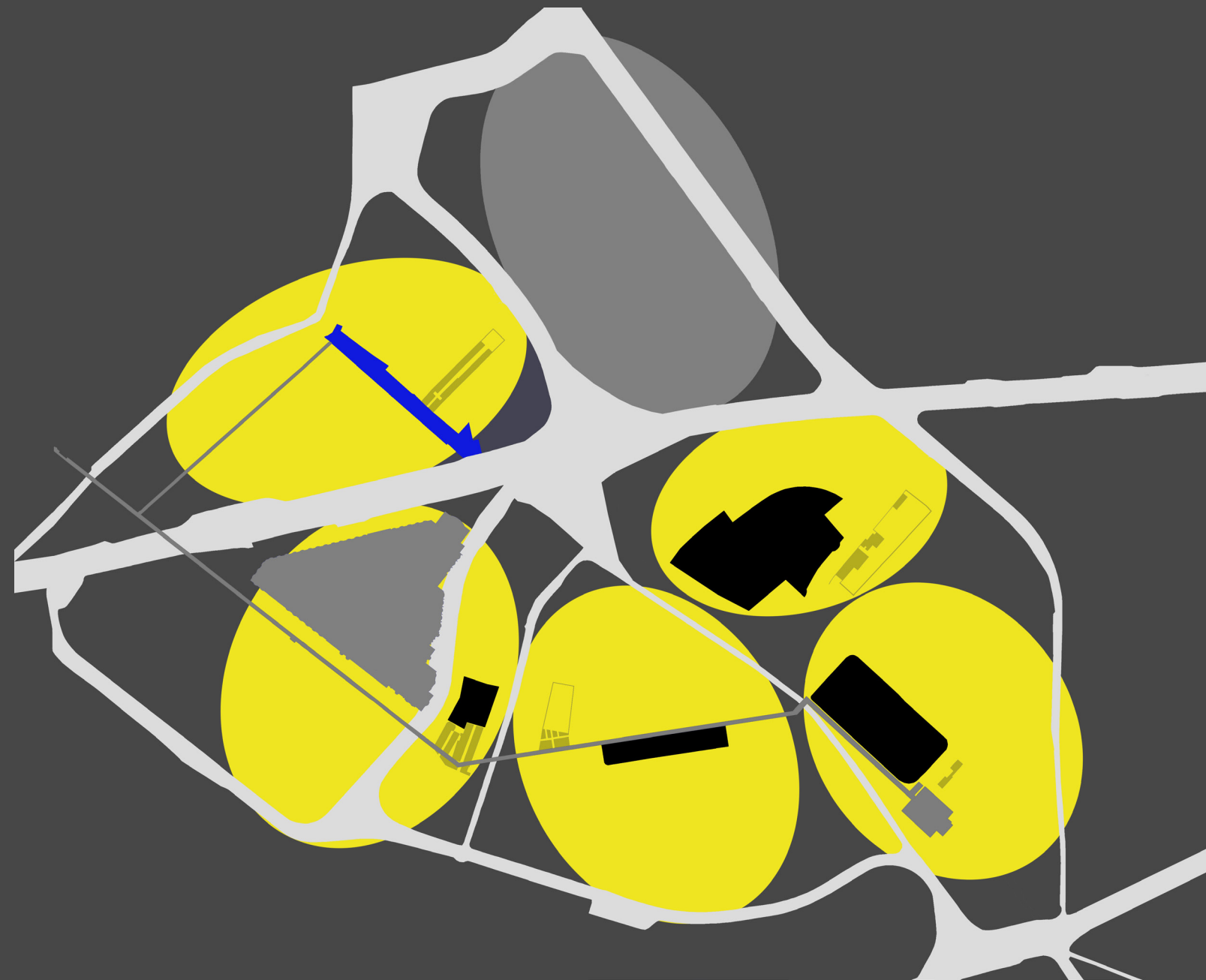


maqueta escala 1/1000

individual



A Rua Professor Sousa da Câmara foi definida como sendo o centro da zona que abrange os quarteirões compreendidos entre as avenidas Engenheiro Duarte Pacheco e Conselheiro Fernando de Sousa, e as ruas de Campolide e Arco do Carvalhão. Como é possível verificar através das cartas geográficas de Filipe Folque (1856) e de Silva Pinto (1910), a rua fazia parte da antiga Rua das Amoreiras, interrompida aquando da construção da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, em 1940. Tratando-se de uma rua sem continuidade e com fraco tráfego automóvel, apesar de massivamente ocupada por estacionamento, dispõe de um carácter distinto das restantes, pelos cafés, restaurantes, serviços, centro de dia, teatro, ginásio, comércio e quiosques, que convidam à reunião, muitas vezes “invadindo” o passeio. No entanto, é claro o desequilíbrio existente entre o espaço pensado para as pessoas e o espaço pensado para os carros, sendo comum os carros/motaciclos estacionarem nos passeios, dificultando a circulação pedonal.

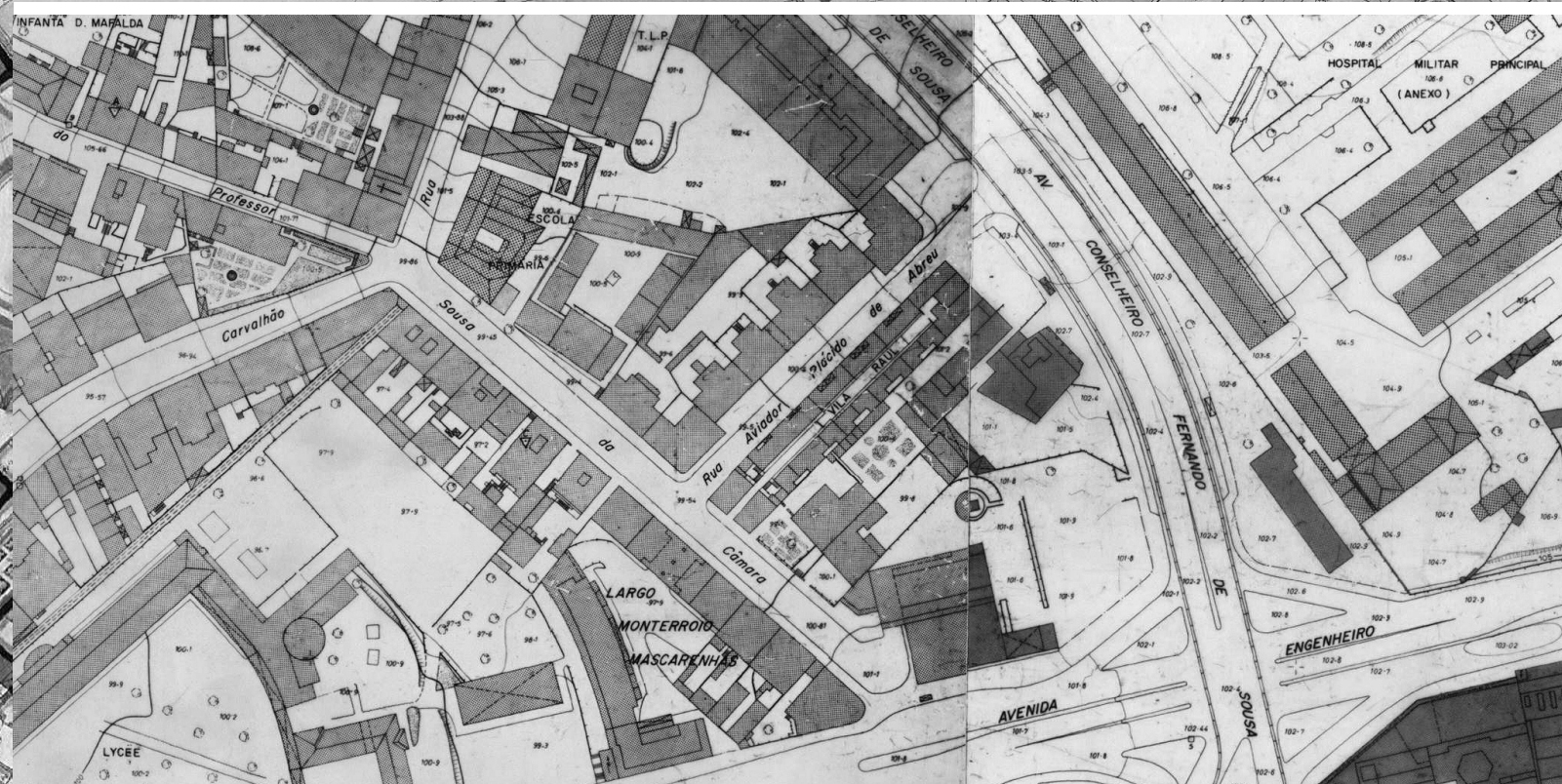




Rua das Amoreiras, 1910



Em cima:
Rua das Amoreiras, 1950
Em baixo:
Rua Professor da Sousa da Câmara, 1970





Rua Professor da Sousa Câmara (Rua das Amoreiras, 1898-1908)
Fonte: AML





Rua Professor da Sousa Câmara (Rua das Amoreiras, 1898-1908)
Fonte: AML





Rua Professor da Sousa Câmara, 1960
Fonte: AML





Rua Professor da Sousa Câmara, 2013
Fotografias de Cláudia Diniz





Na abordagem do exercício, uma das ideias defendidas pelo arquitecto Mário de Oliveira, sobre o qual o trabalho teórico se debruça, pareceu-me importante: “O urbanista de hoje, para ser autêntico, deve partir do princípio profundamente humano de que a cidade não são apenas as casas, ruas, avenidas, praças, etc., antes a comunidade que nela vive e convive com os seus diversos grupos, suas instituições, seu modo de viver, suas tradições e seus costumes” (Oliveira, 1968, p.66). Assim, surgiu a questão: quais são os elementos presentes no sítio que, por si só, já convidam à reunião e encontro das pessoas no espaço público? Cafés e restaurantes. A estratégia passou, então, por dar condições ao espaço público para que esse carácter de reunião/encontro pudesse ser intensificado, com base numa intervenção que trabalha essencialmente sobre o pavimento (redimensionamento dos passeios, remoção do estacionamento automóvel, manutenção da calçada, entre outros).



Rua Professor da Sousa Câmara, 2013
Fotografias de Claudia Diniz



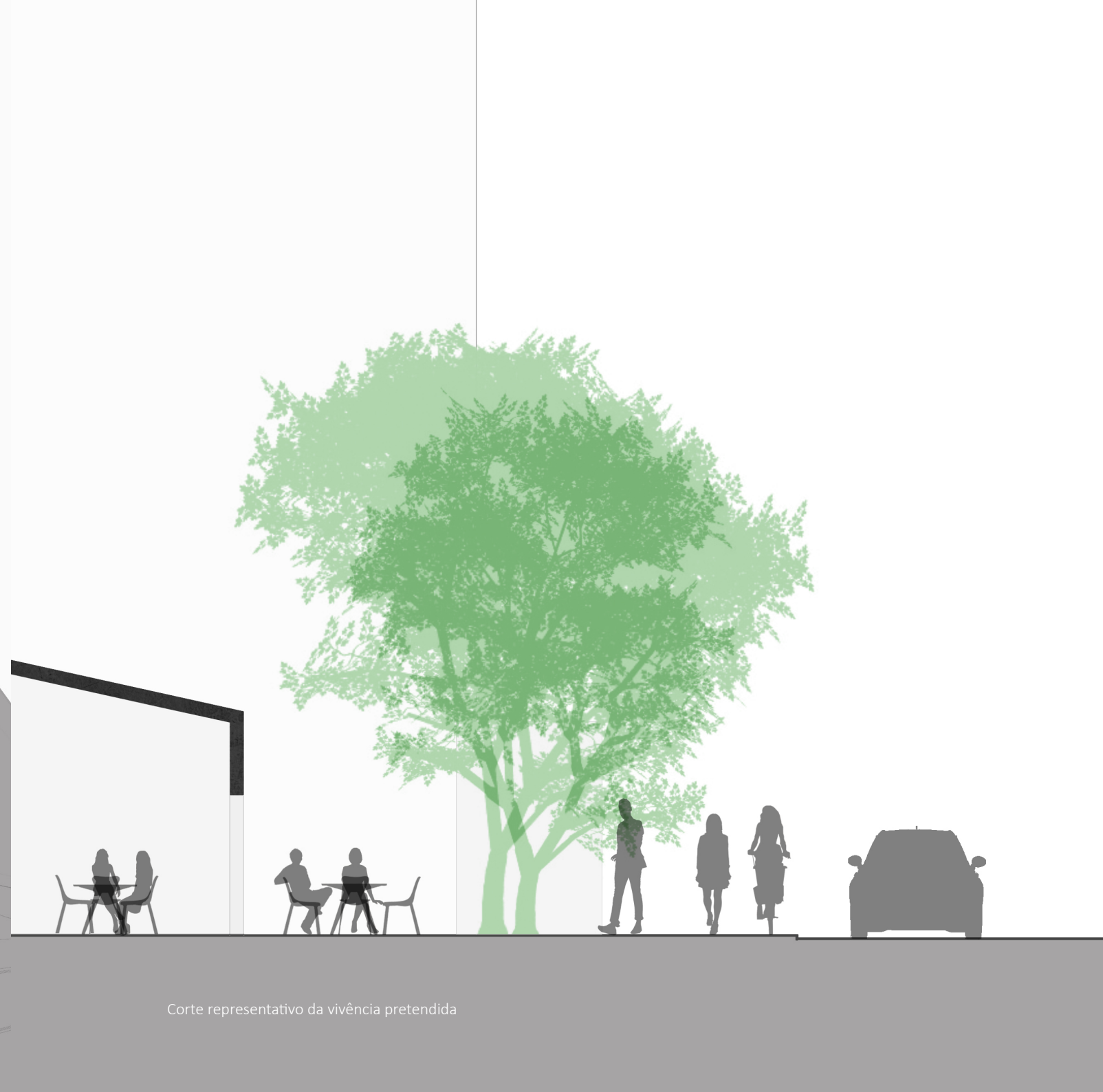
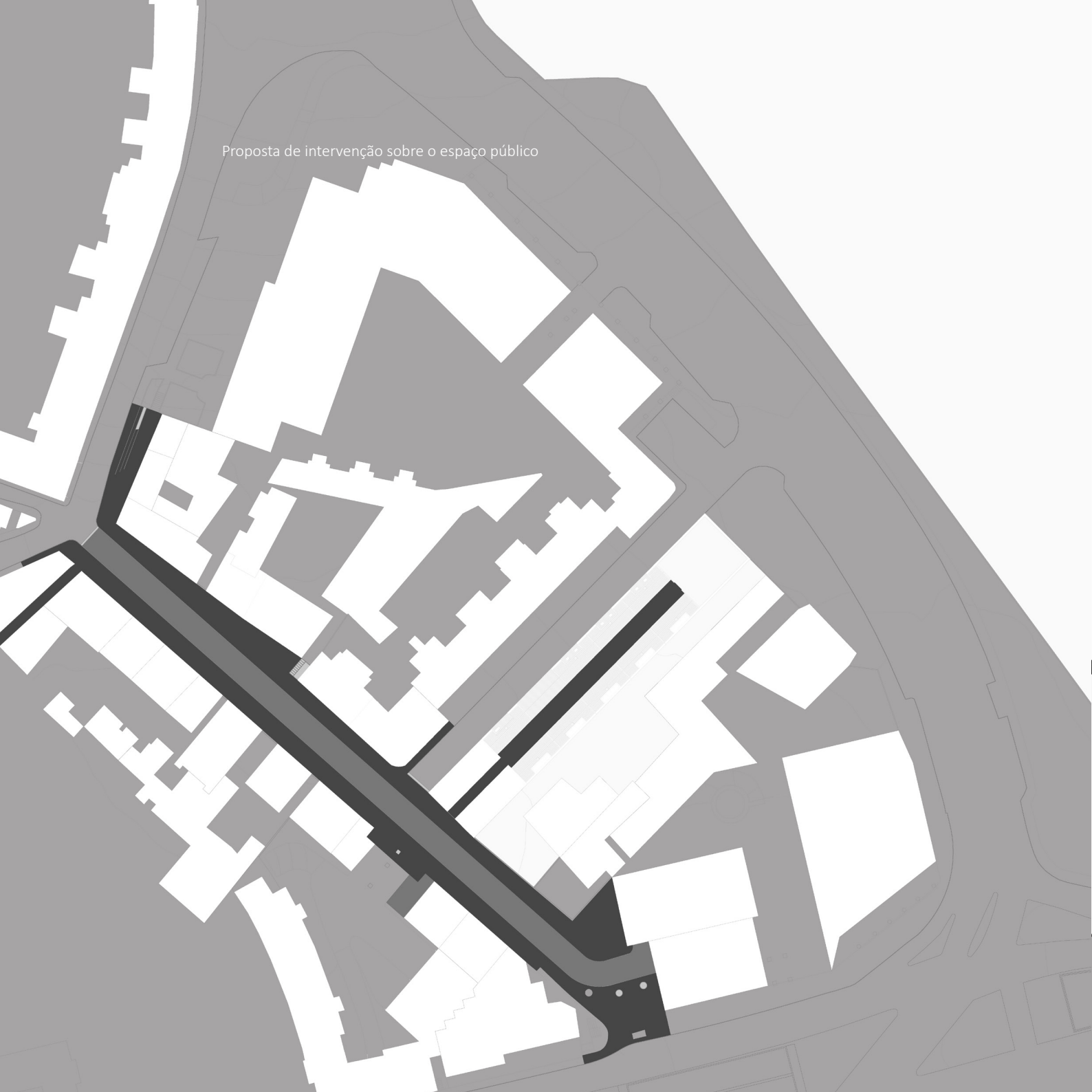


Praça de Santa Catarina, Bruxelas, 2012
Fotografias de Rita Patinha

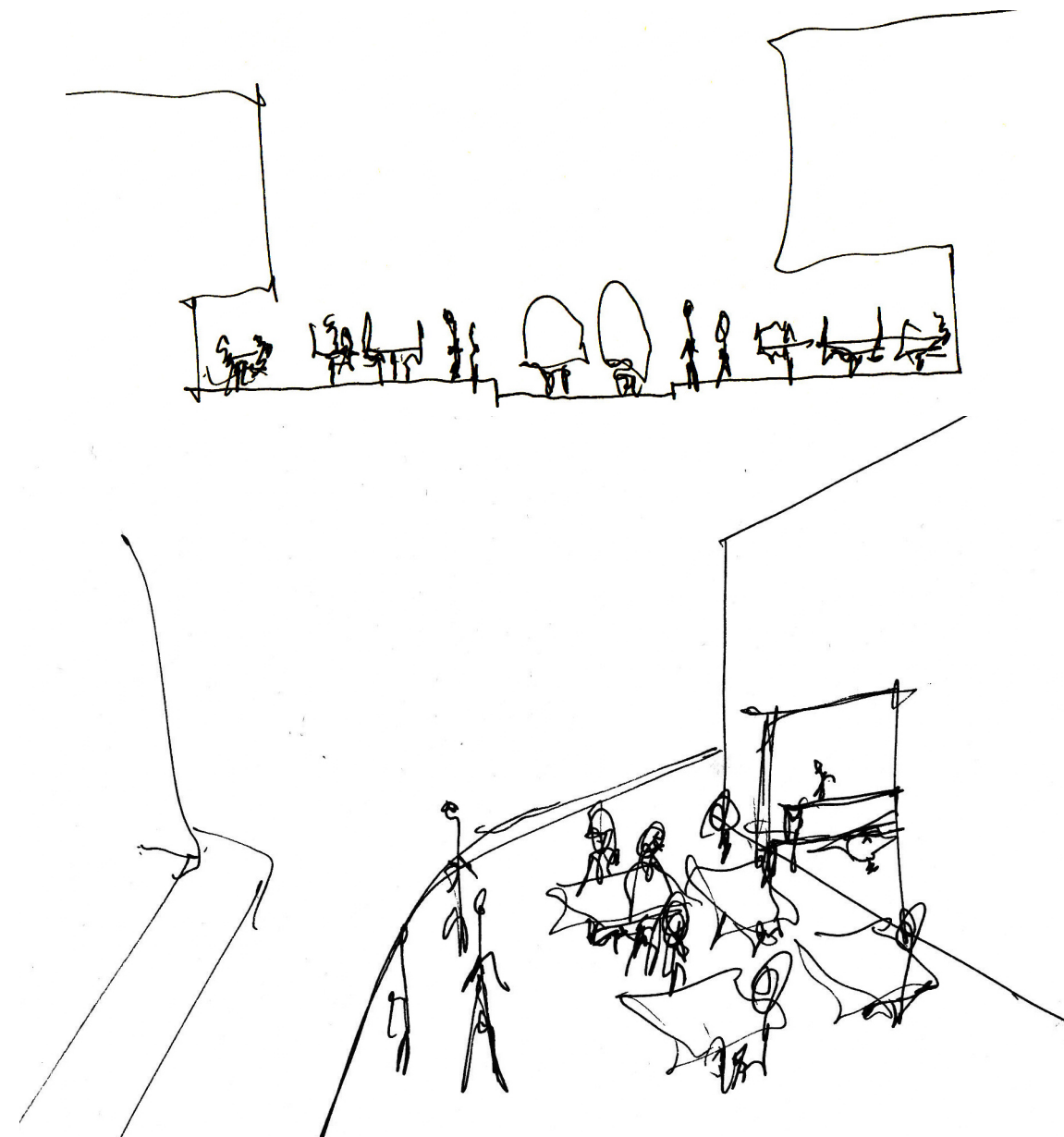
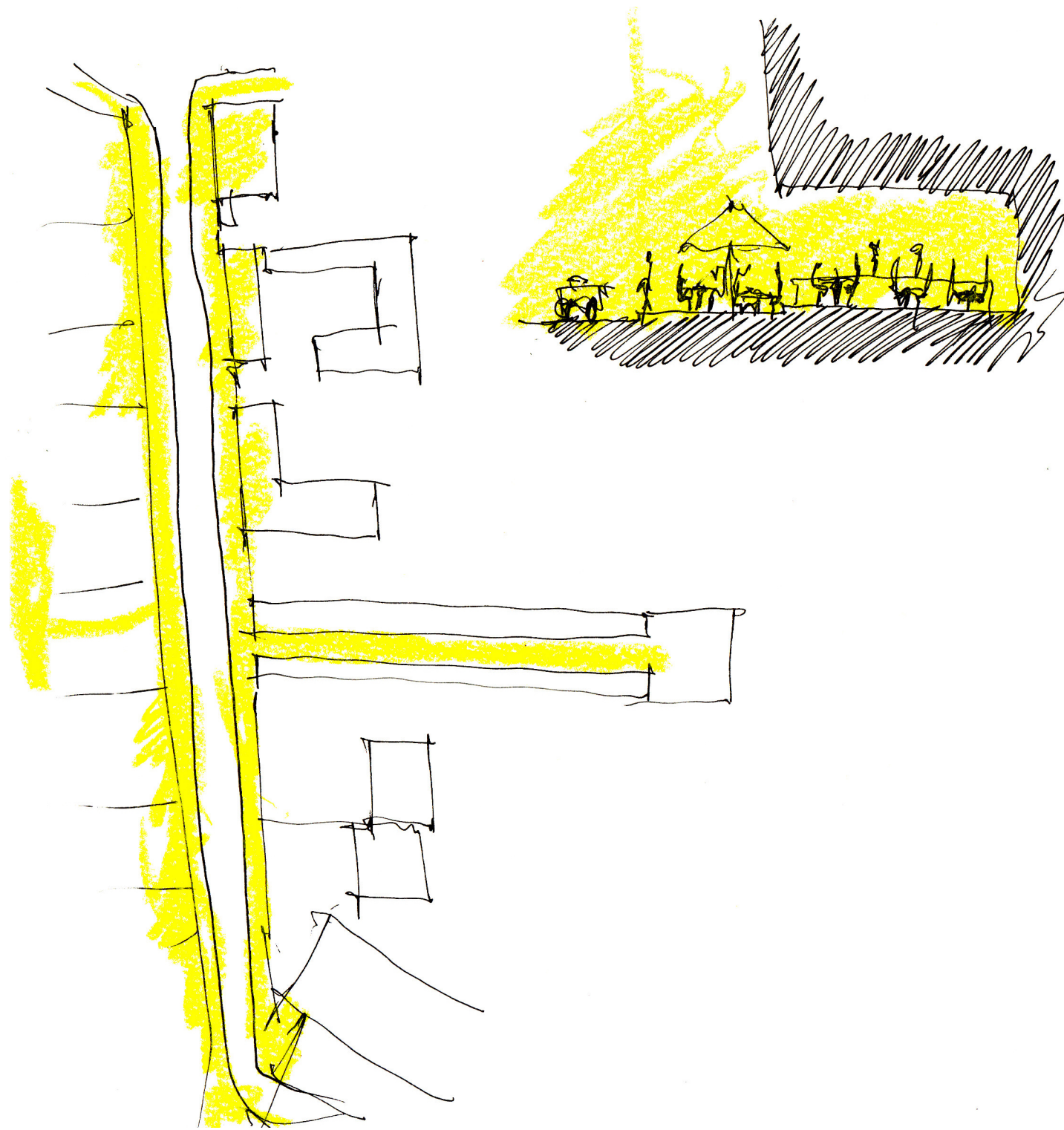


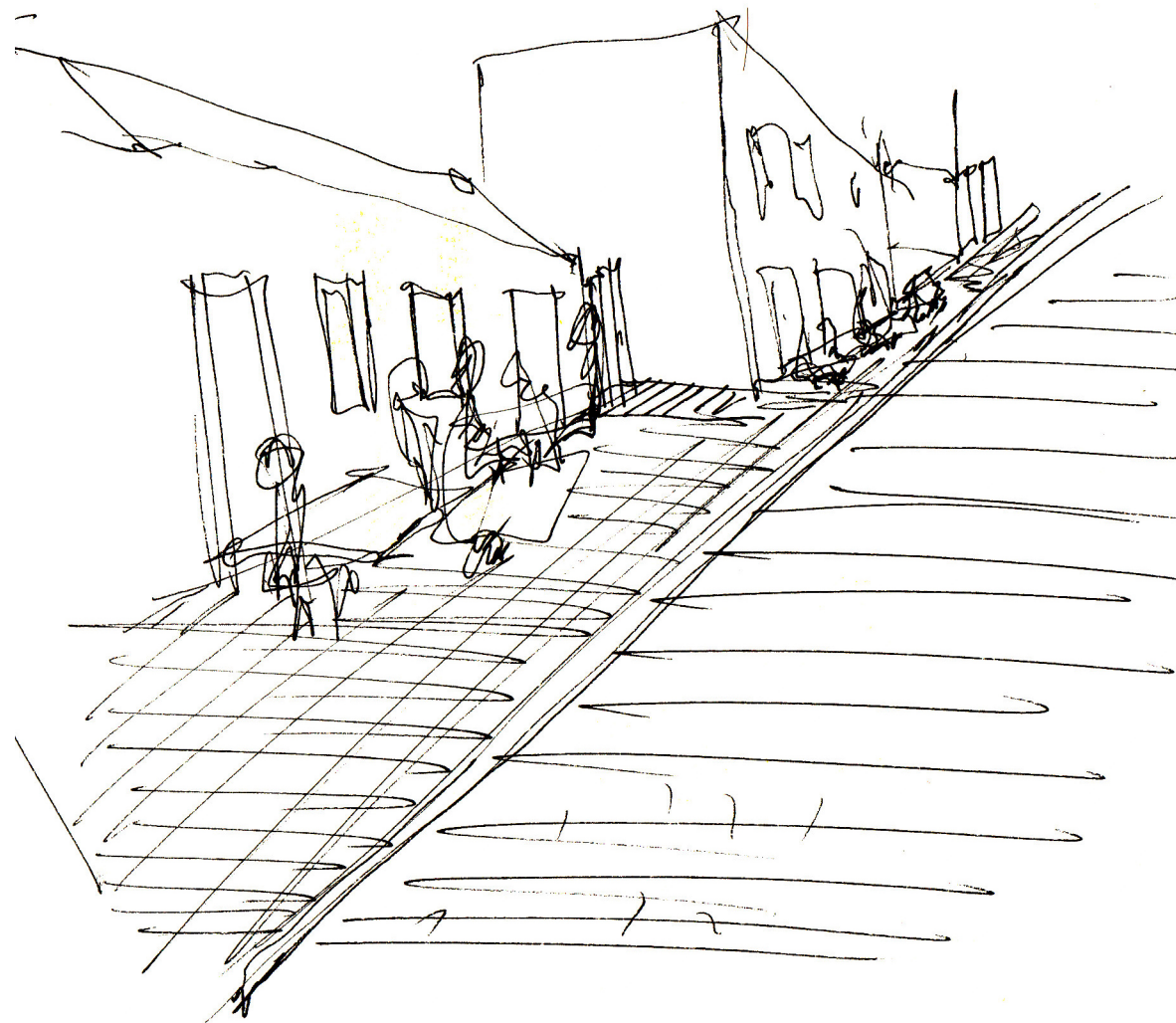
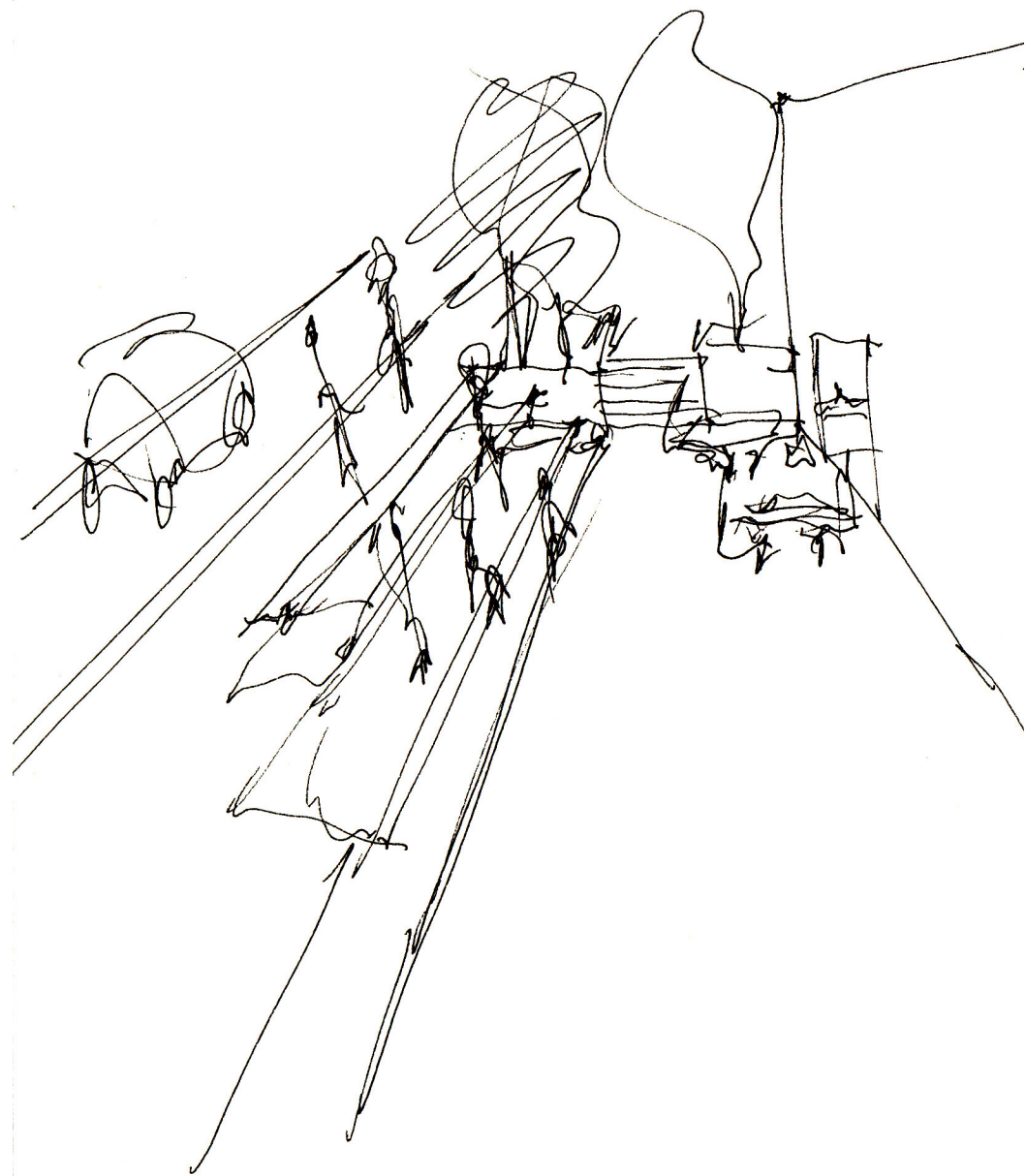
Na Praça de Saint Catherine, na cidade de Bruxelas, na Primavera e no Verão, os restaurantes, cafés e comércio que a ladeiam, invadem a praça de modo que o seu espaço não se limita ao espaço interior, mas também ao passeio, à rua e à praça. Aqui, a rua, devido ao seu tratamento, perdeu a sua importância como via de circulação, sendo que quando circulam automóveis, estes fazem-no de um modo cuidado e lento. Aos fins-de-semana são realizados eventos que atraem ainda mais pessoas e outros tipos de comércio ambulante. Tudo convida à reunião e convívio. Apesar de a zona a intervir não se tratar de uma praça, penso que é possível criar um ambiente semelhante, que intensificará a ideia e desejo do grupo sobre aquilo que será a sociedade daqui a 20 anos.

Proposta de intervenção sobre o espaço público



Corte representativo da vivência pretendida





quatro habitacões

A Vila Raúl, uma das várias vilas operárias construídas nos séculos XIX e XX na zona das Amoreiras, foi construída por Manoel de Carvalho, na então Rua das Amoreiras nº 186 e 188. Esta era encarada comum uma arquitetura do “mundo novo”, por responder às novas necessidades da cidade, consequência da Revolução Industrial. A opção por trabalhar sobre esta vila por acreditar que é compatível com o perfil social definido em grupo. O início da sua construção é anterior a 1895, mas, apesar das várias alterações de que foi alvo, a vila mantém as características que a tornam um elemento único e contrastante na zona em que se insere: a implantação de dois blocos longitudinais paralelos, de piso térreo em alvenaria de tijolo, onde se desenvolvem uma sucessão de habitações de áreas mínimas construídos para os trabalhadores (1905-1908), nas traseiras de dois edifícios de três pisos, possivelmente dos funcionários responsáveis (sofreu várias intervenções de ampliação), e o acesso único pela Rua das Amoreiras. Na década de 1940, foi construído um armazém no anterior pátio. A intervenção proposta passa por reabilitar a estrutura existente, alterando o mínimo possível necessário à implantação do novo programa das habitações. Serão removidos os elementos que não fazem parte do projeto original, nomeadamente as atuais instalações sanitárias e o armazém. No que diz respeito ao programa, no bloco sul serão implantadas as cinco habitações, todas elas iguais, no espírito do projeto original da vila, e no bloco norte os espaços coletivos, dando-se primazia aos espaços de convívio e de *coworking*, pretendendo-se que haja permeabilidade entre os diferentes espaços. Será introduzido um novo volume, que respeitando as cêrceas do existente, marca a entrada dos espaços coletivos e divide as áreas de trabalho/convívios do espaço de refeições. Todos os elementos introduzidos, paredes, coberturas, portas, entre outros, serão de madeira, fazendo uma clara distinção entre original e o novo. O desejo é que as pessoas que venham a habitar nestas casas sejam pessoas sóz-inhas que estão a viver na cidade por um curto período de tempo (6 meses a 5 anos), quer por motivos académicos, quer por motivos profissionais.





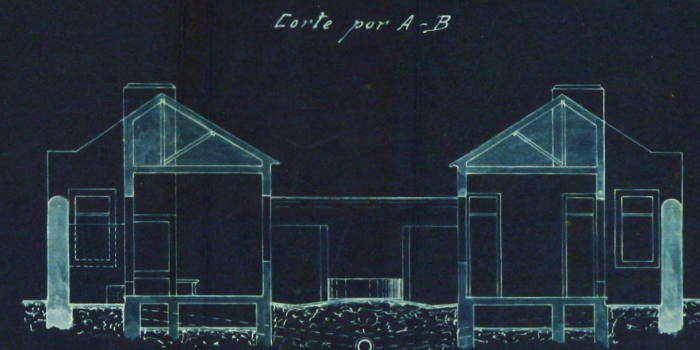
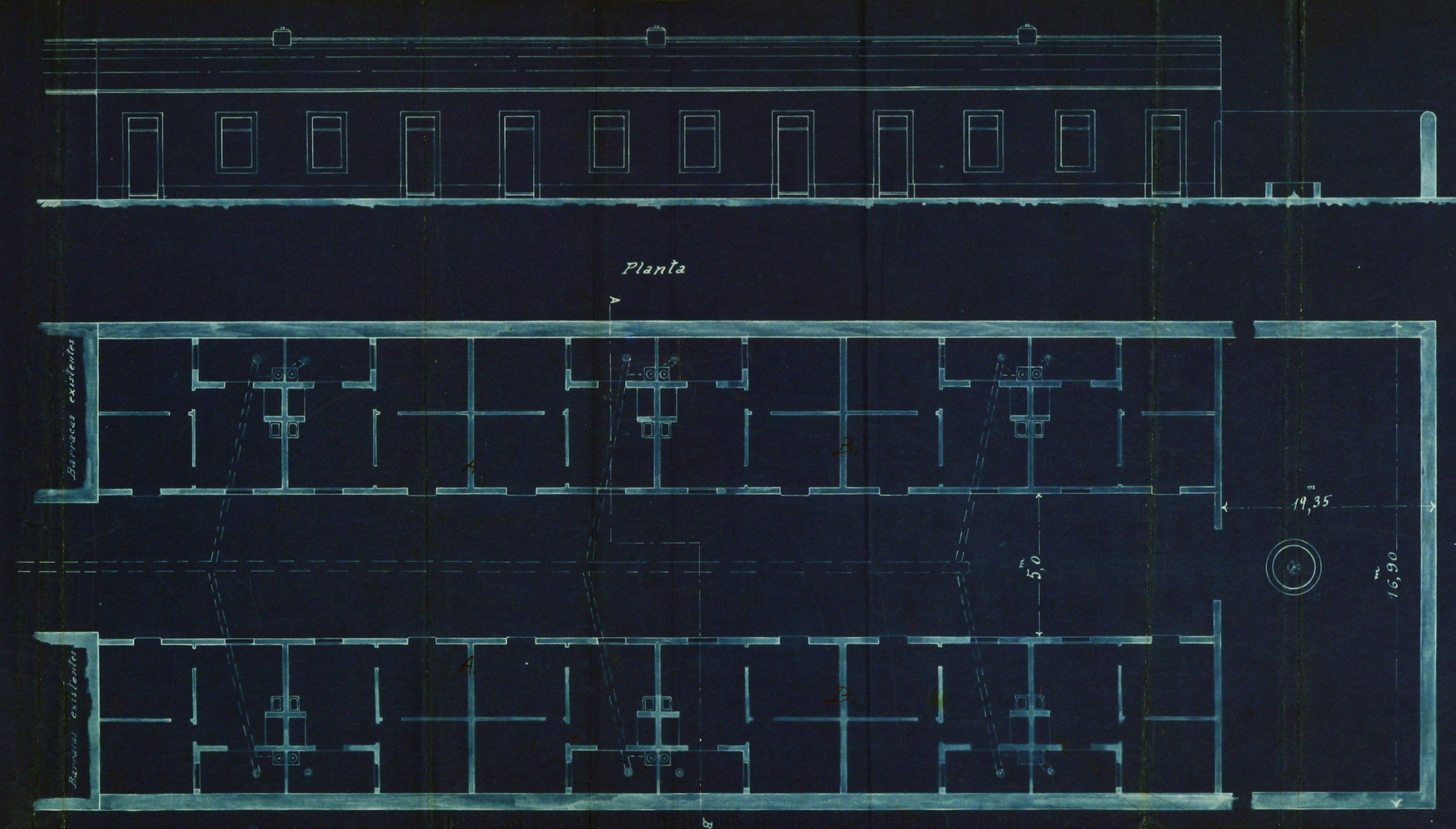
Vila Raúl, entre 1898 e 1908
Fonte: AML



Vila Raúl, 1960
Fonte: AML

oel Carvalho,
reno, na Vila
2º 186 e 188.
vivo.

va
sar, será feita
to de salubri-
serão todos feitos
telha modelo
dade.
eita como de
or.
3,25.



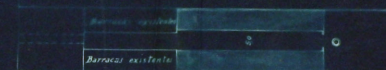
Arco do Carvalho

Cruz das Almas

Planta geral

Escala = 1/1000

Rua das Amoreiras





Vila Raül, 2013
Fotografias de Claudia Diniz



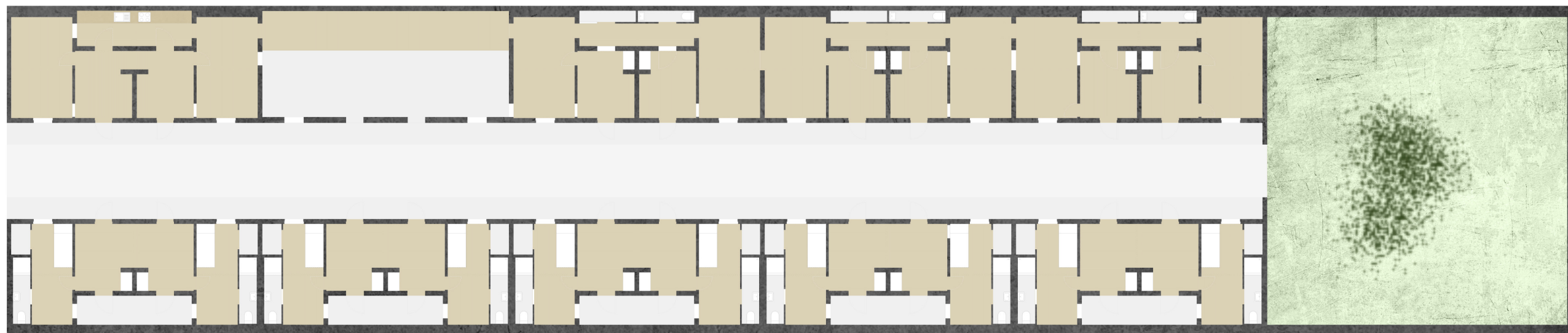
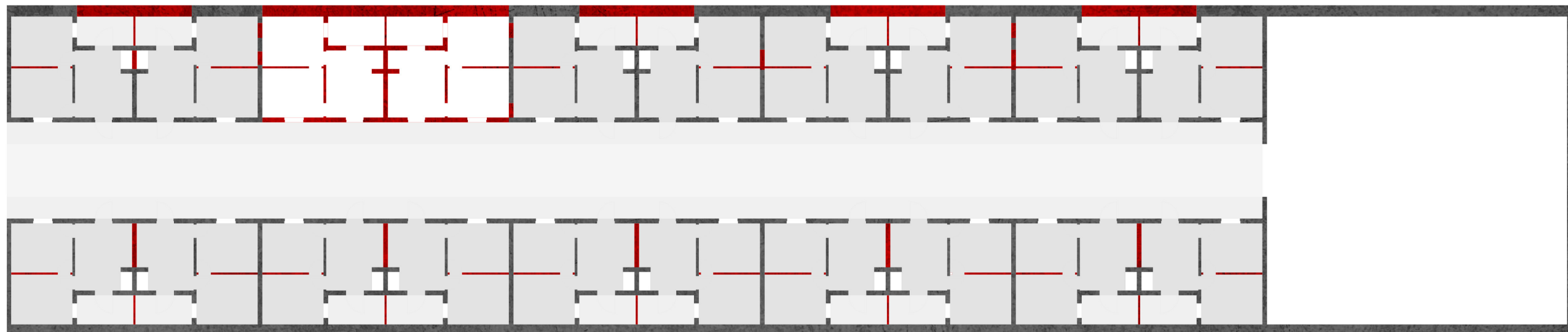


Vila Raul, 2013
Fotografias de Claudia Diniz





Vila Raúl, 2013
Fotografias de Claudia Diniz



Em cima:
Levantamento Vila Raúl

Em baixo:
Projecto: planta



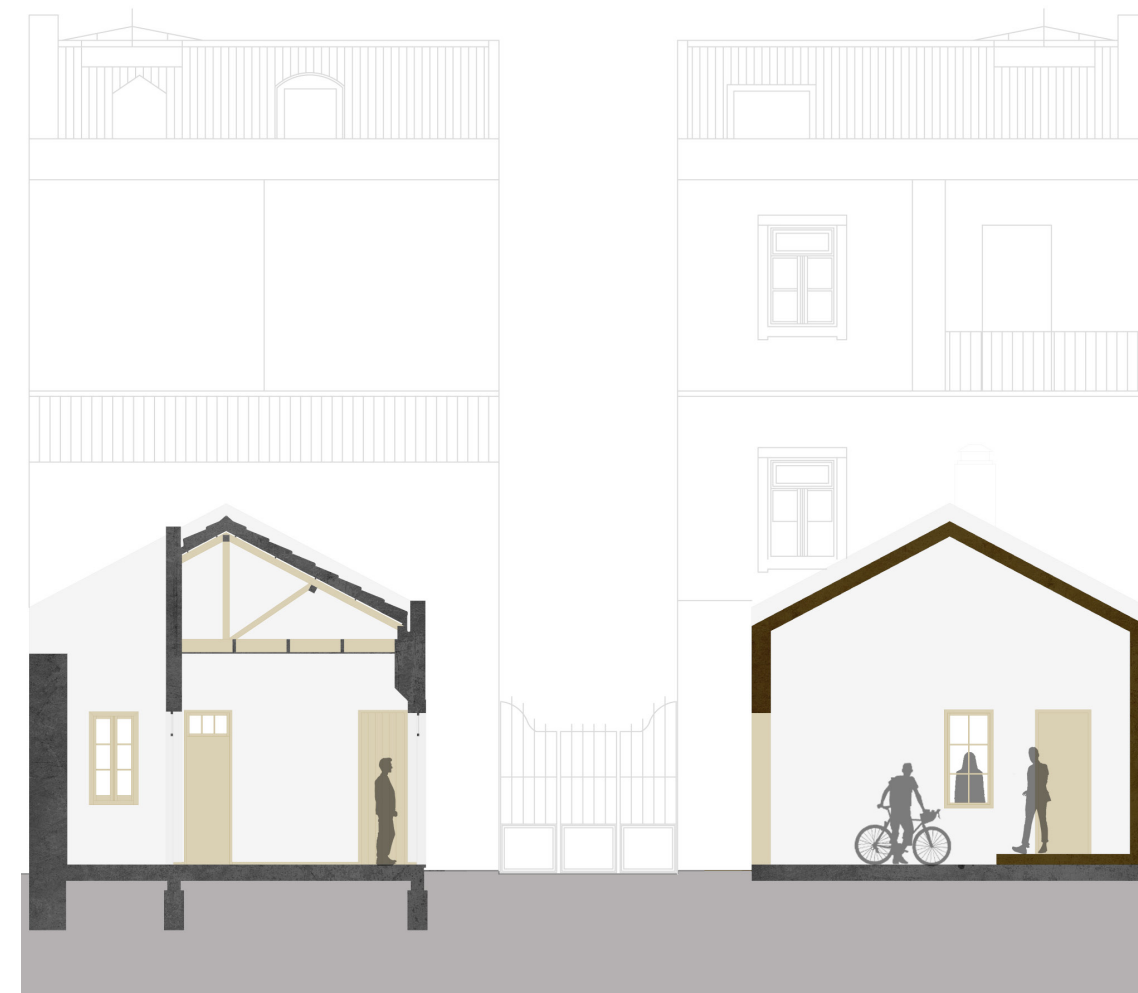
Em cima:
Alçado interior Sul



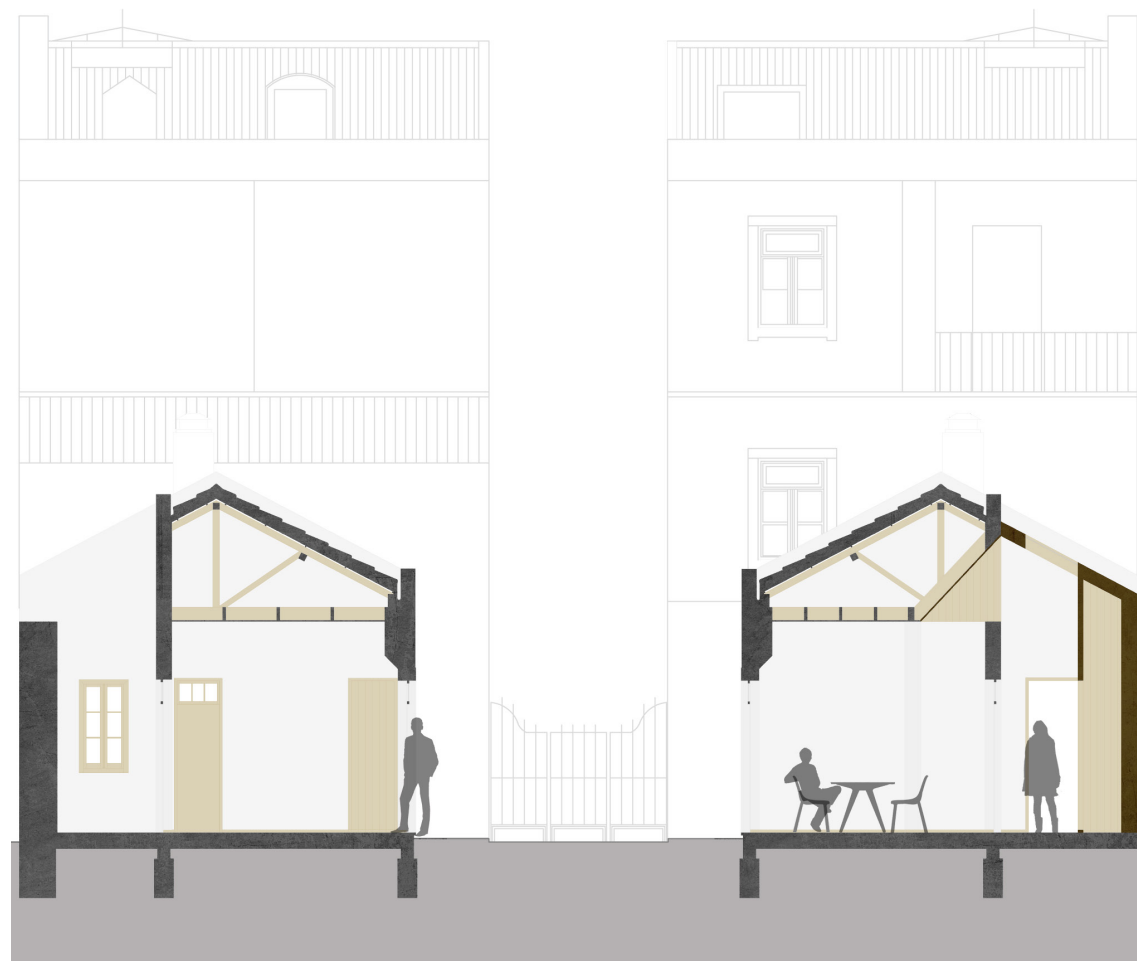
Em baixo:
Alçado interior Norte



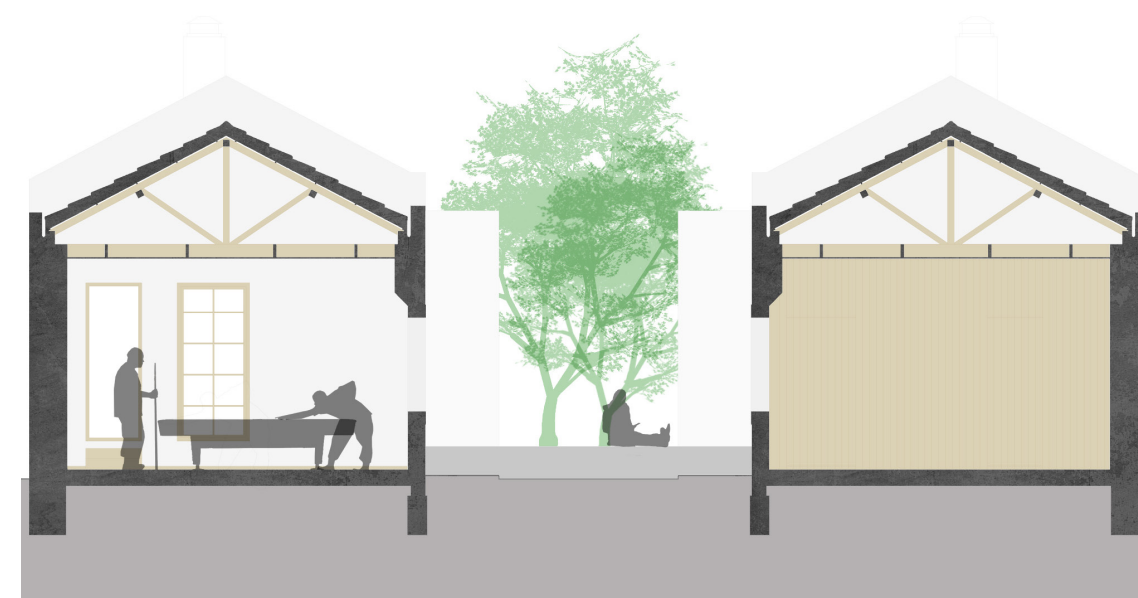
Corte pelo espaço comum da habitação e pelo espaço de refeições/copa.



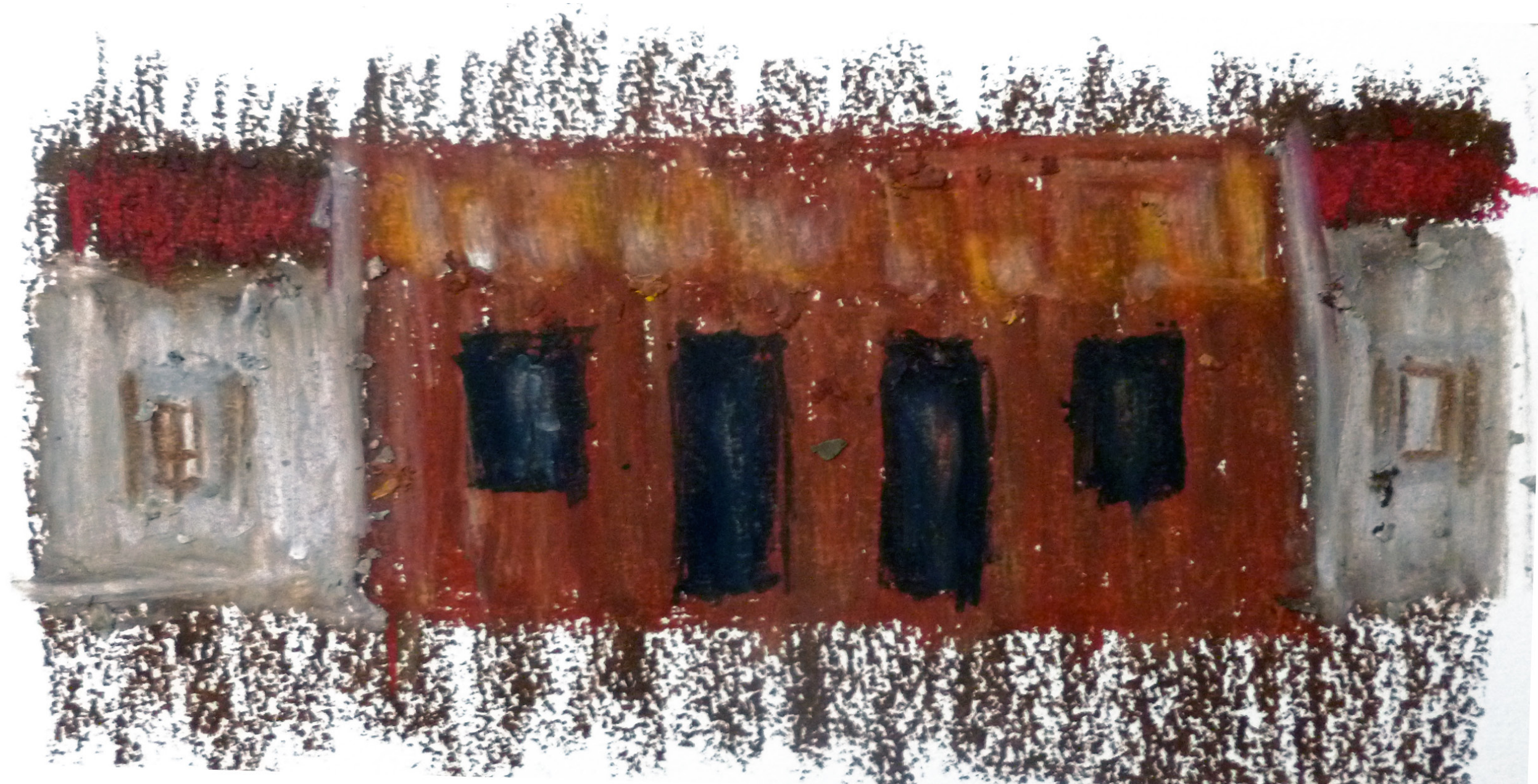
Corte pelo espaço comum da habitação e pela entrada dos espaços comuns

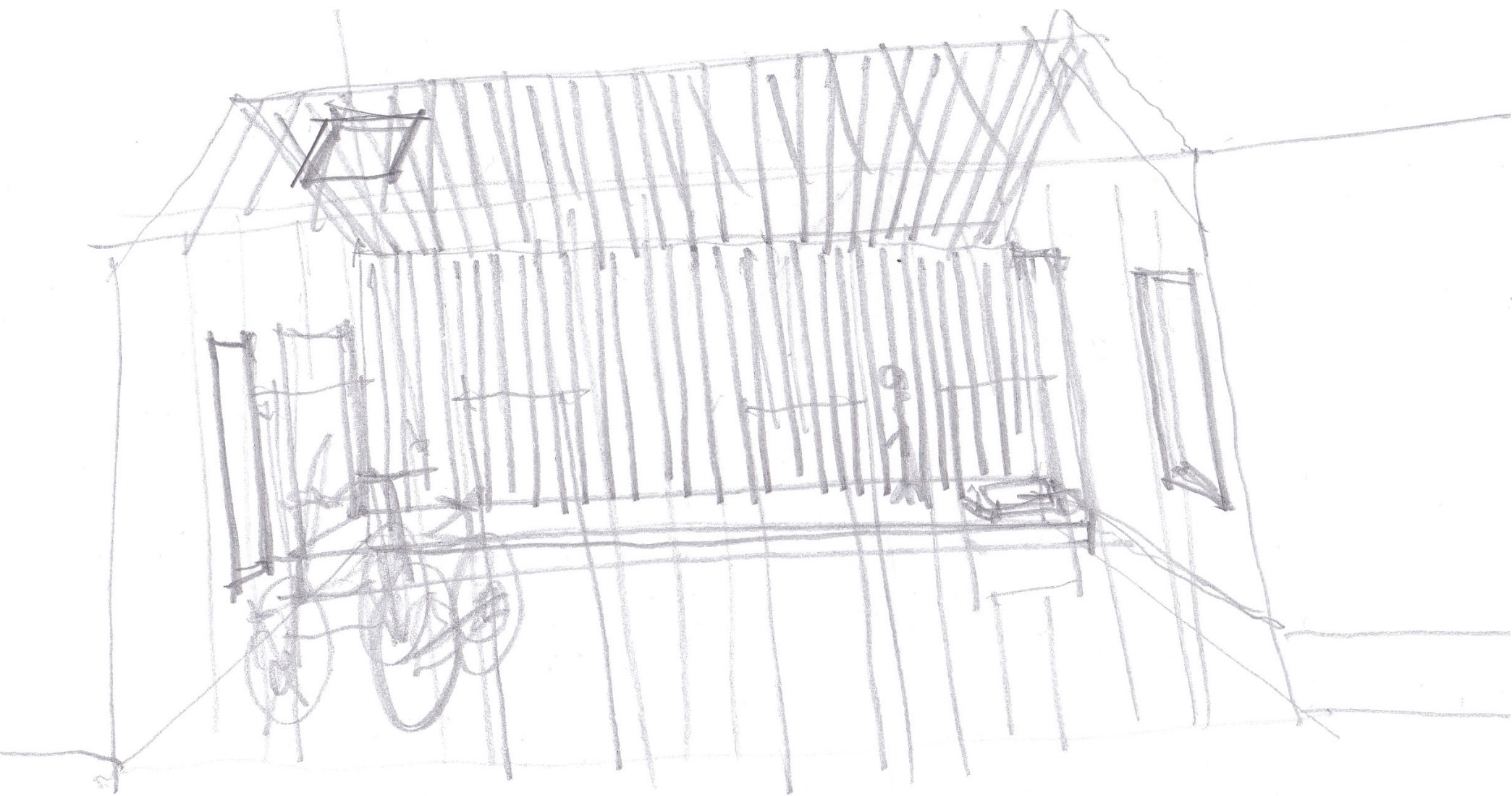


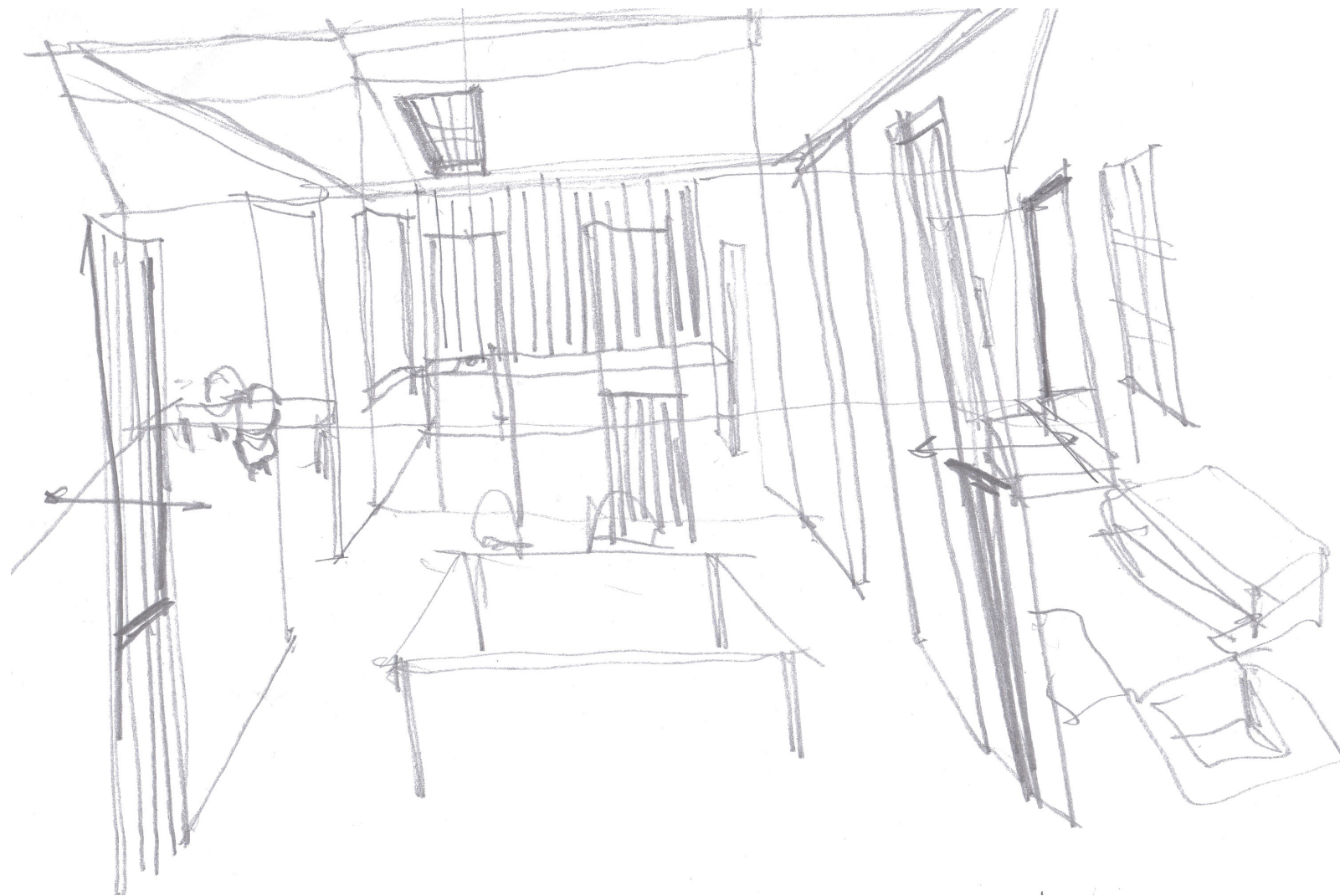
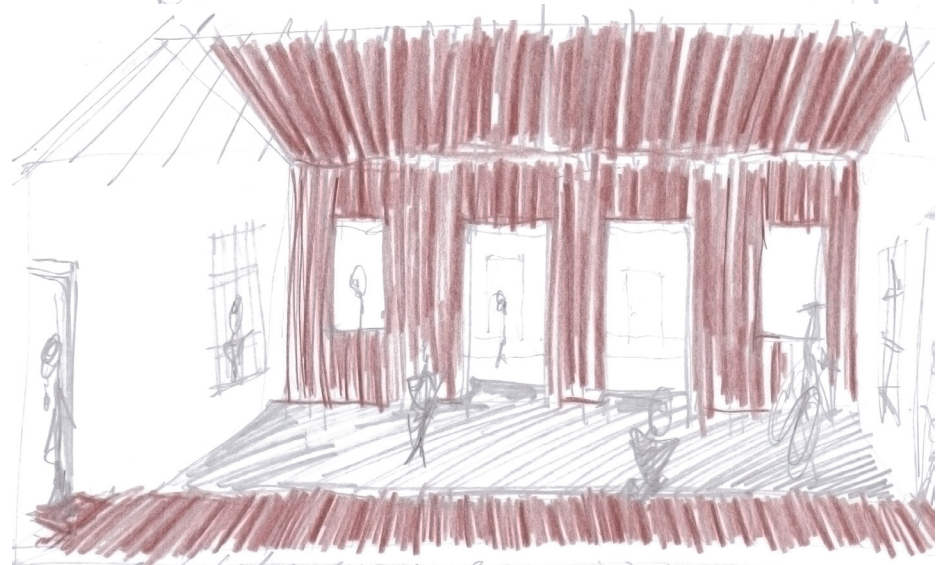
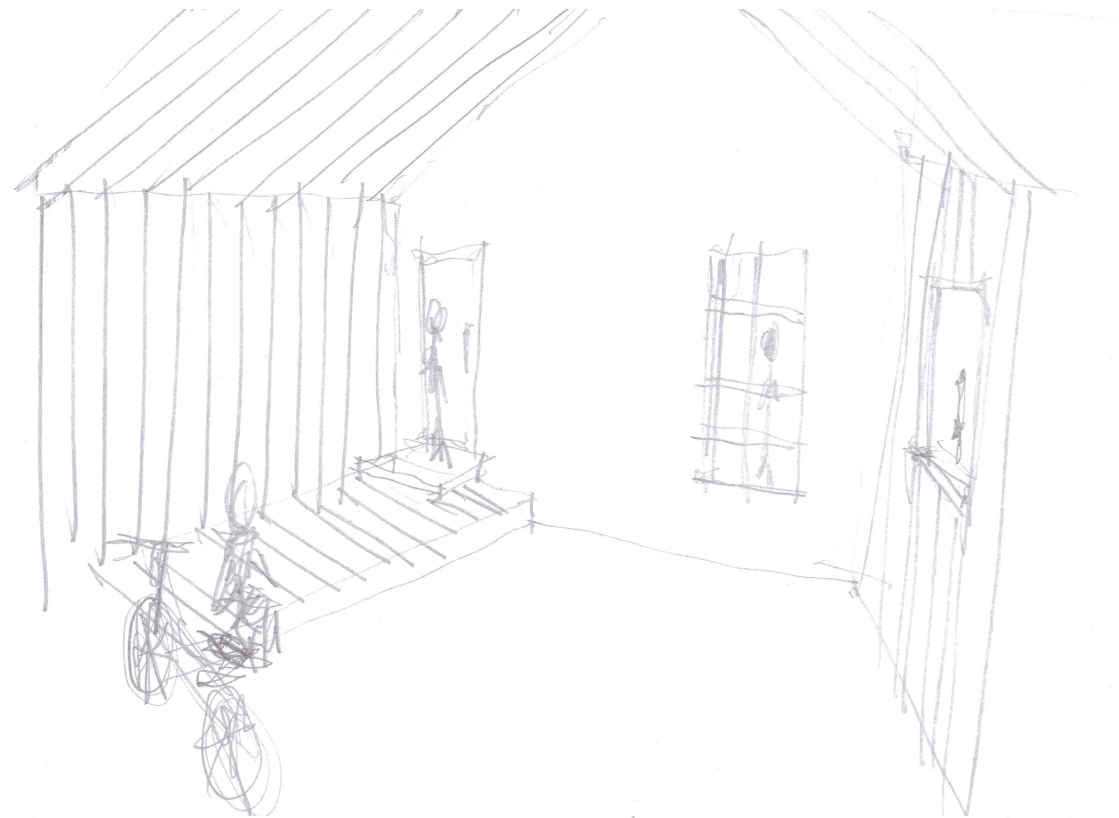
Corte pelo espaço comum da habitação e pelo espaço de convívio/trabalho

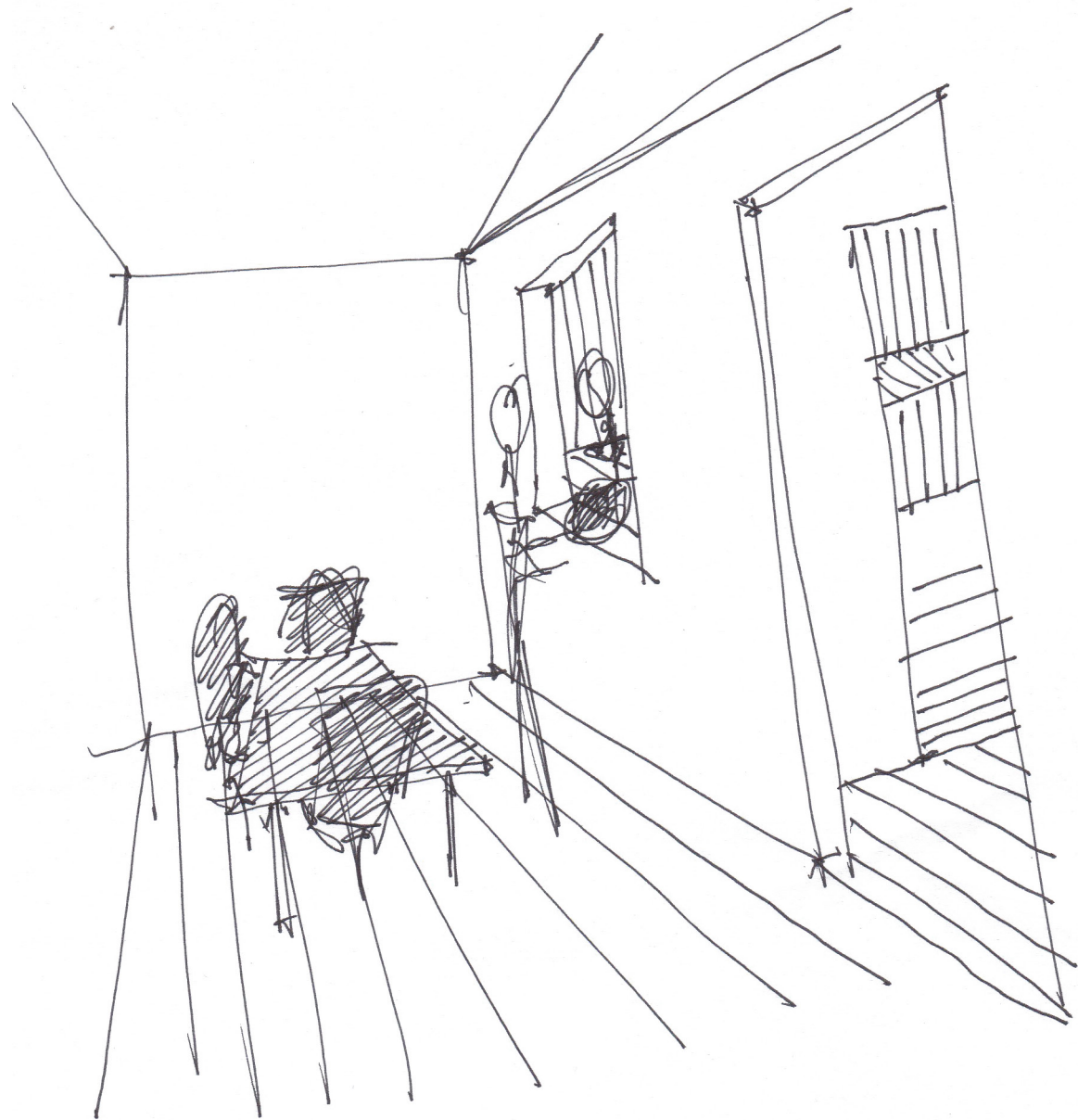
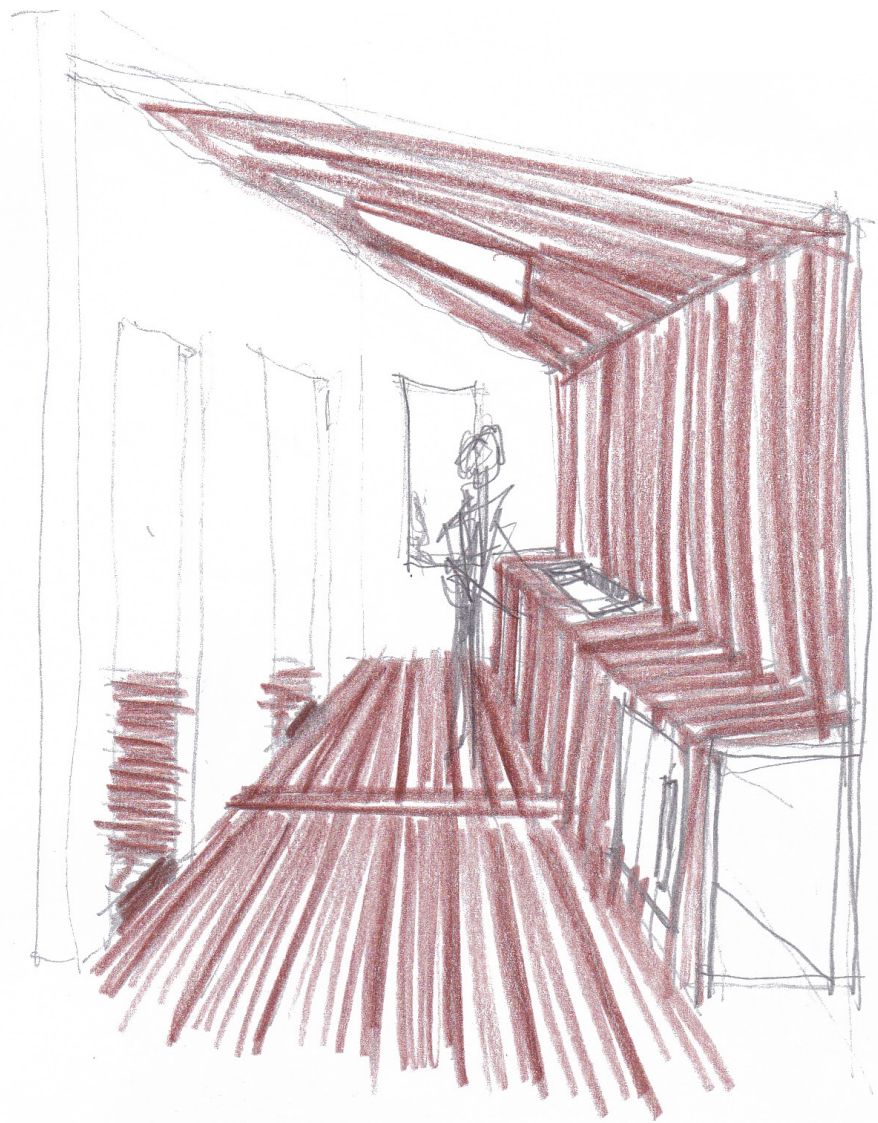


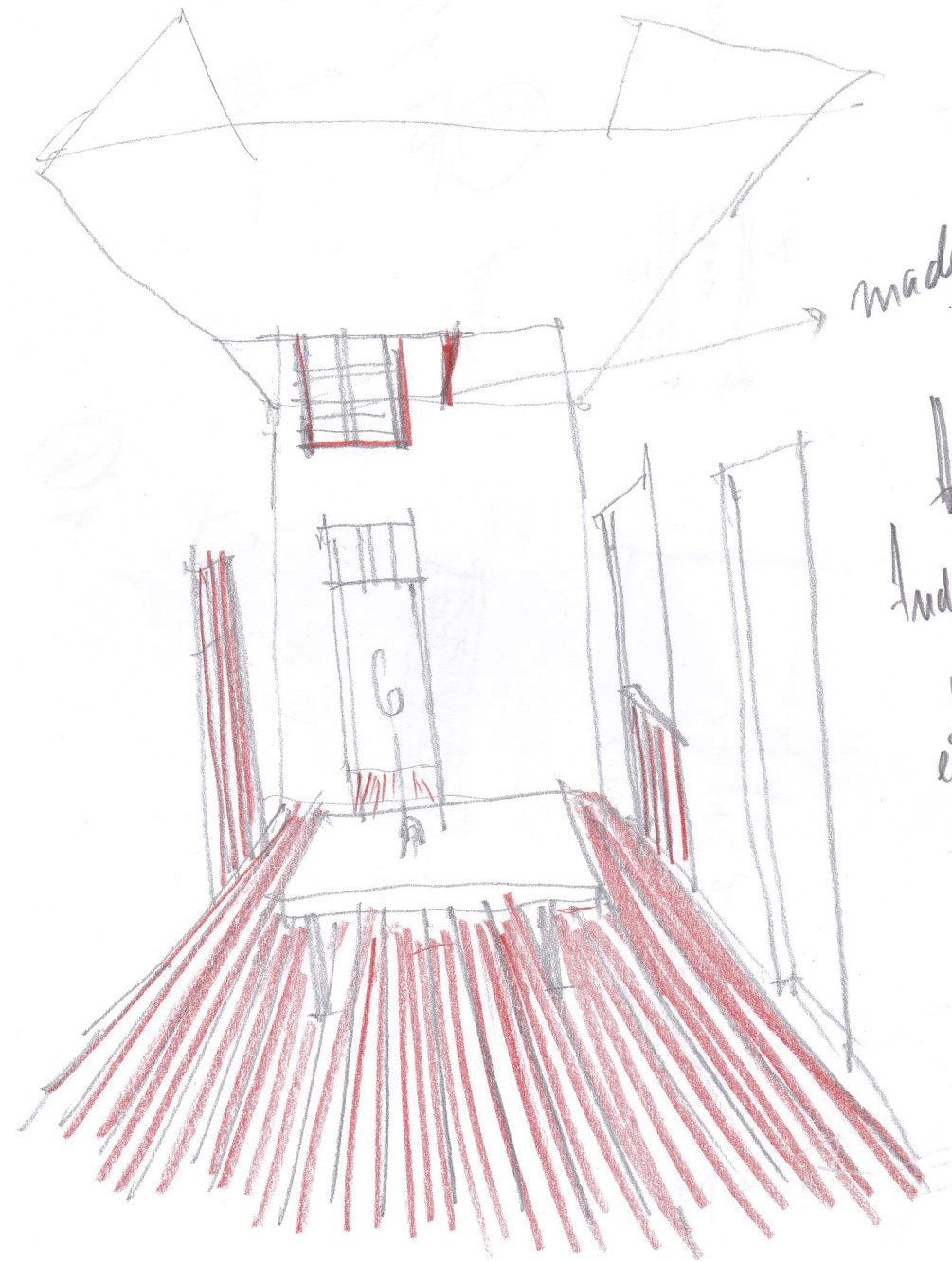
Corte pelo quarto e pelo espaço de convívio/trabalho



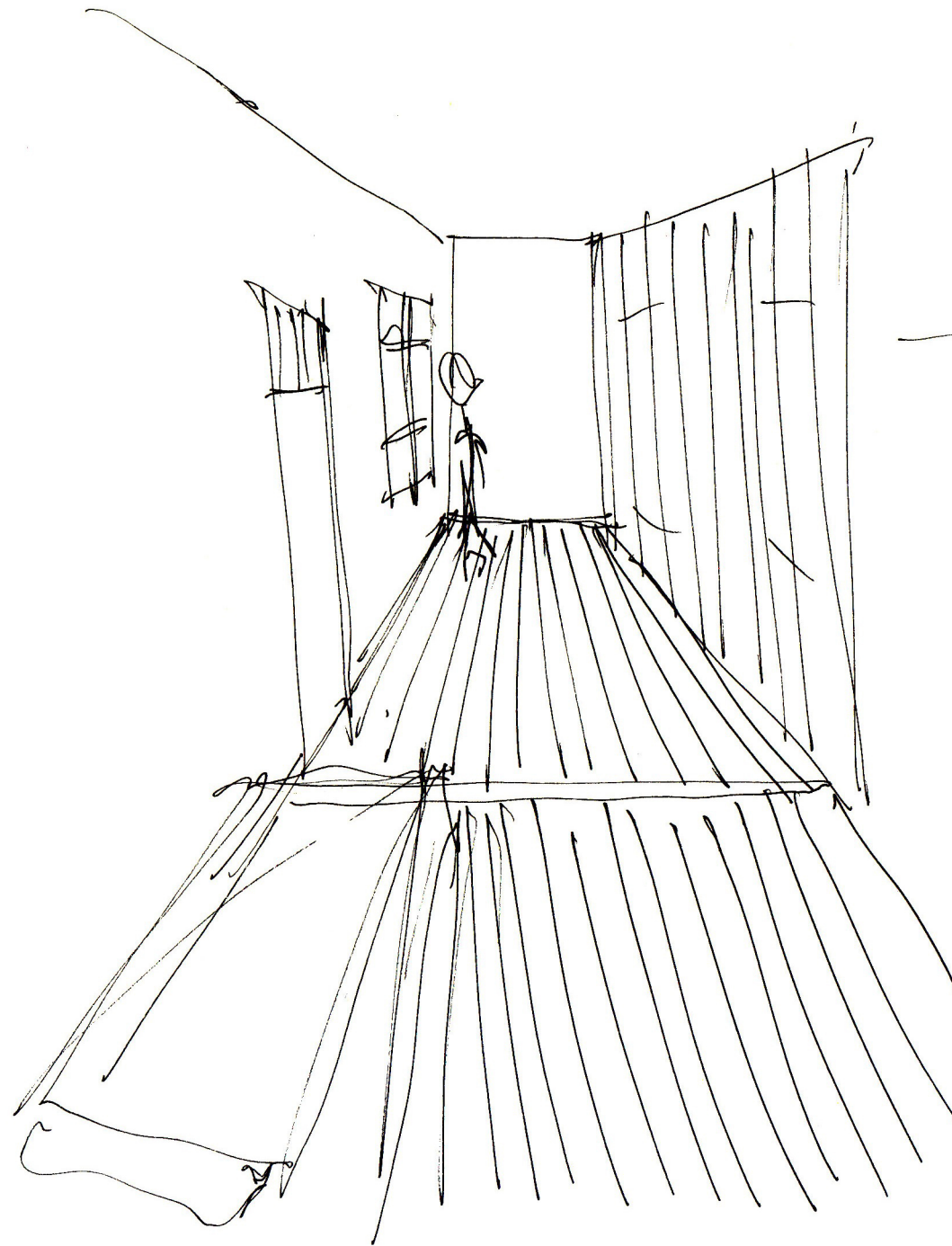
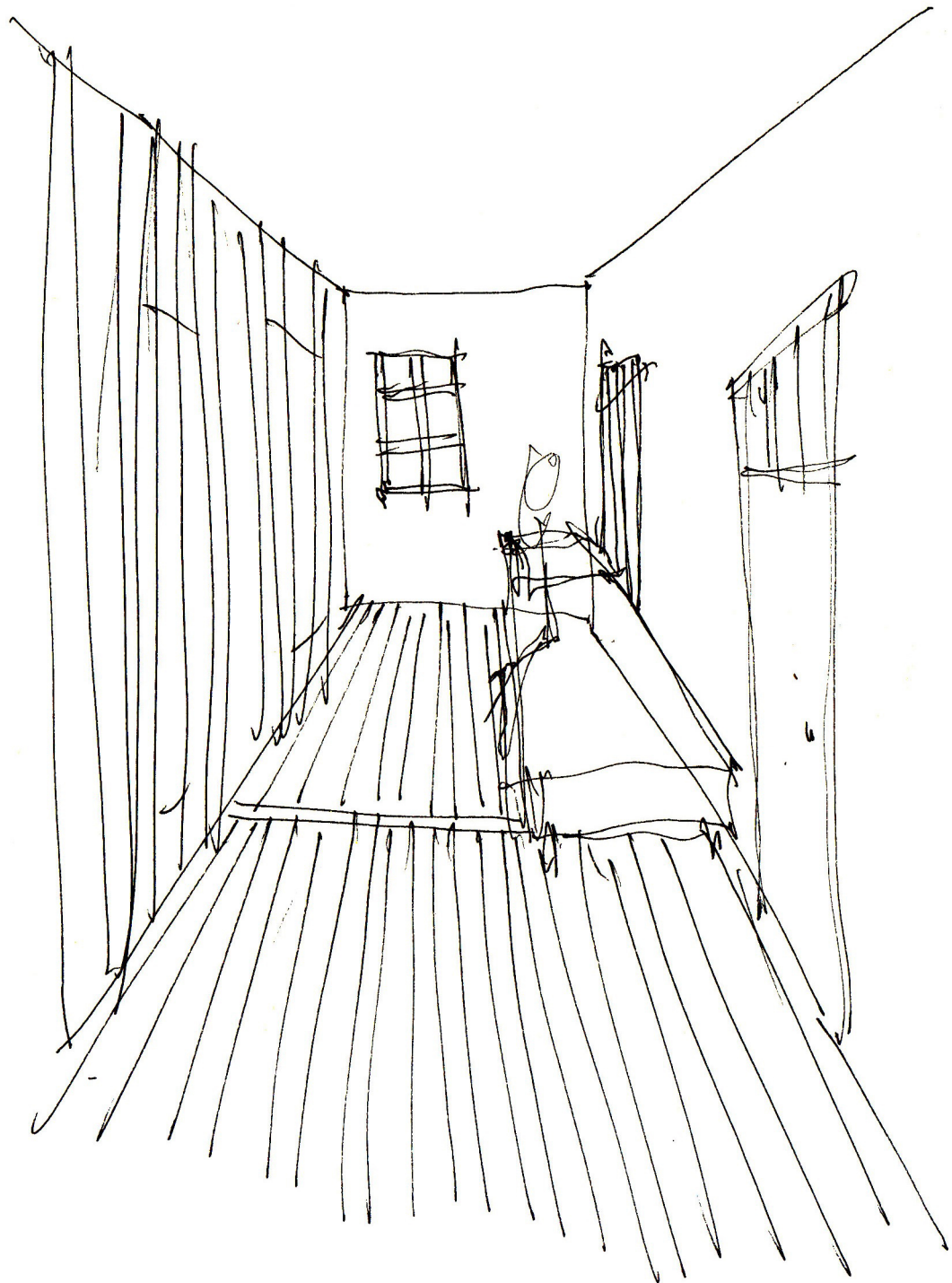


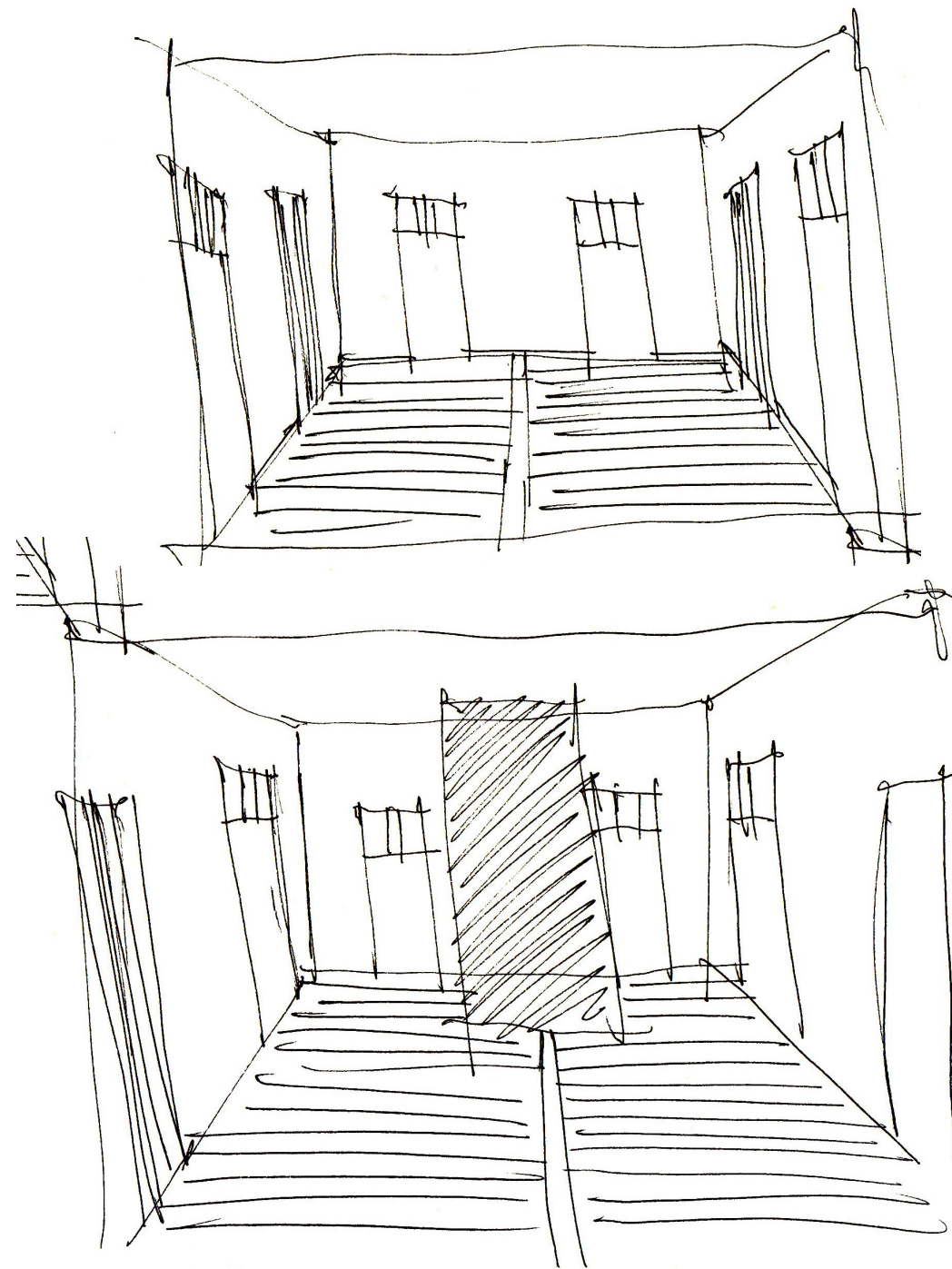
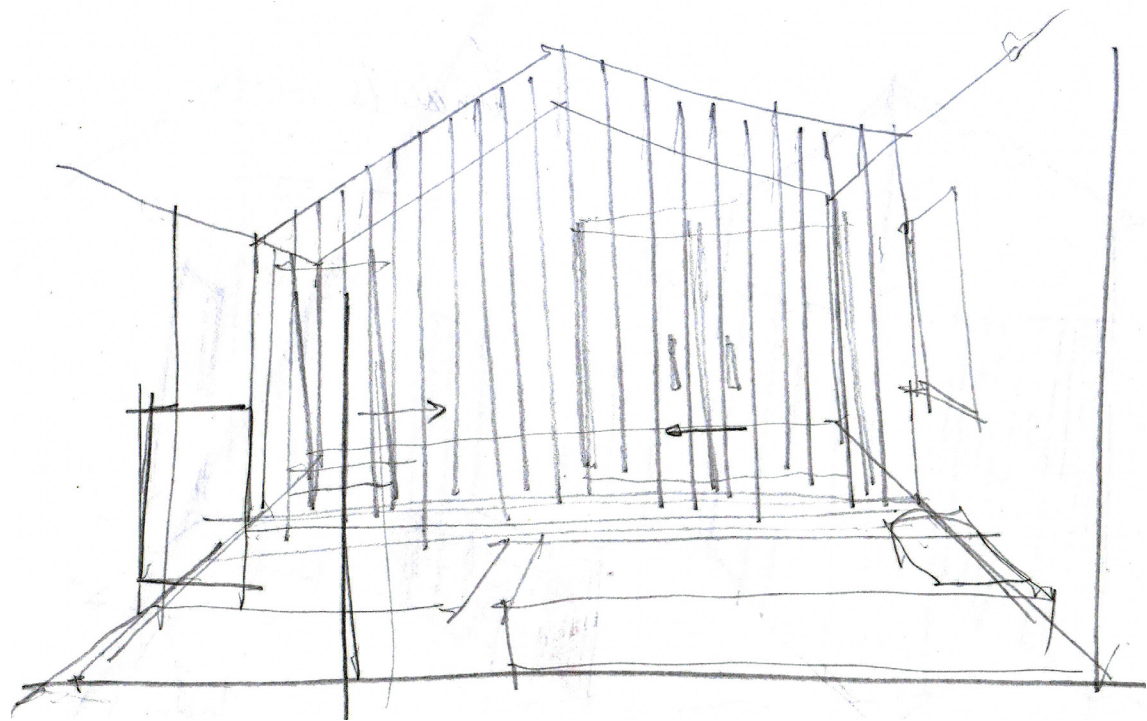


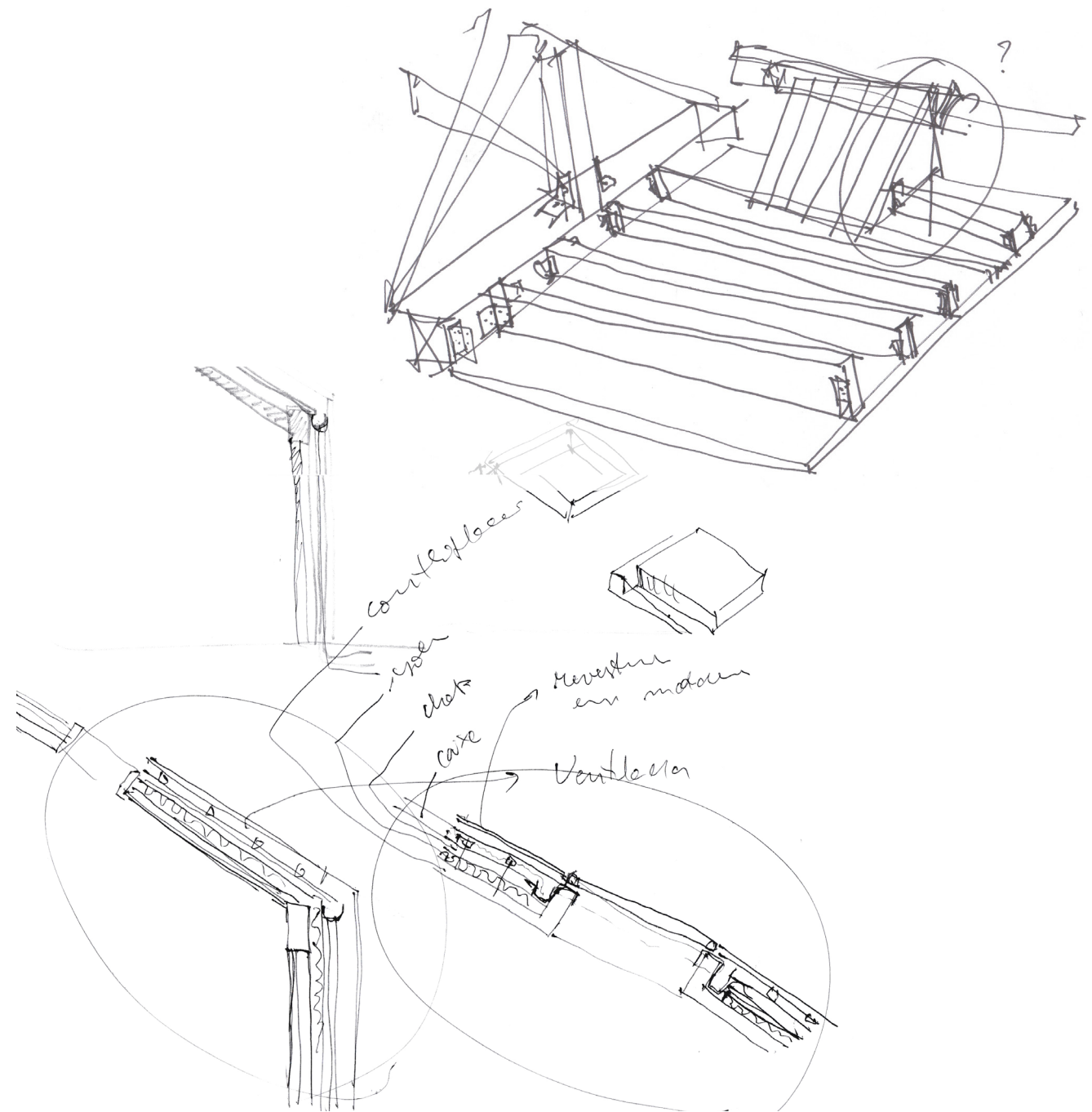
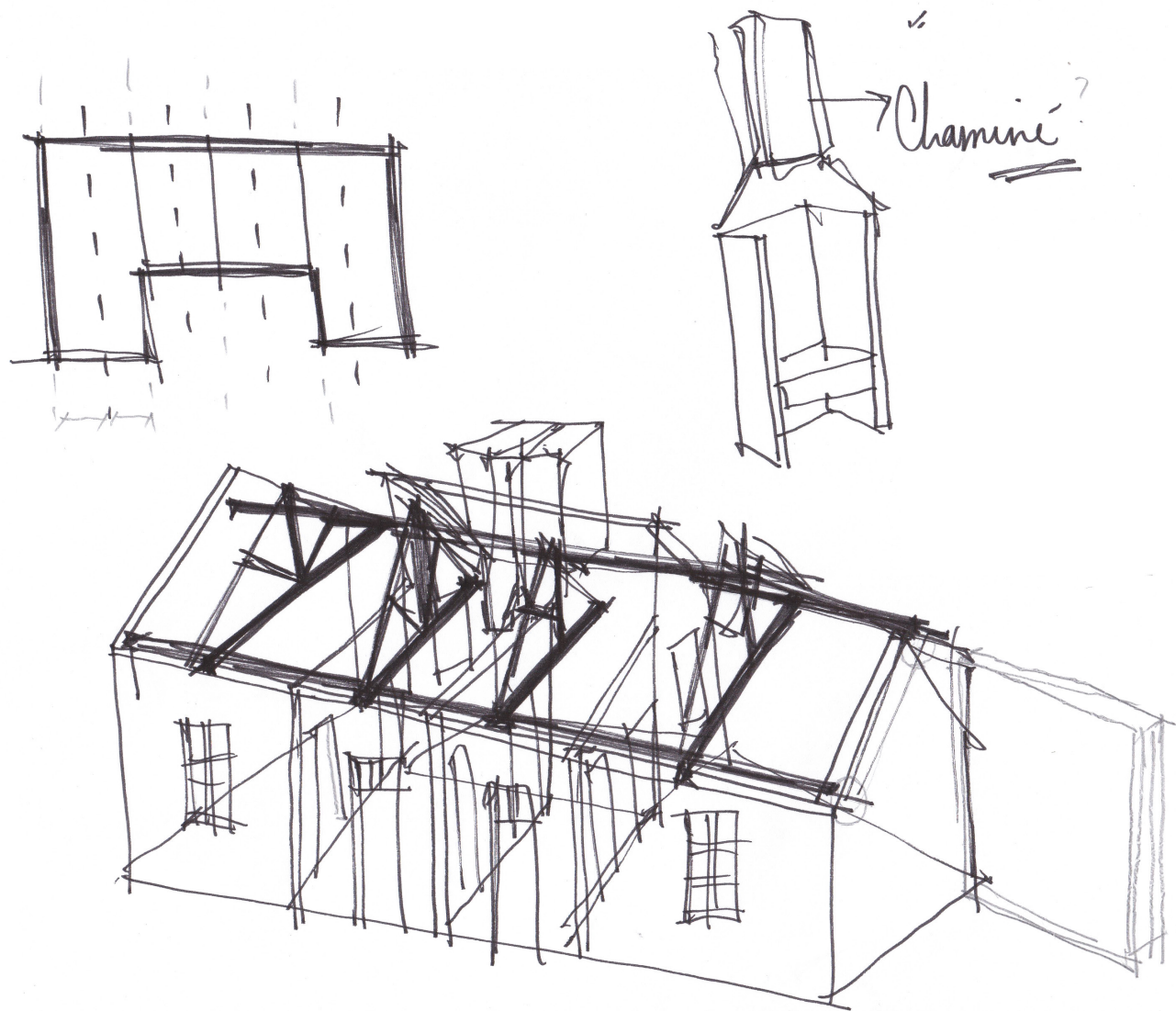




↓
Tudo o que é
introduzido
é em Madera





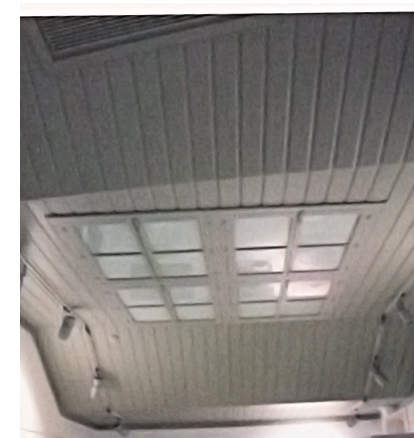
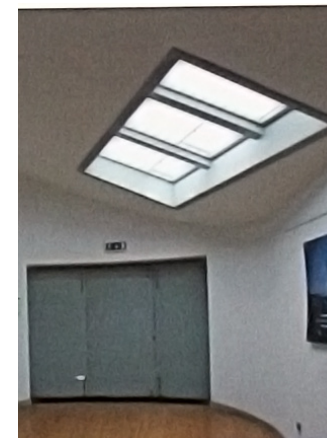




Museu dos Baleeiros 1ª Fase (1984-1989)
Lajes do Pico, Ilha do Pico, Açores
Fonte: painés Exposição “Paulo Gouveia: A reinvenção do vernáculo”



No desenho das habitações anteriormente expostas, usei como referência alguns dos elementos presentes na obra o arquitecto açoriano Paulo Gouveia (1939-2009), principalmente no desenho de espaços interiores que comunicam entre si através de “‘janelas de dentro’ que abrem para dentro’ estimuladoras da vivência intimista da casa” (Fernandes, 2012, s.p.) e o uso de materiais que marcam a introdução dos novos elementos, contrastando com o edifício existente.



Museu dos Baleeiros 2ª Fase (2005-2008)
Lajes do Pico, Ilha do Pico, Açores
Fonte: painés Exposição “Paulo Gouveia: A reinvenção do vernáculo”



Casa Godinho (1996-2003)
Fontanelas, Sintra
Fotografias de Fernando Guerra, 2005

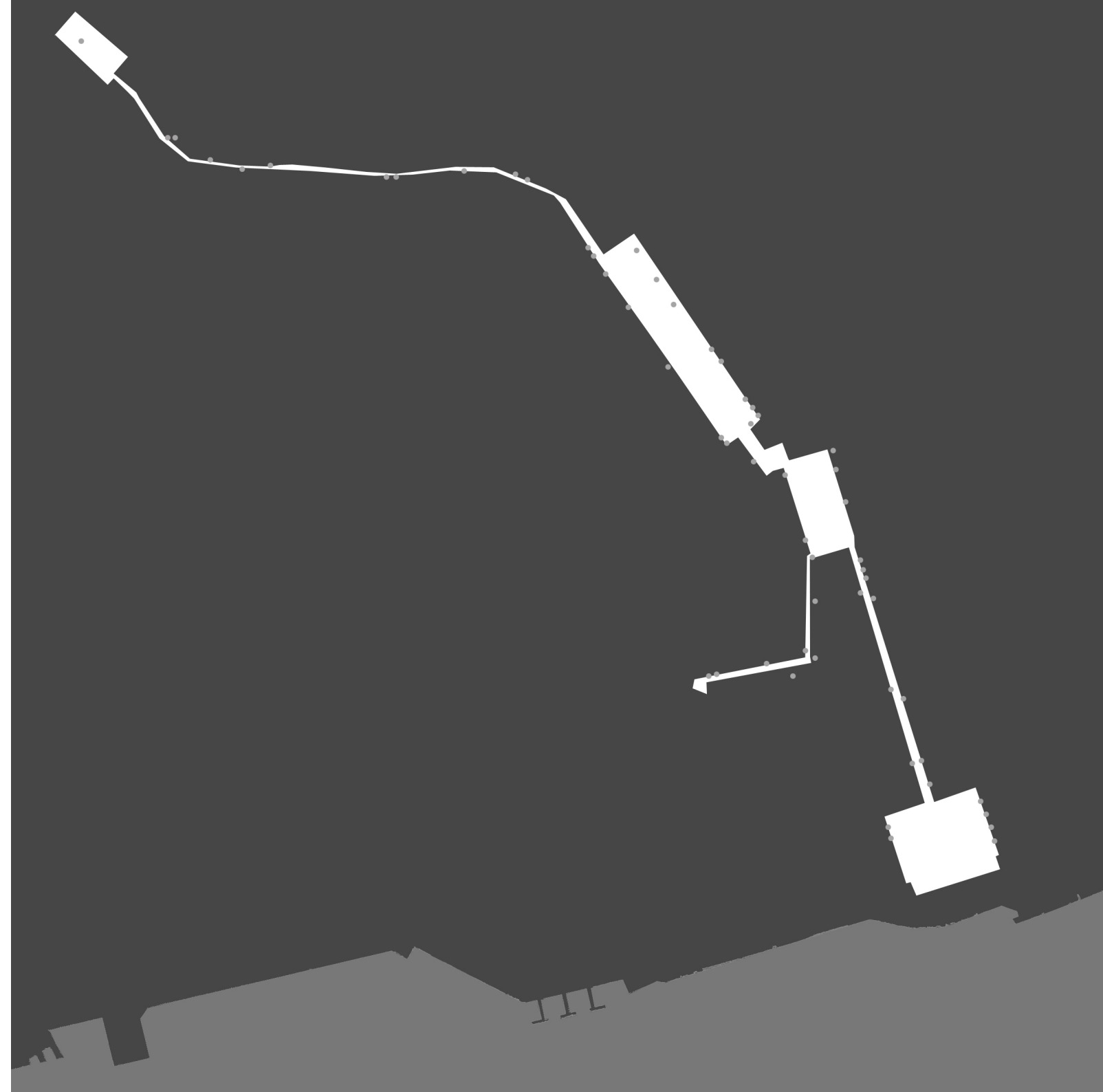


Fanfarra Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral (2004-2009)
Angra do Heroísmo, Terceira, Açores
Fonte: painéis Exposição “Paulo Gouveia: A reinvenção do vernáculo”



“A Europa foi e *é percorrida a pé*”.

Steiner, 2013, p.28.
À esquerda: Percurso



“A Europa é feita de cafetarias, *cafés*”.



“O **café** é um local de **entrevistas e conspirações**, de debates intelectuais e conspirações, para o *flâneur* e o poeta ou o metafísico debruçado sobre o bloco de apontamentos. Aberto a todos, é todavia um clube. (...) Uma chávena de café, um copo de vinho, um chá com rum assegura um local onde **trabalhar, sonhar, jogar xadrez** ou simplesmente permanecer aquecido durante todo o dia”.



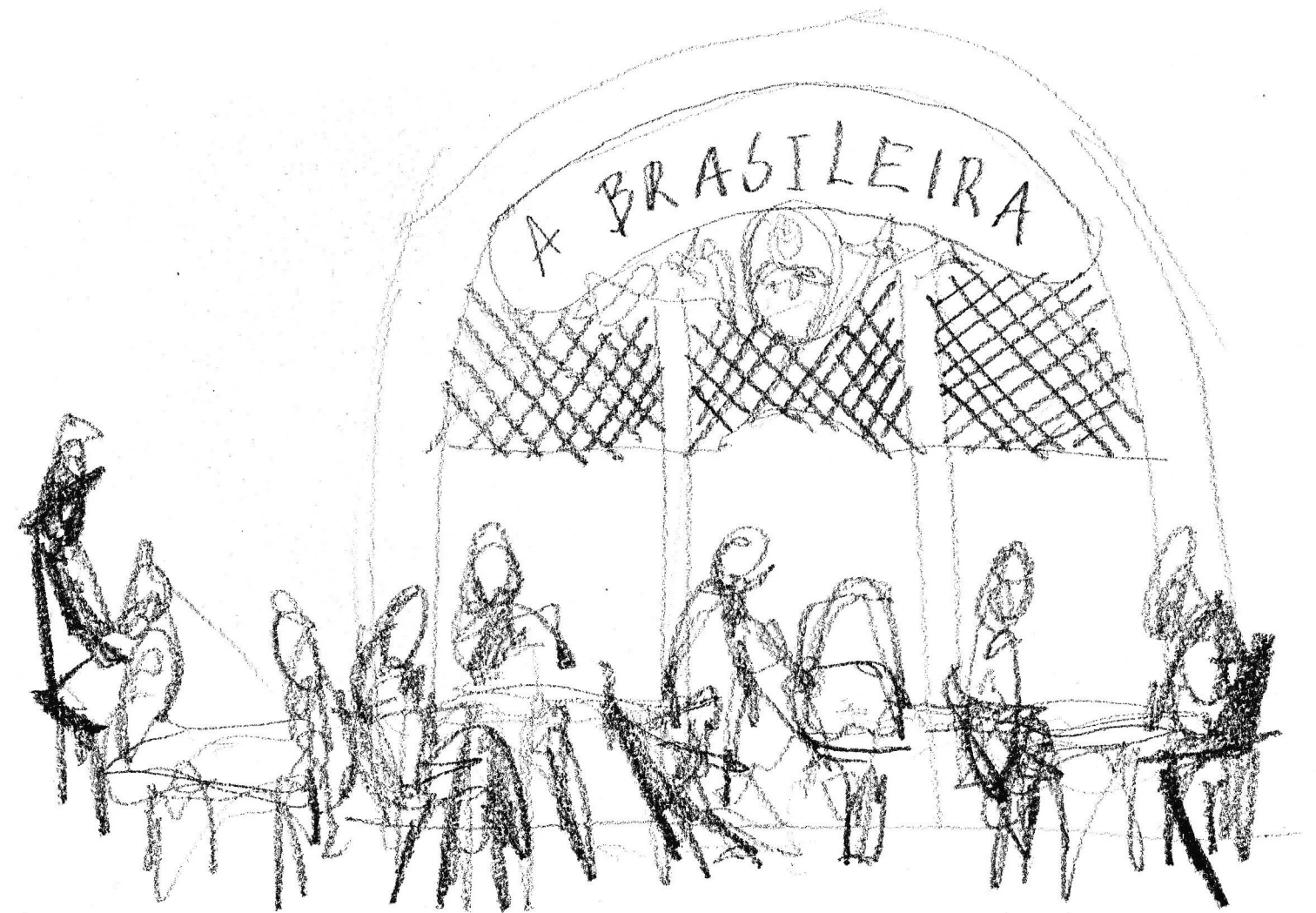
“Foi também o Paula Cunha que me levou ao Nicola (...). Eram reconhecidas umas determinadas mesas onde se juntavam grupos. Ali se discutia tudo”.



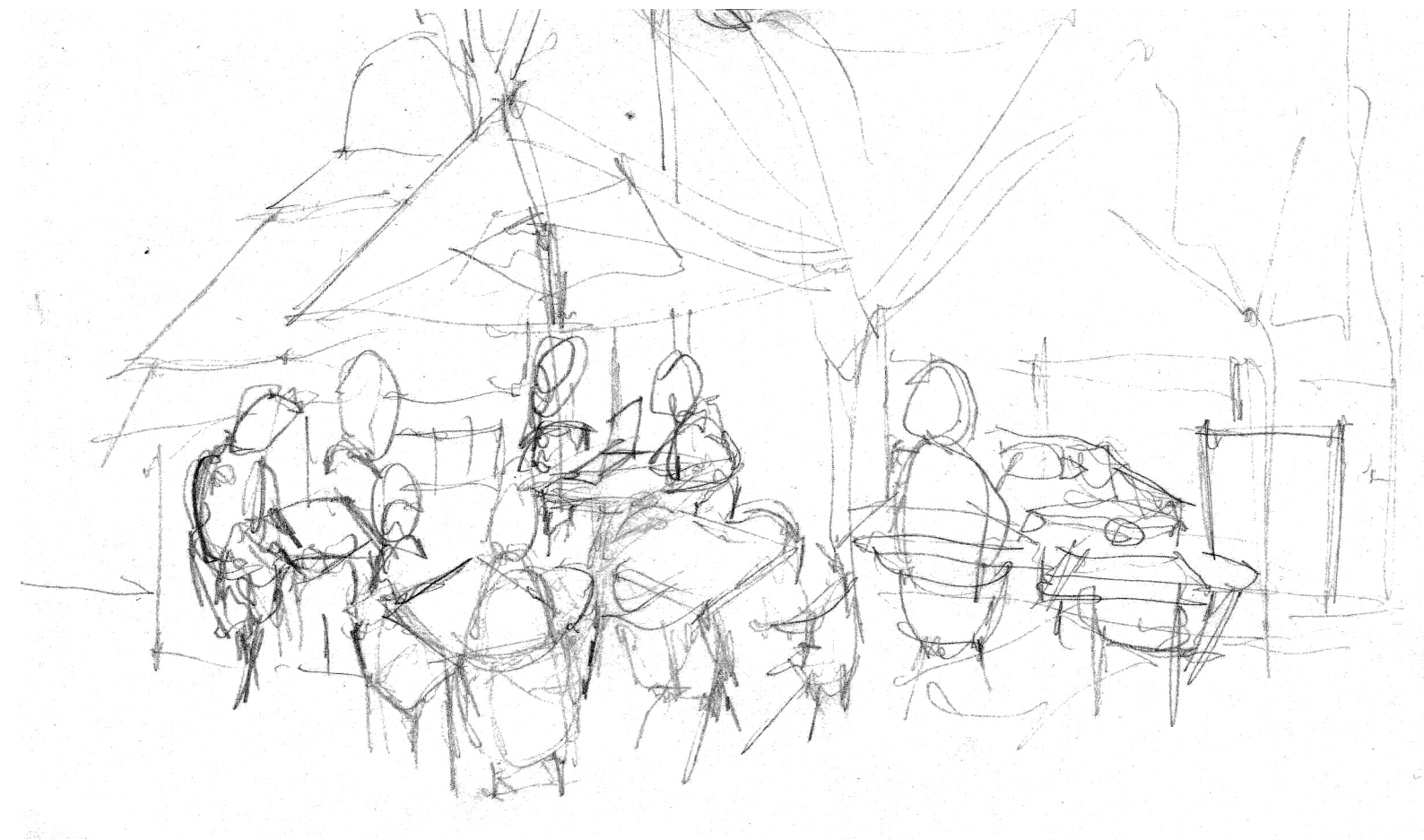
“Quando chagava o fim da manhã saíamos (Schiappa de Campos e Mário de Oliveira) e íamos todos tomar um café naquele edifício de esquina que era o cinema Império. Reuníamos ali, antes do almoço, e comentávamos os trabalhos. Ficávamos um bocadinho e depois cada um ia almoçar ao seu sítio. Era agradável, quer dizer, contávamos sempre com isso”.



“A «Brasileira»- é hoje um símbolo: nem fidalgos, nem políticos, nem a nota dos literatos das Academias, nem exclusivamente artistas, jornalistas, advogados, jurisconsultos, incipientes da literatura, desiludidos, falhados, sonhadores, poetas. Nada disto, em escola, e de tudo um pouco. A «**Brasileira**» tornou-se uma **instituição** do Chiado, pobre mas desafrontada”.



“Cinco axiomas para definir a Europa: o **café**; a paisagem a uma **escala humana** que possibilita a sua travessia; as **ruas e praças** nomeadas segundo estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado (...); e, por fim, a apreensão de um capítulo derradeiro, daquele famoso ocaso hegeliano, que ensombra a ideia e a substância da Europa mesmo nas suas horas mais luminosas”.



Steiner, 2013, p.44.
À esquerda: Café na Avenida da Liberdade, Claudia Diniz

anexos

Ficha de Unidade Curricular
Projeto Final de Arquitetura

Objetivos:
Projeto Final de Arquitetura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.
Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adotar.
Outro objetivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitetura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:
Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano letivo. Será o “Mundo Novo” (Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central que desenvolveremos em 2012/2013. O programa da UC de Projeto Final em Arquitetura consiste na elaboração de um Trabalho de Projeto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projeto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projetual e outra de âmbito teórico.Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture de Ulrich Conrads* que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Processo de Avaliação:
Será atribuída uma classificação final (de 0 a 20 valores) no final do 2º semestre atribuída em júri. No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno. Será dada uma atenção à assiduidade que entrará como parâmetro no processo de avaliação. Todo o processo de avaliação final da UC de Projeto Final de Arquitetura esta explicitado do REACC.

Processo de ensino-aprendizagem:
O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes. Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas letivas da UC. Está também previsto um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Exercício de Arranque e Aquecimento
Título: marca, texto e espaço

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores. Para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários
-Objecto de uso comum; Papel cavalinho A2; Tinta da China; Materiais para maquete a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:
Os estudantes constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido na numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....
O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho.
O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.
Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.
Posteriormente, considerando-se um volume de aproximadamente 30 dm3 como limite, será realizada 1 maquete que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maquete deverá definir-se a escala a que esta irá ser representada.
A materialização da maquete deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em: planos; subtracções; adições

A entregar:
Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;
Caderno com formato 21x21 cm onde se inclui: impressão digitalizada da marca seleccionada; O texto ilustrativo; Imagens fotográficas da maquete; Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete; Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esboços relativos às espacialidades representadas pela maquete. Estes esboços deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado); Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de story board, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação:
Digital tipo Power-point, com exibição da maquete e marca na sala de aula.
Lisboa, 18 de Setembro 2012

2ª Workshop
Cidade Guineense de Bafatá

1. Argumento
Considerando a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (em 12 de Setembro de 1924) na cidade de Bafatá, pretende-se levar a cabo a edificação de uma estrutura que possa albergar um centro de estudos tendo como base o pensamento e a obra literária do fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).
Este centro de estudos deve ser visto na esfera dos estudos pós-coloniais, devendo para tal ser pensado com o propósito do estabelecimento de uma leitura de amplo espectro, não só, em torno das décadas de 50 a 70 em que a acção política dos movimentos independentistas, no mundo colonial português, foi mais activa, como deve ser capaz de incluir uma leitura sobre o contexto social e político em que germinaram tais movimentos, estendendo-se ainda ao estudo do resultado contemporâneo da afirmação da independência de estados como a Guiné- Bissau.
O edifício a construir em Bafatá deve ser projectado com base numa estrutura efémera e de baixo custo, admitindo-se uma abordagem que integre elementos amovíveis de fácil montagem e desmontagem de modo que se possa considerar a edificação de um equipamento similar em outros locais do país. Pelas suas características programáticas este equipamento deverá abrir-se à cidade, podendo acolher actividades paralelas de interesse comunitário. Este projecto deverá ainda privilegiar toda uma reflexão sobre o ajustamento construtivo do edifício ao clima tropical.

2. Breve descrição da Cidade de Bafatá
A cidade de Bafatá situa-se no coração do território da Guiné-Bissau e é banhada pelo Rio Geba. O centro da cidade é fortemente marcado pela presença colonial portuguesa, visível tanto no traçado urbano, como também nos diversos estratos arquitectónicos que a qualificam.
É em torno de um boulevard que articula, no sentido Nodeste/Sudoeste, a principal entrada na cidade com o Geba, que o traçado de quarteirões urbanos se organiza. Este grande eixo, estruturante, conecta também os edifícios públicos mais marcantes da cidade.
Junto á entrada do núcleo urbano situa-se o hospital, desenhado em 1946 por João Simões, caracterizado por uma composição simétrica de volumetria térrea dando expressão à cobertura, alta, de telha cerâmica, recordando as construções vernaculares do Sul de Portugal. Um pouco mais abaixo situa-se a área mais administrativa da cidade, neste núcleo inclui-se a casa do governador de características fino-oitocentistas e a escola integrando uma construção de aspecto eclético. A completar este sector urbano, existem ainda edifícios desenhados sob a matriz da arquitectura pública do Estado Novo, tais como a igreja com desenho de Eurico Pinto Lopes de 1950 e o posto de correios, realizado em 1943, por Francisco de Matos.

Ao fundo do eixo fundamental da cidade, já na proximidade da Rio Geba, localiza-se um largo, onde foi implantado o busto de Amílcar Cabral. Para este largo convergem edifícios como o mercado municipal delineado sob um tematismo moçárabe, bem como um núcleo de piscinas, possivelmente projectado na década de 60 e que actualmente se encontra em elevado estado de degradação.

É neste núcleo habitacional que se situa a casa onde terá nascido Amílcar Cabral. A cidade de Bafatá encontra-se, de modo geral, num estado depressivo com pouca actividade, situação que contrasta fortemente com a sua periferia, de grande dimensão, agregadora de uma forte actividade comercial.

3. Programa
O programa deve incluir:

	Área bruta
Arquivo e Centro de Documentação	150,00 m2
Centro de Estudos e Pesquisas	150,00 m2
Centro de Formação	75,00 m2
Auditório	150,00 m2
Loja	50,00 m2
Total de área bruta	575,00 m2

Nota: Instalações sanitárias e/ou zonas de serviço estão incluídas nos grupos de áreas parciais.

4. Metodologia:
- O trabalho será desenvolvido em grupos de 5 alunos;
- A implantação do Centro Interpretativo ficará a cargo de cada grupo de alunos;
- Como ponto de partida para a definição espacial, cada um dos grupos deverá reflectir sobre o exercício de aquecimento, desenvolvido no arranque do ano lectivo;

5. Elementos a entregar:
- Apresentação em formato power-point, para 15 minutos;
- Maqueta à escala 1:200 (ou outra a acordar com os docentes)
- Caderno 21x21cm, incluindo síntese gráfica e memória descritiva;
- 2 painéis de formato A1, incluindo simulações do edifício e plantas cortes e alçados;

6. Datas de entrega:
- Apresentação dos projectos no dia 15 de Novembro, com base no power-point e maqueta;
- Entrega de painéis e caderno 21x21 no dia 23 de Novembro em horário a definir.

Lisboa, 30 de Outubro 2012

Tema I

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projecto de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e politica poderá influenciar os modos de vida e a relação do indivíduo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maqueta esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se uma a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

Tema II - Trabalho de Grupo, 1º Semestre

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business District). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo outros investimentos que ampliaram os programas de comercio e serviços, à habitação e à hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano deste tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é hoje possível lançar sobre aquela envolvente um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica.

O objectivo do Tema II passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo. Com este exercício pretende também criar-se a base para o reconhecimento das potencialidades da colina das Amoreiras, que servirão de base para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III.

1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção num determinado território torna-se imprescindível o seu reconhecimento. Para esse efeito deverá possuir-se a informação necessária para avaliar as potencialidades dos sítios e os conflitos aí existentes, só assim será possível credibilizar a formulação das propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:

- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:
 - P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2 Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregar:

- Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esquiços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ªfase)

Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012

Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

Tema III

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;
2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as acções de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.
3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema I

Entregas e Avaliação:
1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);
Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)
Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação
As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.
Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

Tema IV

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.

Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:
Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:
1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

Entregas e Avaliação:
O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

Modelo de Apresentação
A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato 21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea

Mundos Ficcionalados: Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974

Apresentação:
O Estado Novo “inventou” um território urbano capaz de homogeneizar algumas paisagens construídas. É esse território que vamos analisar a partir de seis cidades, uma no continente europeu e as restantes em África. Os desenhos – ou os planos directores – funcionam como um “guião” que se vai transformando à medida que princípios deterministas começam a apresentar lacunas. Os desenhos mais geométricos e positivistas, de uma primeira fase, dão progressivamente lugar a esquemas mais adaptáveis e moldáveis, de uma segunda e terceira investida estado-novista, e à medida que os arquitectos descobrem as culturas locais. Paradoxalmente, também são os “planos amáveis”, aqueles que menos sobrevivem ao tempo, enquanto as geometrias rígidas prevalecem. Com o tema deste ano pretende-se promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam.

Metodologia:
Os trabalhos decorrem em duas fases. 1º semestre: os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as seis cidades. Fase de pesquisa em arquivos (Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Documentação do IPAD, etc.), bibliográfica e entrevistas. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidos um relatório e três recensões de grupo. A primeira recensão parte da análise comparativa dos filmes *A Costa dos Murmúrios*, de Margarida Cardoso (2004) e *20, 13*, de Joaquim Leitão (2006) numa tentativa em identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente. Pretende-se que cada grupo produza não um documento escrito, mas ilustrado, a partir do visionamento sugerido pelos dois filmes.

As recensões seguintes inscrevem-se numa metodologia mais convencional, analisando os livros dos arquitectos Francisco Castro Rodrigues, **Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida** (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009); e Pancho Guedes, **Manifestos Ensaio Falas Publicações** (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007).

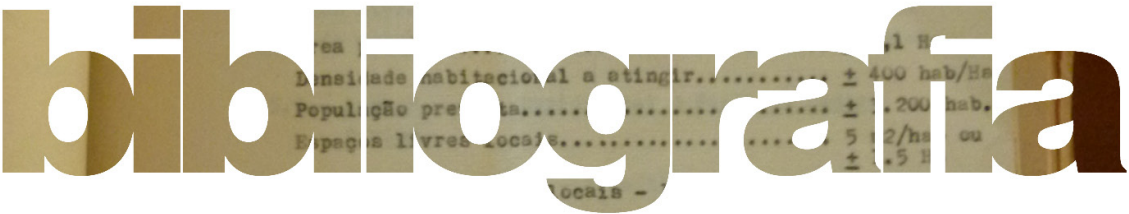
2º semestre: cada aluno encontra a sua linha individual de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mas específica. A análise é individual e pretende-se original.

É produzido um trabalho final com cerca de 26 páginas dactilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.

Cada aluno deverá juntar ao trabalho de projecto final o relatório produzido em grupo (facultativo) e o trabalho final individual.

Cidades

- 1. Lisboa;
- 2. Praia;
- 3. Bissau;
- 4. São Tomé;
- 5. Luanda;
- 6. Maputo.



Monografias

ARAÚJO, N. *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, [1938] - 1939.

DIONÍSIO, E. (org.); RODRIGUES, F. C. *Um cesto de cerejas. Conversas, memórias, uma vida*. Lisboa: Casa da Achada, 2009.

FERREIRA, V.M. “Lisboa evolução: De Ressano Garcia a Duarte Pacheco” in *Dicionário da História de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas & Associados - Consultores, Ida, 1994, p. 526-528.

GUEDES, P. *Manifestos Ensaios Falas Publicações*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007.

HUXLEY, A. *Admirável Mundo Novo*. Lisboa: Unibolso, s.d.

PEREIRA, N. T. “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Análise Social*, vol.XXIX (127), 1994, p. 509-524.

ROSSA, W. *Património e biografia: Vieira da Silva e o Jardim das Amoreiras*. Lisboa: Fundação AR-PAD SZENES-VIEIRA DA SILVA, 2009.

STEINER, G. *A ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2013.

TANIZAKI, J. *Elogio da Sombra*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2008.

Teses

SILVA, L. C. M. *Cultura Arquitectónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBL/FAUL no período de 1975 a 1990*. Lisboa: UTL-FA, 2011. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Documentos electrónicos

IGESPAR. *Real Fabrica das Sedas*. , [em linha], [13/10/2012] Disponível em WWW:<<http://igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73569/>>.

SOUSA, S. *O novo modernismo*, [em linha], [12/10/2012] Disponível em WWW:<<http://arquitecturaen.no.sapo.pt/reacmoderna.html>>.

THE NEW YOURK TIMES. *Jobless, and living in a Bunk*, [em linha], [13/10/2012] Disponível em WWW:<http://www.nytimes.com/slideshow/2010/01/01/business/CAPSULESLIDE_5.html?_r=0>.

WILDER, A. *Aeneas Wilder: exhibitions Pit, Art In The Public Space Of Borgloon - Heers, Belgium*, [em linha], [s.d.] Disponível em WWW:<<http://www.aeneaswilder.co.uk/exhibitionsBGL02.html>>.

s.n. *KLH*, [em linha], [2/06/2013] Disponível em WWW:<<http://www.klh.at/en.html>>.

GUERRA, F. *Paulo Gouveia - Casa em Sintra* , [em linha], [10/09/2013] Disponível em WWW:<<http://ultimasreportagens.com/196.php>>.

Documentos não publicados

s.n. *Projecto d’ampliação que Manoel de Carvalho pretende fazer na sua casa na Rua das Amoreiras n.º188, 3ª Bairro, freguezia de S. Mamede*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1908. [obra: 268 Processo: 2646/1ªREP/PG/1908]

s.n. *Projecto de barracas, que Manoel de Carvalho, pretende construir, no seu terreno, na Vila Raúl, na Rua das Amoreiras nºs 186 e 188, freguezia de S. Mamede*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1905. [obra: 12629 processo: 2669/1ªREP/PG/1905]

FERREIRA, M. M. *Projecto para a ampliação do armazem da firma, Vicente & Irmãos Lda. pretende construir no terreno, situado na Rua das Amoreiras, n.º 132*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1948. [obra: 12629 processo: 29110/DAG/PG1948]

s.n. *Projecto Projecto d’ampliação que Manoel de Carvalho pretende fazer na sua casa na Rua das Amoreiras n.º 186, 3º Bairro, freguezia de S. Mamede*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1895. [obra: 45057 processo: 2647/1ªREP/PG/1895]

s.n. *Alteração e ampliação que Manoel de Carvalho pretende fazer na sua casa em construção na Rua das Amoreiras n.º 186 cujo o projecto foi aprovado no corrente mez de Maio*, Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1908. [obra: 45057 processo: 3730/1ªREP/PG/1908]

Fotografias

s.n. *Rua das Amoreiras, 188*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/000012]

s.n. *Rua das Amoreiras, 186*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/000003]

s.n. *Rua das Amoreiras, 186*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/000099]

s.n. *Rua das Amoreiras, 196*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/001729]

s.n. *Rua das Amoreiras*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/002869]

s.n. *Rua das Amoreiras, 194*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/002870]

s.n. *Rua das Amoreiras*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/EDP/001039]

s.n. *Rua das Amoreiras*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/000097]

s.n. *Rua das Amoreiras, 198*. Lisboa, 1898-1908. [PT/AMLSB/FAN/000098]

MADUREIRA, A. *Prédio para demolir, revestido de azulejos*. Lisboa, 1940. [PT/AMLSB/ARM/S00696]

GOULART, J. *Casa degradada*. Lisboa, s.d. [PT/AMLSB/JHG/S00171]